



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E**  
**CONTEMPORANEIDADE**  
**MESTRADO**

**LAURINDA SOUSA JULIÃO**



**PRÁTICAS EDUCATIVAS: HISTÓRIA, CULTURA E TRADIÇÕES NA**  
**ASSOCIAÇÃO REGIONAL DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO**  
**SERTÃO – AREFASE - MONTE SANTO / BA**

Salvador  
2012

LAURINDA SOUSA JULIÃO

PRÁTICAS EDUCATIVAS: HISTÓRIA, CULTURA E TRADIÇÕES NA ASSOCIAÇÃO  
REGIONAL DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DO SERTÃO – AREFASE - MONTE  
SANTO / BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Educação e Contemporaneidade, Universidade do  
Estado da Bahia, como requisito parcial à obtenção do título  
de Mestre em Educação.

ORIENTADOR: PROF. DR. MARCOS LUCIANO LOPES MESSEDER

Salvador  
2012

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**"PRÁTICAS EDUCATIVAS, CULTURA, HISTÓRIA E TRADIÇÕES NA ASSOCIAÇÃO REGIONAL DA ESCOLA-FAMÍLIA AGRÍCOLA DO SERTÃO MONTE SANTO -BA"**

**LAURINDA SOUSA JULIÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 12 de abril de 2012, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



**Prof. Dr. Marcos Luciano Lopes Messeder**  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Doutorado em Sociologia e Antropologia  
Universite Lumiere Lyon 2, U.LYON 2, França



**Profa. Dra. Marília Lomanto Veloso**  
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS  
Doutorado em Direito  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil



**Prof. Dr. Antonio Dias Nascimento**  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Doutorado em Sociologia  
The University of Liverpool, LIVERPOOL, Inglaterra

Universidade do Estado da Bahia

Sistema de Biblioteca

Ficha Catalográfica - Produzida pela Biblioteca Edivaldo Machado Boaventura

JULIÃO, Laurinda Sousa.

Práticas Educativas: História, Cultura e Tradições na Associação Regional da Escola Família Agrícola do Sertão AREFASE - Monte Santo / BA / Laurinda Sousa JULIÃO.-- Salvador, 2012.

175 : il..

Orientador: Marcos Luciano Lopes MESSEDER

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEDUC, 2012

1. Práticas Educativas. 2. História e Cultura. 3. Tradições. 4. Ações sociocomunitárias . I. MESSEDER, Marcos Luciano Lopes II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I.

CDD: 370

Dedico este trabalho à professora-doutora Ana Célia da Silva, minha maior referência pessoal e profissional.

Dedico também à minha família, especialmente à minha irmã, Daniela Sousa Julião, que, do seu jeito, incentivou-me e me apoiou nos momentos difíceis que passei até chegar a este ponto do trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Yalorixá Jaciara Ribeiro dos Santos, do Terreiro Abassá de Ogun, pela orientação espiritual, cuidado e dedicação plena. Incentivadora do respeito e sensibilidade às diversidades, especialmente às comunidades tradicionais.

Ao Professor-doutor Marcos Luciano Lopes Messeder, orientador deste trabalho, pela dedicação e ética na condução das atividades, guiando-me com excelência e muita paciência para com minhas dificuldades e deslizes.

Em tempo, agradeço a banca examinadora pela valiosa contribuição crítica e respeito às minhas limitações.

A todos os membros da AREFASE/EFASE, sem os quais não seria possível a efetiva realização deste trabalho. Especialmente àqueles que colaboraram diretamente, concedendo entrevistas ou dados. Não ousarei citar nomes por receio de omitir alguns por esquecimentos tão frequentes neste momento de finalização.

Aos colaboradores participantes deste trabalho. A Nelson “Mandela” pela intermediação do contato e convívio com outros membros da AREFASE/EFASE. A Glória Cardoso, por me hospedar e providenciar os deslocamentos na região de Monte Santo e a Neuza Santos, intermediadora das comunicações com outros membros das instituições em estudo. A Evaristo Lima, por se dispor a me conduzir aos encontros com os colaboradores. E a todos que me conduziram nas idas e voltas em campo.

Aos funcionários e docentes do Programa de Pós-Graduação em educação e Contemporaneidade, por me fornecerem apoio e ajuda acadêmica sempre que solicitei.

Aos que muito contribuíram com indicações leituras e críticas durante o processo. Especialmente à minha amiga Marliuce Santana Vida, pela imprescindível colaboração crítica quando propus este projeto.

Ao meu sobrinho, Maicon Patrício Almeida Julião, que manteve atualizado e protegido meu notebook para que pudesse preservar os dados e as informações deste trabalho.

E a todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram para a realização deste trabalho.

*Laurinda Sousa Julião*

*Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida e com as futuras gerações. (Preâmbulo – Carta da Terra)*

## RESUMO

Esta dissertação é resultado da sistematização de um estudo de caso, realizado na Associação Regional da Escola Família Agrícola do Sertão (AREFASE) e na Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE), situadas no município de Monte Santo/BA. Teve como objetivos: descrever a história e a estrutura organizacional destas instituições, descrever e analisar a concepção político-educativa, assim como o sentido da educação política e; os processos e estratégias das práticas educativas sociocomunitárias vivenciadas no cotidiano da AREFASE. Desenvolveu-se através de um conjunto composto por método e técnicas de abordagens de cunho etnográfico que forneceram os elementos e critérios para a descrição e análise das informações; da história oral enquanto elemento constitutivo de valor do protagonismo dos colaboradores, elemento caracterizador da narração de vozes historicamente subalternizadas, neste estudo representado pelos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar na região do Sertão baiano. Os resultados apontam uma efetiva relação de colaboração entre escola-família-comunidade, efetivada através de diferentes estratégias e experiências, tais como: reuniões, assembleias, mutirões, mística, serões, feiras e exposições de artesanatos, feiras e exposições solidárias, dramatizações teatrais, cursos e/ou capacitações. Revelou-se ainda, que a estratégia de articulação com outras entidades tem sido relevante para o alcance de êxito na educação sócio-comunitária como uma proposta de superação do paradigma da educação hegemônica e alienadora e, por isso, desenvolve-se através de um conjunto de ações/programas que englobam práticas educativas e de sociabilidade.

**Palavras-chave:** Práticas Educativas. História. Cultura. Tradições. Ações sociocomunitárias.

**EDUCATIONAL PRACTICES: HISTORY, CULTURE AND TRADITIONS IN THE REGIONAL ASSOCIATION OF THE FAMILY FARMING SCHOOL IN THE SERTÃO – AREFASE – MONTE SANTO / BA**

**ABSTRACT**

This Master's thesis is the result of the systematization of a case study carried out in the Regional Association of the Family Farming School in the Sertão (AREFASE) and in the Family Farming School in the Sertão (EFASE), located in the municipality of Monte Santo/BA. The goals of this thesis were to describe the history and the structure of these institutions, describe and analyze their political and educational conceptions, their understanding of political education and the processes and strategies of the socio-community educational practices that are experienced in the Association daily life. The research was developed through the application of a set of methods and techniques in the field of ethnographic research. These techniques provided the criteria and elements needed for both description and analysis of the oral narrative as valuable constituent element of the roles of the associates, which is a characterizing element of the narration of historically discriminated voices, represented by the family farming workers in the Sertão baiano (Backlands of Northeast Brazil). The results reveal an effective cooperative relationship between school-family-community that was accomplished through different strategies and experiences such as reunions, assemblies, collective initiatives, mystical experiences, evening sessions, cultural fairs, crafts and solidary exhibits, drama and role-plays, courses and/or trainings. It was also revealed that the articulation strategy with other entities has been relevant to the success of the socio-community education as a proposal to overcome hegemonic and alienating paradigms in education, and because of that, it is developed through a set of actions/programs that encompass social and educational practices.

Keywords: Educational Practices. History. Culture. Socio-community actions.

## LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Símbolo da AREFASE.....	42
Figura 2 - Símbolo da EFASE.....	43
Ilustração 1 - Prédios da EFASE.....	44
Ilustração 2 - Atividade prática de agricultura/associação entre estudo e trabalho.....	48
Ilustração 3 - Criações e produção de ração para alimentação animal....	63
Ilustração 4 - O aprendizado pela vivência.....	91
Ilustração 5 - Momentos da II Assembleia Geral em 2010.....	95
Ilustração 6 - Atividade em grupo durante assembleia.....	106
Ilustração 7 - Mulheres em mutirão durante assembleia.....	107
Ilustração 8 - Símbolos utilizados em uma mística.....	114
Ilustração 9 - Momento de realização da mística na EFASE.....	117
Ilustração 10 - Dramatização durante mística.....	128
Ilustração 11 - Viveiros de plantas usadas para produção de remédios naturais para animais e tanque de experimentação em piscicultura.....	140

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Programa de conteúdos do curso de formação básica para jovens trabalhadores na agricultura familiar na região do sertão da Bahia.....	17
Quadro 2 - Municípios de Abrangência da EFASE.....	61
Quadro 3 - Atividades estimuladas pela AREFASE.....	62
Quadro 4 - Instrumentos pedagógicos – EFASE.....	100

## LISTA DE SIGLAS

AATR-BA = Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais – Seção Bahia

AECOFABA = Associação de Escolas-Família Agrícola da Bahia

APAEB = Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia

AR = Atividade de Retorno

AREFASE = Associação Regional da Escola-Família Agrícola do Sertão

ATEAS = Assistência Técnica Ambiental e Social

ATER = Assistência Técnica e Extensão Rural

CA = Caderno de Anotações

CAR = Companhia de Ação Regional

CEB = Comunidade Eclesial de Base

CECUP = Centro de Educação e Cultura Popular

CEDH = Centro de Estudos em Direitos Humanos

CEDHAP = Centro de Estudos em Direitos Humanos e Assuntos Penais

CESE = Coordenadoria Ecumênica de Serviços

CETA = Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados

CFP = Central de Fundo de Pasto

CFR = Casas Familiares-Rurais

CONAB = Companhia Nacional de Abastecimento Brasileiro

CPT = Comissão Pastoral da Terra

DCN = Diretrizes Curriculares Nacionais

EC = Estágio Curricular

EFA = Escola Família-Agrícola

EFASE = Escola Família-Agrícola do Sertão

FETAG = Federação dos Trabalhadores na Agricultura

IE = Intervenção Interna

INCRA = Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS = Instituto Nacional de Seguridade Social

IRPAA = Instituto Regional de Pequena Agropecuária Apropriada

JAC = Juventude Agrária Católica

LGBT = Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais  
MEPES = Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo  
MOC = Movimento de Organização Comunitária  
MSdoC = Movimentos Sociais do Campo  
MST = Movimento de Trabalhadores Sem Terra  
OIT = Organização Internacional do Trabalho  
ONG = Organização Não Governamental  
PE = Plano de Estudos  
PPJ = Projeto Profissional do Jovem  
PRONERA = Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
REFAISA = Rede de Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido  
RESAB = Rede de Educadores do Semiárido Brasileiro  
SEBRAE = Serviço Brasileiro de Apoio ao Empreendedorismo  
SETPS = Sindicato de Transporte de Passageiros de Salvador  
TCC = Trabalho de Conclusão de Curso  
TRT = Tribunal Regional do Trabalho  
UEFS = Universidade Estadual de Feira de Santana  
UFBA = Universidade Federal da Bahia  
UNEB = Universidade do Estado da Bahia  
UNEFAB = União Nacional das Escolas-Família Agrícolas do Brasil  
UNICEF = Fundo das Nações Unidas para a Infância  
VE = Viagem de Estudos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1 (DES) APONTAMENTOS SOBRE O MÉTODO E TÉCNICAS.....</b>	<b>22</b>
<b>2 HISTÓRIAS E IDENTIDADES.....</b>	<b>31</b>
2.1 O CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO DA FORMAÇÃO DO GRUPO.....	31
2.2 IDENTIDADE CAMPONESA DE FUNDO DE PASTO E IDENTIDADE DE MOVIMENTO SÓCIO-COMUNITÁRIO.....	48
2.3 ARRANJOS PARA A CONVIVÊNCIA NO SEMIÁRIDO.....	60
2.4 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO.....	69
<b>2.4.1 Estrutura Organizacional e Funcionamento.....</b>	<b>69</b>
<b>2.4.2 Financiamento.....</b>	<b>76</b>
<b>3 CONCEPÇÕES POLÍTICAS E EDUCATIVAS.....</b>	<b>80</b>
3.1 PREÂMBULOS À CONCEPÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA.....	80
3.2 DIFERENTES CONCEPÇÕES POLÍTICA EDUCATIVA.....	88
3.3 COMPLEMENTARIDADE ENTRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA.....	93
3.4 PRÁTICAS EDUCATIVAS NO COTIDIANO .....	102
<b>3.4.1 Reuniões.....</b>	<b>102</b>
<b>3.4.2 Assembleias.....</b>	<b>104</b>
<b>3.4.3 Mutirões.....</b>	<b>107</b>
<b>3.4.4 Mística.....</b>	<b>111</b>
<b>3.4.5 Serões .....</b>	<b>118</b>
<b>3.4.6 Feiras e Exposições de Artesanatos.....</b>	<b>120</b>
<b>3.4.7 Feiras e Exposições Solidárias.....</b>	<b>121</b>
<b>3.4.8 Dramatizações Teatrais.....</b>	<b>127</b>
<b>3.4.9 Cursos e/ou Capacitações.....</b>	<b>128</b>
<b>4 O SENTIDO DA EDUCAÇÃO POLÍTICA PARA A AREFASE.....</b>	<b>132</b>
4.1 EDUCAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.....	134
4.2 AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO.....	138
4.3 REDES SOCIOPOLÍTICAS.....	143

4.4 ALGUNS RESULTADOS DAS AÇÕES DA AREFASE .....	145
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	155
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	159
<b>APÊNDICE A</b> - Identificação dos colaboradores respondentes das entrevistas.....	165
<b>APÊNDICE B</b> - Roteiro utilizado nas entrevistas.....	173
<b>ANEXO A</b> - Convites para assembleia da AREFASE e encerramento das atividades da EFASE/2010.....	175

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação é resultado da sistematização de um estudo de caso realizado na Associação Regional da Escola Família Agrícola do Sertão (AREFASE) e na Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE), situadas no município de Monte Santo, no Estado da Bahia. Trata-se de um trabalho elaborado sob a perspectiva de uma pedagoga orientada por um antropólogo, por mais que fizéssemos o exercício de distanciamento do objeto e de alteridade profissional, carrega traços das nossas subjetividades, das nossas referências acadêmicas, histórias de vida e da nossa memória social.

Para compreender como surgiu o interesse neste estudo contaremos um pouco da história da aproximação com a AREFASE, que aconteceu em 2008, através do Centro de Estudos em Direitos Humanos e Assuntos Penais – CEDHAP JJ Calmon de Passos, hoje denominado de Centro de Estudos em Direitos Humanos – CEDH. O CEDH é um órgão da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia (SJCDH/BA).

O CEDHAP recebeu um projeto para realizar um curso de Formação Básica em Direitos Humanos e Agricultura Familiar para jovens trabalhadores na agricultura familiar do Sertão de Monte Santo, alguns deles membros da Associação Regional da Escola-Família Agrícola do Sertão (AREFASE) e/ou da Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE), no Estado da Bahia. O curso deveria contribuir para a preparação de jovens que atuariam no Centro de Referência aos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região de Monte Santo, Bahia.

O planejamento do curso considerou a realidade camponesa e os objetivos da implantação do referido Centro de Referência, que foi implantado através de um projeto aprovado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), vinculada ao Governo Federal. Esse Centro se tornou conhecido por Balcão de Direitos Humanos de Monte Santo.

Naquela época, a gestão do CEDHAP designava as atividades aos seus membros por projeto, fiquei à frente desse projeto. A missão era estruturar um projeto, dar suporte técnico-pedagógico e apoio logístico para que o curso acontecesse. Traçamos um plano, com metas, estratégias e objetivos e começamos o curso.

Desenvolvemos um método de curso baseado nas narrativas de Nelson Mandela<sup>1</sup>, adequamos à linguagem e nível de complexidade para que os conteúdos fossem discutidos nas comunidades de modo compreensivo no momento do repasse de conteúdos que aconteceria em reuniões conduzidas pelos jovens cursistas em suas comunidades de origem. A formação teve cunho instrumental básico para que os jovens pudessem atuar orientando casos que envolvessem questões sobre violações dos direitos humanos e civis do público alvo, ou seja, público de trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar, na região citada.

O curso teve 112 (cento e doze) horas de duração, distribuídas em 7 (sete) encontros durante o ano de 2009. Foi estruturado de modo que os jovens pudessem conhecer e visitar as principais instâncias, órgãos e instituições de defesa dos direitos humanos situados em Salvador, também se identificou aqueles regionalizados para facilitar a articulação e mobilidade locais. Foram abordadas as seguintes temáticas:

<b>Programa de Conteúdos</b>	
Política Agrária Nacional	Direitos Humanos e Movimentos Sociais
Legislação Trabalhista	Trabalho Escravo e Trabalho Infantil
Legislação Previdenciária	Direitos Humanos e Direitos das Crianças e dos Adolescentes
Direitos Humanos e Cidadania	Noções sobre metodologia de desenvolvimento de grupos e sistematização de experiências
Direitos Humanos e Direitos específicos: direitos das pessoas com deficiências; direitos das pessoas idosas; etnias Indígenas; LGBT (homofobia);	Visitas técnicas ao INCRA, AATR-BA e FETAG-BA

Quadro 1 - Programa de conteúdos do curso de formação básica para jovens trabalhadores na agricultura familiar na região do sertão da Bahia.

Fonte: SJCDH, 2009. Elaboração própria

Um dos compromissos de contrapartida acordado entre a AREFASE e a SJCDH, foi a tarefa dos jovens em repassar os conteúdos aos membros das comunidades onde há ações da associação. Embora o CEDHAP não tenha acompanhado as atividades em campo, os relatos davam conta de que cada membro do grupo de formação no curso

<sup>1</sup>Nelson de Jesus Lopes, conhecido por Nelson Mandela.

realizava o repasse dos temas/conteúdos em comunidades da região, distribuídas conforme critérios e estratégias metodológicas orientadas pela AREFASE. Cada grupo beneficiário foi composto por lideranças locais, variando a quantidade, em média 25 (vinte e cinco) pessoas por encontro. Portanto, calcula-se que o repasse/socialização, tenha alcançado uma média de 375 (trezentos e setenta e cinco) líderes locais.

Em Salvador foram mobilizadas pelo menos 35 (trinta e cinco) instituições. Sendo que destas, 30(trinta) colaboraram diretamente com a formação, através de palestras, aulas, exposições e visitas guiadas. Outras colaboraram indiretamente, seja na indicação de palestrantes ou mediadores, recomendação ou orientação para o desenvolvimento do curso, seja em contribuições indiretas cito: o Sindicato de Transporte de Passageiros de Salvador (SETPS), que não colaborou diretamente nas aulas, mas cedeu transporte para a realização de visita técnica, no âmbito metropolitano como também no caso de concessão atípica dos hotéis, em permitir que os membros do grupo em formação, deixem suas dependências em até 3 horas após o *check out*. Mobilizaram-se ainda diversas secretarias do Estado para que pudessem colaborar na exposição de políticas e propostas do Estado para trabalhadores na agricultura familiar. Também houve articulação com instituições não governamentais, no sentido de provocar discussões sobre o papel destas na composição da organização da sociedade civil e suas respectivas ações, por exemplo, a OIT, UNICEF, FETAG, AATR-BA, CECUP entre outras.

Essa dinâmica da AREFASE atraiu e despertou o desafio: “descobrir quais as estratégias que esse grupo utiliza para promover uma educação que eles sempre dizem ser diferenciada”.

Outro elemento que nos despertou para o desafio foi o fato de não termos acompanhado essa prática de repasse dos conteúdos para lideranças nas comunidades. Relatos da vivência cotidiana nas comunidades nos instigavam: Como isso ocorre na prática? Como fazem dialogar os conhecimentos técnico-científicos produzidos academicamente, por exemplo, o conhecimento jurídico-formal, de uma linguagem extremamente complexa, os mesmos utilizados pelos procuradores e promotores de justiça, e os conhecimentos do senso comum? Há, de fato, alguma

estratégia diferente? Se há, quais são? Há reprodução ou adaptação desses conhecimentos?

As inquietações foram sistematizadas em proposta de pesquisa submetida à seleção do mestrado em Educação e Contemporaneidade. Com o objeto selecionado, desde então, tem contribuído muito para o aprendizado acadêmico e pessoal, principalmente sobre as práticas educativas e sociocomunitárias, inclusive provocando reflexão sobre como o conhecimento científico pode ser útil e não apenas alvo de críticas quando se trata de formações em comunidades tradicionais.

E foi a partir desse contexto que surgiu o problema que moveu o estudo de caso, uma situação comum em experiências observadas sobre a educação do campo. Uma experiência pensada por trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar para promover a autoformação e a formação de seus filhos e filhas. Uma formação que englobasse as dimensões técnico-profissional, humana e social. Tratam-se das estratégias utilizadas para alcançar os resultados e como a transcendência dessa experiência favorece também a educação de familiares e de toda a comunidade no entorno da AREFASE/EFASE.

Tudo isso nos despertou uma série de questionamentos sobre os interesses desse grupo. Fazemo-nos os seguintes questionamentos: a) Por que eles queriam uma educação diferente? b) Que concepção de educação tem esse grupo? c) O que eles determinam como diferente? d) O que diferencia suas práticas? e) Que práticas podem ser elencadas para dar conta da proposta de uma educação contextualizada para o grupo? f) Como se organizam? g) Que estratégias são utilizadas para aproximar ou promover o diálogo entre o conhecimento do senso comum e os conhecimentos técnico-científicos? h) A práxis educativa promove autonomia?

Estes questionamentos básicos guiaram as investigações sistematizadas no estudo de caso. Mas, longe da pretensão de esgotar o assunto, aliás, as medidas, muitas vezes, foram limitadas pelos próprios colaboradores. Foram eles e elas, quem respondiam ou comentavam até o ponto em que lhes parecia convenientes, por mais que insistíssemos. Esforçamo-nos em ser compreensíveis, pois, quem opta pela abordagem descritiva sabe que não existe a possibilidade de examinar exaustivamente

um objeto a ponto de não haver outras possibilidades de outras descrições, ou mesmo outras análises.

A partir destas inquietações, surgiu o problema da pesquisa: “Qual a concepção político-educativa e que estratégias são adotadas pela AREFASE para promover educação no cotidiano dos trabalhadores da agricultura familiar na região do Sertão de Monte Santo - Bahia?” E para melhor definição dos nossos interesses, traçamos os seguintes objetivos:

- Descrever a história e a estrutura organizacional da AREFASE e EFASE;
- Sistematizar as concepções política e educativa da associação;
- Compreender o sentido da educação política para associação;
- Registrar os processos e estratégias das práticas educativas cotidianas na associação.

Depois de definir os objetivos é importante fazer alguns esclarecimentos sobre a organização da escrita e estruturação das seções desta dissertação. Assim, além da história da AREFASE, fez-se necessário também um breve histórico descritivo da EFASE, pois, apesar de existirem com objetivos afins, juridicamente há personificações diferentes. Se fizermos uma analogia familiar, podemos dizer que a AREFASE é a mãe e a EFASE, a filha. Ambas atuam para atingir os objetivos para os quais foram constituídas: promover educação diferenciada para filhos e trabalhadores na agricultura familiar, no sertão da região de Monte Santo.

O objeto de estudo foi sistematizado e organizado em quatro seções: 1 – trata das questões de (des)apontamentos sobre o método e técnicas adotados: um exercício de diferenciação dos olhares pedagógico e socioantropológico das práticas educativas desenvolvidas pelas instituições em estudo. Na seção 2, fez-se uma contextualização das histórias das instituições e das identidades: camponeses de comunidades tradicionais de fundo de pasto e movimento sociocomunitário, também aborda questões relativas à organização e gestão: estrutura, funcionamento e financiamento. A seção 3 expõe as Concepções Políticas e Educativas e, algumas atividades estratégicas de educação sociocomunitária; já a seção 4 trata do Sentido da Educação Política para a AREFASE enquanto colaboradora de processos que promovem autonomia e

emancipação humana, além do registro de alguns resultados do trabalho desenvolvidos pela AREFASE e EFASE.

Os resultados do estudo de caso apontam para a superação do paradigma da educação hegemônica e alienadora, bem como a transcendência da proposta e da concepção de educação-escolarizada para um conjunto de práticas educativas que englobam as práticas pedagógicas e de sociabilidade. É sobre estas abordagens que trata este trabalho.

No item das considerações finais, destaca-se a incompletude deste estudo, visto que há necessidade de se aprofundar sobre a gênese da formação intelectual dos protagonistas deste estudo, ou seja, quais instituições e movimentos sociais contribuem para suas formações; bem como a análise dos vínculos e das ações educativas desenvolvidas pelas entidades parceiras em redes sócio-políticas, assim como seus resultados e impactos no desenvolvimento local/regional.

A próxima seção fará exposição sobre o percurso metodológico e as opções que subsidiaram a coleta e o tratamento das de informações.

## 1 (DES)APONTAMENTOS SOBRE O MÉTODO E AS TÉCNICAS

Normalmente se fazem apontamentos sobre os aportes teórico-metodológicos adotados para desenvolver uma pesquisa, neste caso houve um desapontamento porque as referências pedagógicas não foram suficientes para responder sobre a diversidade de práticas e processos educativos (mais amplos do que as práticas pedagógicas) que foram identificados no decorrer da pesquisa e foi preciso lançar mão de referências das áreas da história, sociologia e antropologia, entre outras áreas de conhecimento.

Em um curso de pedagogia, as disciplinas das Ciências Sociais abordam muito superficialmente os conteúdos que dão noção da contribuição destas áreas de conhecimento para a educação. Isso provocou um desafio enorme, não fosse a compreensão, experiência e dedicação do orientador, talvez não fosse possível chegar ao ponto em que se encontra. Mas, deixando o (des)apontamento de lado, passemos às questões teórico-metodológicas.

As visitas à AREFASE/EFASE sempre foram muito produtivas e, muitas vezes, tivemos informações a respeito das atividades e a dinâmica da AREFASE e EFASE através de e-mails ou telefonemas.

Foram três visitas a Monte Santo. A primeira, em dezembro de 2010, entre os dias 14 e 17, quando ocorreu uma assembleia geral da AREFASE e encerramento das atividades da EFASE. Nesta incursão, conversamos muito com as pessoas sobre o objeto de pesquisa. Estas conversas não foram gravadas, às vezes sentíamos que não seria o momento, era preciso conquistar a confiança das pessoas, pois, apesar da referência de militância, não conhecíamos a maioria das pessoas que circulavam na EFASE naqueles dias. Foram três dias intensos de coleta de informações, muito válidas para o estudo de caso. Pode-se observar como as pessoas se relacionam, como se comportam em relação aos interesses coletivos, ouvir suas ideias e críticas. Esse foi o momento inicial da pesquisa. Um curto período, mas um momento em que muitos estavam no mesmo local, pois devido à distância entre alguns municípios e comunidades os encontros são difíceis. São distâncias, de até 300 km da sede da

AREFASE, onde está também a EFASE. Mais precisamente no assentamento Varjão Terra Livre, no município de Monte Santo.

Depois da visita os contatos permaneceram, mais por telefone e e-mails, com relativa frequência. Sempre soubemos o que estava acontecendo por lá: um convênio novo, um curso, uma nova parceria. Às vezes a notícia não era muito boa como as perseguições, os conflitos e até perdas de companheiros de forma violenta, na luta pela terra, pela água, pela convivência no semiárido. Acompanhamos assim, longe fisicamente, mas próximos afetivamente. Mantinham-nos informados.

Em outubro de 2011, voltamos ao campo, entre os dias 13 e 15. Foi a segunda visita. Desta vez levamos um questionário semiestruturado para orientar as entrevistas que foram gravadas. Pretendíamos voltar em setembro, mas a morte de um companheiro, de forma violenta, assustou a todos e, por precaução, fomos orientados por eles a deixar a poeira baixar. Quando chegamos, já em meados de outubro, ainda encontrei muita incerteza, muita insegurança e medo, por parte dos militantes. Mesmo assim, conseguimos realizar cinco entrevistas com pessoas consideradas chave, por conhecerem e até terem colaborado na concepção da AREFASE e da EFASE, com exceção da professora Angelita Dias que chegou durante a construção da EFASE.

Entrevistamos<sup>2</sup> a monitora Angelita Dias, o monitor e estudante<sup>3</sup> egresso Adílson Santana, juntamente com Evaristo Lima que, também é estudante egresso e militante na luta pela água no sertão. O Nelson Lopes, mais conhecido por Nelson Mandela, é um dos mentores do projeto de educação diferenciada no campo. Também entrevistamos Glória Cardoso, parceira de luta desde que Nelson apareceu com a ideia da educação diferenciada, militante de movimentos sociais e, atualmente dirigente do Partido dos Trabalhadores (PT), no município de Monte Santo.

A terceira visita ocorreu após a fase de qualificação da dissertação. A banca examinadora provocou alguns questionamentos e, embora já tivesse muito material das entrevistas anteriores ainda não explorados, voltamos ao campo com questões mais direcionadas. Fomos ao campo do dia 13 a 15 de janeiro de 2012. Entrevistamos mais

---

<sup>2</sup> Para mais informações sobre quem são os colaboradores, favor consultar os apêndices desta dissertação.

<sup>3</sup> Neste trabalho a denominação estudante e aluno têm o mesmo sentido. Na maioria das vezes os membros colaboradores da pesquisa denominam “alunos” e os pesquisadores denominam de “estudantes”.

três membros da AREFASE: Samuel Reis, egresso da EFASE e militante na AREFASE; José Elias de Andrade, conhecido como Zito e; Edmundo Silva Oliveira, pais de estudantes da EFASE e sócios-fundadores da AREFASE.

Infelizmente não houve tempo para continuar as atividades em campo, durante a terceira visita, pois recebemos uma notícia muito triste sobre o falecimento da minha avó paterna, fato que me desestruturou e me fez deixar o campo para participar da cerimônia de despedida de minha avó.

Esta foi a parte descritiva das atividades desenvolvidas em campo. Mas, há outra parte, que aconteceu simultaneamente, a construção metodológica e de fundamentação e abordagem teórica, juntas essas partes se complementam para compor o trabalho de coleta e sistematização do estudo de caso.

Literalmente, palavra método significa “maneira, modo de fazer, tecnologia, arte, processo de efetuar, sistemática de proceder” (Scottini, 1998, p.296). Este trabalho não apresenta discussão metodológica acerca de como se faz uma dissertação, apenas descreve o percurso metodológico do estudo de caso.

Apesar da tentativa de descrever o significado e o sentido social das práticas educativas na AREFASE/EFASE, este trabalho adotou apenas alguns critérios da etnopesquisa como, por exemplo, a forma de escrita e a análise de conteúdos. Para suplantar nossas opções de escrita, buscamos referências como o descrito por Roberto Macedo, que nos diz o seguinte:

No que se refere ao estilo de escrita na redação de uma etnopesquisa, considera-se um assunto eminentemente pessoal. [...] esta sugestão contrasta com o estilo impessoal de rigor nas ciências experimentais, onde o “eu” é banido a fim de preservar o mais possível a neutralidade e a objetividade. [...] (MACEDO, 2004, p. 208)

De fato, o estilo de escrita narrativo nos impele a um envolvimento muito singular, pois, a tarefa de “descrever” não é tão simples como muitos pensam. Ademais, nem todo pesquisador domina as técnicas de produção textual com a mesma facilidade que fazem os jornalistas e os profissionais formados nos cursos de letras, por exemplo. Ao contrário, houve muito conflito subjetivo na forma de expressão daquilo que foi observado, isso se deu porque o ranço do rigor das ciências experimentais é muito forte ainda hoje.

Optamos então por uma escrita dissertativa que promove diálogos entre os discursos dos colaboradores e as inferências sobre as contribuições dos autores escolhidos para compor o aporte teórico das análises aqui apresentadas. Será percebido no decorrer deste trabalho, que as falas dos colaboradores em suas variantes linguísticas e formas de expressão foram preservadas. O que, às vezes, pode parecer tosco para um trabalho acadêmico, mas isso é proposital. Nossa pretensão é fazer descrição e análise de conteúdos e não análise linguística ou do discurso.

Em relação à análise de conteúdos o autor, Roberto Macedo, diz que é importante considerar algumas peculiaridades:

Uma delas é que se trata de um meio para estudar a comunicação entre atores sociais, enfatizando a análise dos conteúdos das mensagens. [...] Uma outra peculiaridade que convém salientar é que análise de conteúdos é um conjunto de recursos metodológicos. Conceituação, codificação, categorização de recursos de análises incontornáveis quando se lança mão desse tipo de procedimento interpretativo. [...] Da perspectiva da etnopesquisa, a análise de conteúdo é um recurso metodológico interpretacionista que visa descobrir o sentido das mensagens de uma dada situação comunicativa. [...] (MACEDO, 2004, p. 208-209) (sic)

Embora não tenhamos a intenção de fazer uma comparação entre literaturas, encontramos em José Jorge de Carvalho (2001) os subsídios para compreender as possibilidades de descrição. Para ele, que é antropólogo, a etnografia crítica pós-colonial, está voltada para a “narração das vozes subalternas”, que no nosso caso são vozes dos trabalhadores na agricultura familiar da região do sertão baiano, omitidas da história oficial.

O planejamento, fase imprescindível em qualquer atividade sistemática, foi realizado primeiro com o orientador e depois com os membros da AREFASE. Foi nessa fase que escolhemos os rumos que tomaram esta pesquisa e elaboramos as seguintes estratégias: primeiramente uma visita de aproximação, ou seja, um momento de conversas aleatórias com diferentes membros da AREFASE e EFASE. Também foi uma oportunidade de observar como as pessoas se relacionam hierarquicamente, como são distribuídas e cumpridas as tarefas.

A partir dessas conversas e observações, foi possível elaborar um conjunto de questionamentos e agrupá-los em blocos temáticos para facilitar o entendimento daquilo que buscávamos compreender metodologicamente. Embora, os

questionamentos tenham sido apresentados de modo agrupado, a sequência das perguntas durante as entrevistas oscilou muito. As entrevistas transcorreram de acordo com as expressões dos entrevistados, tiveram curso conforme a apropriação acerca do tema e o conforto de cada colaborador. Essa liberdade foi necessária em nome das experiências e modos de percepções subjetivas.

A coleta de informações não obedeceu rigidamente ao que foi planejado. Assim, alguns membros tiveram acesso às questões antes de respondê-las, outros só tiveram conhecimento no momento da entrevista. Sendo que não houve um questionário aplicado, mas questões a serem respondidas, estruturadas em um roteiro de perguntas. Portanto, o tratamento dado às informações foi predominantemente quantitativo. As entrevistas aconteceram na segunda e terceira visitas, sendo que na terceira visita nenhum dos entrevistados teve acesso antecipado às questões. O roteiro de questões para a terceira visita incluiu questões diferentes do elenco de questões da segunda visita, por se tratar de um complemento sinalizado pela banca examinadora. O roteiro completo com o elenco de questões está exposto no apêndice deste trabalho.

As entrevistas foram realizadas como uma tentativa de buscar o significado social daquilo que foi observado e das narrativas ouvidas durante a primeira visita. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas, algumas realizadas durante a segunda visita voltaram ao campo para uma breve checagem de informações. As transcrições, realizadas através da escuta fonológica e escrita digitalizada exigiram muita atenção e dedicação, pois as variantes linguísticas e os falares regionalizados, às vezes, deixavam dúvidas do sentido das expressões. E como não há o recurso visual em transcrições fonológicas, foi preciso apelar para a memória e relacionar alguns gestos às expressões verbalizadas. Assim se iniciou o tratamento das informações, transcrevendo-as. Depois, agrupando por temáticas e categorias e, por fim as analisando sob a luz do quadro teórico e de referências, como mandam as teorias da história oral e da análise de conteúdos.

Do ponto de vista metodológico, somente após realizar as transcrições é que se pode elaborar algum senso analítico. Os dados passam então por um processo de codificação, neste sentido, subsidiou-nos as leituras da obra de Roberto Macedo, da qual destacamos o seguinte:

[...] Codificar pode ser definido como um *sentido geral de categorizar os dados*. Um código é o produto das análises do *corpus* empírico, levando em consideração os objetivos da pesquisa, suas questões fundamentais e os interesses teóricos do pesquisador. Longe de serem noções rígidas, os códigos devem estar disponíveis para modificações constantes e trocas, dependendo dos dados da entrevista. (MACEDO, 2004, p. 168) (grifos do autor)

Além da busca por respostas aos questionamentos objetivos, considerou-se ainda a narrativa das histórias vividas pelos colaboradores no contexto da formação e continuidade da AREFASE e EFASE. Assim será notável aos leitores deste trabalho a indivisível relação entre as histórias de vida dos sujeitos e das instituições.

A opção pela História Oral foi proposital e tem um sentido neste trabalho. Roberto Macedo afirma que:

A História Oral vem, portanto, se opor como contra-história, operando uma visão historiográfica radical, tanto do ponto de vista dos objetivos como dos métodos. História vista de baixo, história local e do comunitário, história dos humildes e dos sem-história, tira do esquecimento aquilo que a história oficial sepultou. [...] Propõe-se a devolver a palavra ao povo, ao rural, ao primitivo. História quente, militante, história dos excluídos, em que o oral se opõe ao escrito como a natureza à cultura, o vivenciado ao concebido, o verdadeiro ao artificial. [...]. (idem, p. 173) (sic)

Além das visitas para coleta de informações em campo foi imprescindível também pesquisas bibliográficas que pudessem referenciar a análise e comparação dos achados. Foram muitas leituras e estudos. Das leituras realizadas só serão citadas aqui menos de um terço. As demais, em sua maioria, ajudaram muito para compreender o contexto a apropriação de conceitos importantes nesse estudo, mas não contribuíram diretamente na produção do texto dissertativo.

Apropriamo-nos da colaboração de Carlos Rodrigues Brandão (1995) para abordar as diferentes concepções de educação, enquanto Zaia Brandão (2002) nos mostrou que a educação vista da perspectiva como os membros da AREFASE/EFASE veem é uma educação plural, que sinaliza o sentido político da negociação. Michel Apple (1997) sinaliza os elementos de comparação que utilizamos para fazer relação entre os anseios do grupo e a tentativa consciente destes, para manter um sentimento de comunidade; ele mesmo, em outra obra publicada em 1989 faz uma crítica à mera descrição funcional da reprodução ideológica através da escolarização, dizendo que esta não exprime sua coerência funcional e que, muitas vezes, as análises apontam

apenas para uma “reprodução contestada”, mas que não influencia nem interfere nas práxis.

A busca por suporte que ajudasse a realizar e compreender as descrições daquilo que foi visto e percebido em campo e sobre o que fazer com esses dados, beirou a angústia, sobre isso encontramos a colaboração de Alba Zaluar, que descreve a angústia quando um pesquisador se depara com a diversidade de material coletado em campo:

[...] senão diante de dados de tipo diferente, pelo menos diante dos arranjos diversos da tensão sempre existente, em qualquer classe social, entre o individual e o coletivo, entre o privado e o público, entre o próximo e o distante, entre o íntimo e o formal. (ZALUAR, 2000, p.37)

Nessa busca por delineamento do caminho, das técnicas e instrumentos de pesquisa, houve também outros contatos com literaturas pertinentes e importantes, como as obras de Michel Pollak (1989) que critica o método positivista cartesiano e aponta outras possibilidades epistemológicas, baseadas em memórias coletivas, considerando a sensibilidade das pessoas. Já em outra obra (1992) ele nos chama a atenção para o que considera o problema da ligação entre memória e identidade social, mais especificamente no que se refere às histórias de vida, atualmente concebida como nova área de pesquisa, a da história oral. Ele demonstra assim, que é possível se fazer uma estreita relação entre a história oral e a história de vida e que a história oral, por sua vez, se relaciona com a memória individual ou coletiva.

Edward Palm Thompson (2001) nos mostra que a História enquanto ciência não é neutra e tem invisibilizado o homem e a mulher comum, principalmente camponeses, em detrimento dos políticos, pensadores, empresários, generais, mas na medida em que eles saem de cena, pela desconstrução das hegemonias, entra em cena um elenco de personagens comuns, como os trabalhadores na agricultura familiar, antes considerados apenas como figurantes, sem importância para a História.

E para complementar os argumentos em defesa da opção pela história oral, adotada neste trabalho como técnica de pesquisa, Hampâté-Bâ (1982) nos provoca uma reflexão que contribui para desconstruir a hegemonia histórica da sobreposição da cultura escrita sobre a cultura oral.

Para justificar a adoção do termo “memória oral”, nos apropriamos da defesa de Ecléa Bosi (2003). Ela diz que a história que se apoia somente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios, percebidos individualmente, mas que conferem significado ao coletivo de determinado grupo.

E como as memórias são subjetivas, Iván Izquierdo (2004) nos faz referenciar a defesa de que o esquecimento é natural, por sermos seres humanos, dotados de sentimentos e sensibilidade, por desenvolvermos estratégias de superação de traumas ou mesmo lembranças de momentos agradáveis que não podem voltar, mas que de algum modo nos incomoda. E por fim, trazemos a contribuição de Manoel Pereira (2005), pois, segundo ele, o método da história oral permite que se trabalhe com a diversidade de abordagens interpretativas e temáticas.

Outra categoria que careceu ser destacada nessa pesquisa foi a concepção de cultura, aqui tomada no sentido conceituado pelo antropólogo Roberto da DaMatta

De fato, quando um antropólogo social fala em “cultura”, ele usa a palavra como um conceito chave para a interpretação da vida social. Porque para nós “cultura” não é simplesmente um referente que marca uma hierarquia de “civilização”, mas a maneira de viver total de um grupo, sociedade, país ou pessoa. Cultura é, em Antropologia Social e Sociologia, um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas. (DAMATTA, 1981, p.2) (sic)

Assim, quando tratamos de “cultura”, entendemos seu significado como o conjunto de produções e expressões cotidianas e não eventos pontuais.

Este argumento se justifica para explicitar que metodologicamente esta pesquisa é um estudo de caso, uma sistematização das estratégias e práticas educativas desenvolvidas pela AREFASE e EFASE para promover a educação de agricultores e agricultoras do segmento da agricultura familiar, mesmo sem levá-los diretamente à sala de aula. Esperamos que esse estudo de caso fomente outras análises, com abordagens em diferentes perspectivas.

Esta descrição metodológica é apenas uma sistematização para informar o percurso transcorrido durante as atividades da pesquisa, não representa com rigor e fidelidade toda a riqueza e os desafios encontrados pelo caminho, pois isso seria tema para outra dissertação. Por ora deve cumprir o papel informativo.

A partir deste ponto adentraremos ao desenvolvimento propriamente dito das questões relativas a esta pesquisa. Iniciemos pelas histórias e identidades, organização e financiamento da AREFASE/EFASE, assuntos discutidos na seção seguinte.

## 2 HISTÓRIAS E IDENTIDADES

Abdias Nascimento diz que “resgatar a nossa memória significa resgatarmos a nós mesmos das armadilhas da negação e do esquecimento”. (Nascimento, A., *apud* Bento, 2002, p. 42), respaldados nesse fundamento, registramos as histórias das instituições investigadas.

Toda instituição tem uma história, às vezes essa história é muito peculiar, pode ser revivida ou esquecida. Na AREFASE a história é muito viva e frequentemente é evocada para justificar ações e projetos, sempre calcados em bases da educação sociocomunitária. É disso que esta seção trata. Inicialmente faremos uma exposição sobre o contexto da formação do grupo. Depois, uma exposição sobre a identidade de comunidade tradicional de fundo de pasto, sobre o que demarca essa identidade de movimento sociocomunitário do campo com enfoque em fundos de pasto, diferenciando-a de outras instituições que também defendem a reforma agrária.

Ainda como parte da história e da identidade, teremos uma breve exposição da história e do contexto político em que a EFASE foi estruturada.

E por último, uma breve exposição descritiva dos arranjos para a convivência dos trabalhadores da agricultura familiar no sertão baiano.

### 2.1 O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DA FORMAÇÃO DO GRUPO

Antônio Dias Nascimento diz que:

[...] os movimentos sociais, ao que parece, já superaram a fase de estranhamento dos cientistas sociais e hoje passam a ser considerados como portadores de utopias, de horizontes que há algum tempo pareciam desaparecidos. (NASCIMENTO, A.D., 2004, p. 11)

Apesar de temas como movimentos sociais e comunidades tradicionais não pertencerem exatamente à área de domínio teórico da pedagogia, sem compreendê-los, torna-se difícil descrever e analisar os processos educativos que acontecem nas instituições que observamos.

Neste caso, somos convidados a colocar uma lente emprestada das Ciências Sociais para podermos perceber a relação entre Movimentos Sociais, Comunidades

Tradicionais de Fundo de Pasto e Educação. Como afirma Antônio Dias Nascimento, a fase de estranhamento já foi superada, cabe a nós pesquisadores, de agora em diante, tentar desvelar como são alimentadas as utopias, pois, os horizontes que antes apenas pareciam desaparecidos estão mais vivos do que nunca.

Embora a história contada, a partir deste momento, tenha sido expressada oralmente, precisamos lançar mão do recurso da escrita para transcrevê-la e registrá-la neste trabalho, mas sabemos que essa história oral tem uma estreita relação com a história de vida e a memória das pessoas que colaboraram nesta pesquisa, seja através das entrevistas, seja através das conversas abertas que tivemos durante as visitas ao campo, ou mesmo na observação de suas expressões cotidianas.

A história oral e a memória social no Brasil perderam seus *status* e prestígio social e cultural depois da colonização. Os colonizadores cultuavam a civilização do letramento em detrimento da cultura da expressão oral e da memória social, condenaram-nas como sendo pouco eficiente para se manterem registros. Os jesuítas que vieram para o Brasil vieram com a missão de escolarizar a população de nativos e filhos de colonizadores.

Apesar da tentativa de massificação da cultura escrita, a forma de comunicação e expressão oral, usadas para transmissão de valores e ensinamentos não desapareceram, estão vivas e permanecem úteis, principalmente nas comunidades tradicionais, entre elas as de fundo de pasto. Estão presentes no dia a dia, no modo de ensinar-e-aprender alguma coisa, seja nas expressões artísticas e religiosas, ou mesmo nas relações entre educação e trabalho, que em suas práticas não se dissociam.

Mesmo sabendo que a história oral e a memória oral são subjetivas, optamos por fazer os registros desta pesquisa a partir desses referenciais, devido ao fato de essa pesquisa ser realizada em comunidades consideradas tradicionais, onde a cultura, a história oral e a memória social têm lugar privilegiado no cotidiano. Assim, nos apropriamos das concepções de Ecléa Bosi (2003), Yara Ataíde (1997) e Edward Thompson (2001) para fundamentar nossos argumentos e defender a importância de contar histórias de gente comum, que não aparece nos livros didáticos como personagens históricos, políticos ou heróis, mas de gente que quase sempre teve suas histórias contadas à margem da história oficial. Apesar de não sermos historiadores,

ousamos registrar as histórias contadas pelo sertanejo trabalhador na agricultura familiar, o que não se confunde com o fazer história propriamente dita, conforme os cânones científicos da história oficial, mas, talvez, historiar.

Retomando a defesa feita por Bosi em que a história que se apoia somente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios, percebidos individualmente, mas que conferem significado ao coletivo de determinado grupo.

A memória oral, longe da unilateralidade para a qual tendem certas instituições, faz intervir pontos de vista contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e aí se encontra sua maior riqueza. Ela não pode atingir uma teoria da história nem pretender tal fato: ela ilustra o que chamamos hoje a História das Mentalidades, a História das Sensibilidades. (BOSI, 2003, p. 15)

Procuramos registrar a memória coletiva do grupo da AREFASE, ou seja, uma história baseada em sensibilidades, a registramos aqui.

O sentido da memória na AREFASE não é o mesmo sentido da memória africana, por exemplo, que tem por tradição a peculiaridade de “reconstituir o acontecimento ou a narrativa registrada em sua totalidade, tal como um filme que se desenrola do princípio ao fim e fazê-lo no presente”, como nos coloca Amadou Hampâté-Bâ (1982, p.215). Ele ressalta ainda que “não se trata de recordar, mas trazer ao presente um evento passado do qual todos participam, o narrador e sua audiência” (idem). Os membros da AREFASE contam as histórias a partir de narrativas que os envolvem nos eventos. Contam a partir de suas experiências no desenrolar da história.

Antes, porém, mais um esclarecimento sobre a escolha das personagens que compõem e contam histórias que se misturam com suas histórias de vida. Yara Dulce Ataíde nos chama atenção para o fato da inserção das pessoas comuns, antes não notadas aos olhos da história:

Na nossa sociedade, a história oficial ainda está ligada a acontecimentos políticos e fatos sociais que envolvem, principalmente, as classes dominantes, com especial ênfase nas pessoas consideradas famosas e notáveis. A história social do nosso povo, dos nossos bairros da periferia e das cidades do alto sertão, bem como o dia-a-dia do homem comum, ainda está por ser escrita. É preciso que se valorize, também, a experiência popular, a vivência dos estudantes e suas famílias e suas formas de resolver problemas e criar sua cultura. (ATAÍDE, 1997, p. 126)

Neste contexto, a história oral traz à visibilidade as pessoas da AREFASE não só como contadores, mas sujeitos da própria história. Passa também a ser uma contribuição à reflexão do tipo de produção que é estimulado na linha de pesquisa: Processos Civilizatórios: Educação, Memória e Pluralidade Cultural.

Mas, esse fenômeno não ocorre isolado em nosso país, ocorre também em outras sociedades, como pode ser observado na literatura inglesa, apesar das realidades socioculturais e econômicas distintas. Essa literatura também registra que os camponeses comuns da Inglaterra sempre foram excluídos da História, tal qual acontece no Brasil. Em um artigo sobre o folclore, a antropologia e a história social inglesa do século XVIII, Edward Thompson diz que:

[...] à medida que alguns atores principais da história – políticos, pensadores, empresários, generais - retiram-se da nossa atenção, um imenso elenco de suporte, que supúnhamos ser composto de simples figurantes, força sua entrada em cena. (THOMPSON, 2001, p. 234)

Foi lá pelos anos 1996 ou 1997 que a história da AREFASE começou. Quando um estudante de Agronomia, vindo de São Paulo, chegou a Monte Santo para fazer um estágio.

Em seu contato com as comunidades de agricultores familiares, ele percebeu muita angústia e inquietação de pais e estudantes, os filhos de trabalhadores do segmento da agricultura familiar, sobre a escola ofertada naquele contexto. Essa educação escolarizada era ofertada predominantemente na Rede Pública de Ensino e limitava-se à localização geográfica do campo, mas a práxis não se adequava à realidade local. Não há registros sobre alternativas de educação contextualizada para a população camponesa antes da iniciativa da AREFASE/EFASE.

Com uma visão social aguçada, Nelson de Jesus Lopes, hoje mais conhecido por Nelson Mandela, por acreditar, assim como o Nelson Mandela africano, na liberdade e emancipação humana, logo viu que a maioria dos adolescentes e jovens que frequentava as escolas localizadas no campo evadia ou não estava satisfeita com os resultados por ela proporcionados. Assim, durante o período do estágio, Nelson Mandela dialogava com os trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar, maioria oriunda de comunidades tradicionais de Fundo de Pasto, sobre a possibilidade de uma escola diferente.

A comunidade buscava outra forma de educação, uma educação que fosse capaz de responder as demandas sociais locais. Tal como as personagens que ilustram a história contada por Michel Apple (1997, p.222-230): ele relata uma história bastante semelhante à história da AREFASE, e a denomina como sendo uma “tentativa consciente, feita por um limitado grupo de pessoas, para manter um sentimento de comunidade”, alicerçado na ética da compassividade e na solidariedade, e ao mesmo tempo, “uma tentativa que significa um desafio para a política existente do conhecimento oficial e as nossas concepções”, num tipo de instituição que é difícil de ser mantida, a escola pública. No contraponto, ele diz ainda que, “a política da pedagogia não envolve apenas o que ou como alguém ensina, mas os direitos de outros que estão ‘sendo ensinados’ de participar conjuntamente na criação do ambiente pedagógico”. Demonstrando assim a possibilidade de uma prática pedagógica democrática que não só respeita a diversidade e pluralidade de modos de aprendizagem, mas também promove, de *per si*, um olhar atento ao seu papel social.

Hoje, alguns estudantes egressos e atuantes na EFASE e/ou AREFASE como monitores ou envolvidos em movimentos sociais e instituições da luta pela terra, pela água e pela sobrevivência no semiárido relatam como se sentiam na escola daquela época, antes da EFASE. Adilson e Evaristo são testemunhas dessa peleja:

No processo de início da escola, da AREFASE e EFASE, nós estávamos aí sem estudar, não era Evaristo? Eu também era um dos estudantes que tinha parado de estudar porque, para mim estudar - até aquela ideia, não é? Filho de agricultor não estuda. Fez a 6ª série já está bom, estudar mais que isso é algo para alguém que tem dinheiro, para o filho do rico e tal – e aí quando se começou a pensar em meados de 96 e 97, foi que a gente veio despertar para isso. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

A história de Adilson Santana foi confirmada por Evaristo Lima, que como outros jovens, sonhavam com a vida numa cidade grande, porém sem a perspectiva de continuar estudando. Assim disse Evaristo Lima:

Eu acho que estava parado, sem estudar, há mais ou menos uns quatro anos. Sem ir à escola, desmotivado, querendo chegar aos 18 anos para ir embora, não quis ficar mais perto de pai. Provavelmente, naquele tempo eu enchia muito o saco: “ah eu quero ir embora, vocês vão ver”. E de repente numa tarde eu encontro uma oportunidade e eu ouvi dizer: a escola chegou para vocês! E eu, contra a vontade de pai – porque estava chegando aos 18 anos -, contra a vontade de minha mãe, naquele momento eu disse: eu vou lá, vou ver o que é isso. E fui... (Evaristo Lima. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Evaristo Lima revela outro lado da expectativa de vida na cidade, o desejo de seus pais era que ele fosse para a cidade grande, pois, segundo ele, já não acreditavam na possibilidade de melhoria de vida através dos estudos naquele lugar. Entre as contradições do ficar e do partir havia algo em comum: o desejo de que algum acontecimento mudasse a situação em que se encontravam. Havia uma esperança, mesmo sem saber claramente qual. Numa perspectiva freireana, ainda não havia a “conscientização” propriamente dita, mas “uma tomada de consciência”, ou seja, um nível espontâneo de aproximação da realidade, mas sem aprofundamento da reflexão sobre essa, pois para ele “a conscientização” não está baseada sobre a consciência, de um lado, e o mundo de outro. (Freire, 1980, p. 26). E, nessa tomada de consciência da realidade que poderia ser mudada, que se sustentaram as provocações de Nelson Mandela, Glória Cardoso e outros que puxavam o movimento para a constituição da EFASE.

Por outro lado, alguns pais também manifestavam suas inquietações, principalmente quando viam seus filhos ao atingirem a maioridade civil partirem para cidades grandes em busca de uma vida melhor. Mas percebiam que, muitas vezes, seus filhos voltavam com os sonhos despedaçados, frustrados ou parcialmente alcançados. Então, Nelson Mandela resolveu instigar essas pessoas. Provocava-lhes uma reflexão sobre o porquê da incompatibilidade da escola oferecida aos seus filhos, do não corresponder às necessidades e anseios daquelas comunidades e, às vezes até os desvirtuavam. Quem nos conta isso é Glória Cardoso, outra militante, também mentora do movimento em prol de uma escola diferente, também atuante nos movimentos sociais e das lutas pela terra, pela água e pela convivência no semiárido. Ela nos conta:

[...] E nesse estágio, ele conversava sobre a ideia da escola-família agrícola, uma escola com uma ideia diferente, uma educação diferente, na ideia de manter o jovem do campo no seu próprio campo. No próprio campo, porque antes, os jovens vinham para cidade estudar - como sempre vêm, bastante jovens para a cidade. E aqui ele recebe uma educação completamente desligada da sua realidade, do seu dia a dia, do seu cotidiano. Então o que acontece? Ele não quer mais voltar para as suas atividades rurais, ele já quer mesmo é fazer as atividades da zona urbana. É tanto que quando eles chegam em casa não ajudam mais o pai ou a mãe [...]. (Glória Cardoso. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Com o tempo, as conversas tomaram forma e buscaram apoio em diferentes instituições, logo perceberam que não estavam sozinhos. Contava-se principalmente com o apoio da Igreja Católica, naquela época liderada pelo Padre Joaquim. E logo mobilizaram Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Associações, Pastorais Sociais e Cooperativas para, juntos, pensar numa escola diferente daquelas que lhes atendiam. Nesse vai e vem de discussões se passou quase um ano. Foram muitas reuniões em diversas comunidades situadas em municípios vizinhos. Isso porque a ideia era de uma Escola-Família Agrícola Regional. Pois, segundo seus fundadores, a questão não era peculiar ao município de Monte Santo. As reuniões, cada vez mais frequentes, envolviam mais gente e mais entidades. Entidades, como são chamadas as instituições por eles. O teor das reuniões era sempre a constituição e institucionalização da EFASE. Quando questionados sobre o que surgiu primeiro, se a Associação ou a Escola, Adílson Santana relembra a história:

Na verdade, começou com a AREFASE, mas a Escola-Família era o foco de toda discussão, de tentar trazer para Monte Santo a Escola-Agrícola, essa, assim como outras que conhecíamos, era uma escola que resistia. Tinha toda uma indignação aí com o processo de educação, com uma educação voltada para o filho do agricultor. E assim, havia alunos desistindo, enfim, sem estímulo para estudar porque a escola não era uma coisa boa, não era uma coisa para as pessoas do campo. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

O próprio Adilson foi protagonista desse triste episódio por ele narrado. Ele lamenta que a escola que tinham, apesar de estar situada no campo, não oferecia uma educação contextualizada: “Não era contextualizada, não eram trabalhados os elementos que os alunos viam no dia a dia na roça, nas comunidades”.

Para Maria do Socorro Batista há muitos entraves para a efetivação da educação do campo, dentre eles a falta de interesse dos gestores municipais e a falta de conhecimento das Diretrizes Operacionais para as Escolas do Campo. Porém, segundo ela, a falta de formação inicial e continuada de educadores, a falta de engajamento com os princípios da Educação do Campo, o desconhecimento da realidade e a não disponibilidade de educadores da própria localidade são muito marcantes. Sua reflexão conclusiva nos alerta:

O que diferencia a luta por educação encetada pelos camponeses dos demais movimentos que, historicamente, reivindicam educação para os setores populares, ou para populações excluídas, ou classes populares, é que eles não

se limitam à questão do direito, do acesso das crianças, jovens e adultos à educação escolar. O que demarca a diferença é a construção de um corpo teórico, metodológico, de uma pedagogia que fundamenta a reivindicação de uma educação cuja identidade é cultivada pelos próprios sujeitos, fertilizadas pelas culturas dos povos camponeses que têm a terra como base, que entende a educação engajada na transformação social, cultural e política da sociedade brasileira. (BATISTA, 2007, p. 186-187)

Todo esse contexto impelia os articuladores e defensores da EFASE a pensar em estratégias que a formalizasse. E foram buscar informações e trocar experiências com outras EFAS já constituídas. Portanto, nesse sentido, a formalização da EFASE não é muito diferente de outras escolas. Essa passagem quem nos conta é Adilson Santana mesmo:

E havia uma carência, porque a escola não pode, até seguindo, digamos assim, seguindo uma trajetória das outras Escolas-Famílias, da forma como as Escolas-Famílias se organizam, que nenhuma surge assim de uma hora para outra, deve existir uma associação de pais e alunos, então a partir desse momento que se pensou numa Escola-Família, imediatamente se pensa também que tem que ter uma associação e antes de tudo. Fundou-se a associação. E foi no final de 1997, para poder a partir daí surgir a Escola-Família. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Assim nasceu a AREFASE, uma Associação que tem como principal missão manter a EFASE, mas que ao longo da sua trajetória agregou outras ações educativas à sua existência. Desta forma, ela se constitui juridicamente para manter a EFASE.

Porém, esse “nascimento”, como em todo parto, não aconteceu sem conflitos. Nelson Mandela nos dá conta que suas investidas eram num projeto de educação não escolarizada:

Na nossa preparação, o que a gente tinha como sonho de educação, naquela época, antes da estruturação da Escola-Família Agrícola (EFA), era para fazer um tipo de educação não escolarizada. As Casas Familiares-Rurais têm essa característica. Elas são mais informais e elas fazem mutirões nas comunidades. Então, se junta três ou quatro monitores, facilitadores e passam uma semana numa comunidade. Aquela comunidade está farinha lá, por exemplo, e então, esses monitores, esses facilitadores vão farinha junto e vão ver o que está acontecendo com essa farinha. Se a mandioca está de boa qualidade, se a farinha está de boa qualidade, o que está precisando melhorar. [...] (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Como se pode perceber, outros pensamentos e anseios influenciaram na decisão por uma escola como nos padrões acadêmicos, a chamada escola formal. O que se defendia, segundo o próprio Nelson, era uma forma diferente de se promover a educação a partir de uma lógica cultural autônoma, como a educação que ocorre no

modelo das Casas Familiares-Rurais, porém, os agricultores optaram por um ensino reconhecido oficialmente, como o ensino promovido nas Escolas-Famílias Agrícolas, que os legitimassem, dando-lhes um diploma como instrumento de inserção no modelo de sociedade que os reconhecem social, político e profissionalmente. Ele diz:

É diferente. As Casas Familiares-Rurais têm essas características: a comunidade está lá plantando, então vamos lá plantar juntos, ver que tipo de semente está usando, que tipo de espaçamento, que tipo de solo, por que você escolheu esse solo? Então, vamos fazer de dia e à noite a gente vai conversar. E depois, que a gente senta e conversa: vamos escolher esse tipo de semente melhor para fazer um pedacinho, uma semente diferenciada, para ver o resultado. Nesse sentido, a educação se dá lá, só que ela não é considerada, ela não é escolarizada e, só que aí não gera documento, não gera reconhecimento oficial e, os pais da nossa região aqui, eles não aceitaram esse tipo de proposta. (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Assim, os ideais “antiformalistas” de Nelson Mandela se contrapuseram ao pragmatismo dos camponeses que já sendo marginalizados socialmente optam por um ensino que seja reconhecido oficialmente e legítimo, portanto, a formação de seus membros, dando a eles diploma e reconhecimento social, político e profissional, mais pertinente ao modelo difundido pelos italianos, as escolas famílias agrícolas. Enquanto perspectiva de Mandela aponta para a afirmação de uma lógica cultural autônoma, mas que, como vemos, com base em outro modelo, também importado, o francês, cuja denominação é Casas Familiares Rurais.

Segundo Marlene Ribeiro (2007, p.108-109) as Casas Familiares-Rurais<sup>4</sup> (CRFs) e as Escolas-Famílias Agrícolas (EFAs) têm origem e finalidades diferentes: As CRFs tiveram origem na França no final do século XIX e início do século XX, sofreram influência da Igreja Católica, através das Encíclicas Papais e de um movimento de nome *Sillon*<sup>5</sup>, que deu origem à Juventude Agrária Católica (JAC), “os pioneiros dessa experiência visavam desenvolver uma formação que permitisse aos agricultores criar e gerir, de forma autônoma, suas cooperativas e sindicatos”.

<sup>4</sup> Do francês *Maisson Familiales Rurales* – MFRs

<sup>5</sup> Segundo a autora, *sillon*, significa sulco em francês; o movimento foi difundido através de uma Revista de mesmo nome lançada em 1844, a ideia de sulcar a terra preparando-a para receber a semente, em analogia aos propósitos do movimento de “preparar os agricultores, por meio da formação e da mudança de mentalidade para ações afirmativas de participação, organização e protagonismo”. (Begnami, 2003, p.28; *apud* Ribeiro, 2007, p. 101).

Conta a autora, Marlene Ribeiro, que as EFAS no Brasil, tiveram maior influência da EFAS italianas, também guiadas pela Igreja Católica e que, inicialmente, previa a formação de um “curso de agricultura por correspondência e, junto com esse curso receberiam uma formação geral, humana e cristã, orientada pelo padre”, mas o ensino técnico exigiu uma práxis e, assim, surgiu a alternância. Diz Marlene Ribeiro:

Assim nasceu a pedagogia da alternância, onde se alternavam tempos/lugares de aprendizado, sendo uma formação geral e técnica em regime de internato, em um centro de formação e um trabalho prático na propriedade familiar do próprio aluno e/ou na sua comunidade. (RIBEIRO, 2007, p. 109) (sic)

Data de 1968 a formação da primeira EFA no Brasil, no Estado do Espírito Santo, impulsionada pelo “Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), com a participação do Padre Humberto Pietrogrande, que mediou o apoio institucional e financeiro da Igreja Católica e da sociedade italiana”. (idem, p. 110)

No Brasil, há muito tempo existe uma concepção de que para o cultivo da terra não é necessário o cultivo das letras. A exigência dos pais e demais militantes que pensaram a EFASE é uma ação afirmativa contra essa perspectiva, mesmo porque a justificativa dada pelos que pensaram a instituição é plausível, devido ao fato de que o sistema que predomina na sociedade brasileira, e na maioria das sociedades letradas, é o sistema de escolarização que deve complementar a educação que ocorre em outras instituições sociais. Essa ação pode ser considerada como afirmativa porque surge para suprir uma deficiência de escolarização dos jovens que vivem no campo, por outro lado reforça a inércia do Estado, que se omite à sua responsabilidade de promover condições para que haja equidade no acesso e permanência na escola, independentemente da classe social que o cidadão ocupa. Marlene Ribeiro diz que enquanto responsabilidades da educação do jovem camponês forem delegadas aos sindicatos, às organizações sociais e aos movimentos sociais populares restará ao “Estado apenas as tarefas de controles sobre a execução das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e pela oferta de certificados das atividades propriamente escolares”. (idem, p. 318). Neste caso, cabendo à própria comunidade a responsabilidade pelo financiamento desta modalidade de educação.

Como a pretensão inicial de Nelson Mandela, um dos mentores da EFASE, de constituir Casas Famílias-Rurais não pode se configurar, como vimos, encontrou-se

uma solução intermediária de educação escolarizada aliada à prática. Assim, se desenvolveu uma proposta articulando os dois modelos. Apesar da influência italiana, cuja ideologia é o desenvolvimento social, também se percebe influência francesa, no que tange à concepção de organização e produção para inserção no mundo capitalizado, seja através de cooperativas ou de associações.

Por tudo isso exposto, a EFASE tem um projeto político-pedagógico peculiar que se consubstancia numa tríade escola-família-comunidade. As relações estabelecidas nesse processo serão mais bem compreendidas nas seções em que descrevemos suas concepções políticas e educativas. Outra característica observada no projeto político-pedagógico é a estreita relação entre trabalho e formação socioprofissional, típica da pedagogia da alternância, adotada pela escola.

A concepção de escolarização para a AREFASE pode ser “lida” em um de seus símbolos, a bandeira. Segundo Maria do Socorro Batista (2007, p. 179), todo movimento social ou comunitário utiliza símbolos como uma bandeira, um hino, representados e estampados em camisetas e cartazes. Ela diz que os movimentos do campo representam frutos da produção e da agricultura como elementos da identidade e do orgulho para enfatizar o pertencimento a uma classe, a camponesa, e aos movimentos. Embora não se assumam enquanto movimento social, tanto a AREFASE quanto a EFASE têm seus símbolos específicos, suas bandeiras.

Na bandeira da AREFASE tem como símbolo, uma espécie de logotipo, que expressa o significado de sua existência: um mandacaru, uma caneta e um livro aberto. O mandacaru é o símbolo de resistência, representa ainda o conhecimento das peculiaridades do sertão. Embora pareça flutuar, não flutua, tem como base o solo, mostrando que é preciso sonhar, mas com os pés na realidade; a caneta e o livro representam o domínio da escrita e da leitura, instrumentos utilizados para registrar ou formalizar contratos, convênios, para inserção no mundo contratualizado. A cor verde, predominante, é associada à ideologia da esperança. O livro é representado aberto, sugerindo utilidade, uso contínuo e manuseio, está grafada a sigla “AREFASE”, como autoafirmação dos objetivos da associação.



Figura 1 – Símbolo da AREFASE  
 Fonte: AREFASE (Pesquisa de campo. Monte Santo, 2009)

A bandeira da escola é carregada de códigos que só quem conhece a sua história pode compreender os detalhes, numa ressignificação identitária, postaremos aqui para que se saiba dos seus elementos componentes. Traremos aqui a versão dada pelos próprios efaseanos.

Além de trazer grafada alfabeticamente a sigla “EFASE”, com a respectiva escrita por extenso do seu significado, traz também um sol, símbolo que representa o clima seco e estiado na maioria do tempo na região do Sertão, o mandacaru por sua vez é reconhecido pelos sertanejos por sua resistência ao clima semiárido: uma espécie de cacto carregado de espinhos, e sem folhagens, sua sombra é quase nada. No solo uma vegetação rasteira, típica da caatinga e a terra seca, simbolizando o elemento de luta pela sobrevivência no campo. Cruzados, uma enxada e um lápis, demonstrando a simbologia dos instrumentos de luta: o trabalho e a educação no campo, segurados por duas mãos em que não se distingue o sexo, o que segundo eles, é proposital, porque são contrários ao sexismo, seja na educação, seja no trabalho. A cor vermelha no fundo e nas letras que compõem a sigla é o sinal de posicionamento político à esquerda, cor muito utilizada pelos movimentos de oposição ao neoliberalismo e à política partidária da direita. E por fim, a identificação do município de Monte Santo, representando a região.



Figura 2 - Símbolo da EFASE

Fonte: EFASE (Pesquisa de campo. Monte Santo, 2009)

Bem, sobre a história da constituição da EFASE, tudo começa com uma história contada por muitos, mas com muitas informações em comum.

Depois de discutir e constituir juridicamente a AREFASE era hora de materializar o local das atividades da EFASE. Glória Cardoso é quem ilustra a história da construção da EFASE, mas é claro, com os complementos dos outros colaboradores.

Não tinha um terreno e foi discutido na associação. Saíram muitas ideias e a gente sugeriu fazer lá nesse Fundo de Pasto, que se chama Fundo de Pasto Varjão Terra Livre, no município de Monte Santo mesmo, por lá ter sido uma área conquistada. Foi grilada e foi conquistada com muita luta, pelo Movimento Social de Luta pela Terra e lá teve muitas perseguições, muitos conflitos e acabaram até tombando alguns. Houve confronto entre jagunços e trabalhadores e acabou tombando os jagunços pelo meio. Trabalhadores, graças a Deus, dessa vez não morreu ninguém. E aí foi feito [...] (Glória Cardoso. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

O relato é forte para os distraídos, esconde uma verdadeira guerra pela educação, em pleno Século XXI, no Brasil. A expressão “luta” é adotada no sentido literal, embate, confronto físico, às vezes terminando em morte. Mas, engana-se quem pensa que estivesse tudo resolvido. A EFASE começou a funcionar em um prédio emprestado, de uma das associações que apoiou a AREFASE/EFASE, em um povoado chamado Lagoa do Saco. Segundo algumas pessoas da AREFASE, essa é uma das comunidades mais organizada socialmente, tem o respeito das demais pela experiência e militância de seus membros. E Glória Cardoso diz que essa associação tem uma

sede que é um prédio grande, bem estruturado, por isso cedeu para o funcionamento da EFASE.

A EFASE funcionou na Lagoa do Saco por um ano. E durante este tempo houve uma intensa rotina de mutirões para construir a sede da EFASE numa área de Fundo de Pasto, já citada, mais perto da Lagoa do Pimentel, que por sinal recebe este nome em homenagem a um militante assassinado na luta pela terra naquela região. Evaristo Lima percebe a ocupação de um Fundo de Pasto para a construção da EFASE “como uma afirmação política da escola”.

Nelson Mandela foi quem planejou as plantas-baixas dos prédios e, a comunidade (pais, estudantes e monitores), se encarregou de mobilizar voluntários, para juntos construírem a EFASE.



Ilustração 1 – Prédios da EFASE  
(Pesquisa de campo. Monte Santo, 2010-2012)

Alguns estudantes, hoje egressos, contam que quase todos os domingos se faziam mutirões para carregar material, para fazer massa, para cobrir os primeiros

prédios. E foi assim que conseguiram finalizar alguns: o refeitório, as casas dos estudantes e algumas salas de aula.

Quem relembra como foram organizados os mutirões é a monitora Angelita Dias. Ela diz que tem em sua memória, ainda muito fresco, o que ocorreu, porque o fato coincidiu com a sua chegada à escola, revela ainda que os mutirões são arranjos coletivos utilizados como estratégias para superar dificuldades. Mais adiante ela falará sobre os objetivos e valores que se desenvolvem na atividade:

[...] E a escola não tinha recursos suficientes para pagar as pessoas para trabalhar na construção e, entre os pais, estudantes, companheiros de outras entidades foram identificados profissionais que se dispuseram a dedicar parte do seu tempo para ir a AREFASE para construir a EFASE. Eu lembro que o primeiro contato que tive com a escola-família, foi justamente no dia que eu visitei a escola e eles estavam em mutirão, os alunos lá, com o carrinho de terra na mão, carregavam água, o tijolo, os próprios alunos. (Angelita Dias. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Neste relato, a própria memória e a história de um dos membros coincidem com a da AREFASE. Michel Pollak afirma que os acontecimentos vividos pessoalmente, são elementos constitutivos da memória, seja individual ou coletiva, aliás, ele denomina de 'acontecimentos vividos por tabela', os eventos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. (Pollak, 1992, p. 201).

Mas, as dificuldades para implantar a EFASE não ficaram somente na estruturação física dos prédios, era preciso formar também os monitores e os critérios de escolha deveriam considerar as pessoas envolvidas no movimento pela escola. Glória Cardoso conta que tudo começou como trabalho de formiguinha. Nelson tentava convencer as pessoas, convidando aquelas que tinham no mínimo a escolarização de nível médio. Tal era a exigência para a formação que aconteceria no Estado do Espírito Santo, dado que na Bahia, naquela época, não havia atuação da União Nacional das Escolas-Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB), nem da Rede de Escolas-Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido (REFAISA), para proporcionar a formação desses monitores, para que eles aprendessem, de fato, o que é a Pedagogia da alternância. Esse curso teve a duração de um ano e nesse tempo de formação eles permaneceram fora da comunidade e das famílias, como registou o relato de Glória Cardoso:

Ele (Nelson) convidou pessoas da zona rural mesmo, para serem monitores, mas foi difícil. Acabou envolvendo umas meninas: a Nildes, que é do Marruás, também a Ivone, a Simone, o Edvaldo e a Ducarmo, que foram os primeiros

monitores da escola. Então eles foram fazer o curso para trabalhar. [...] Ninguém pode ser monitor da Escola-Família agrícola sem fazer esse curso inicial, porque fica difícil entender. (Glória Cardoso. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

A questão da formação docente e a rotatividade de monitores são sempre problemas e desafios para a gestão da EFASE, principalmente quando requer uma educação contextualizada e certas renúncias da vida pessoal em detrimento da profissional. Por isso, antes do treinamento técnico-pedagógico é dispensada uma orientação cuidadosa aos candidatos, que nem sempre podem ser selecionados pela EFASE, uma vez que muitos são cedidos através de convênios celebrados entre o Estado e a prefeitura do município de Monte Santo. Ocorrem, algumas vezes, casos de monitores que não se adaptam e deixam a instituição. Ou, ainda, há aqueles que não ficam em regime de internato e preferem se deslocar diariamente para a sede, distritos ou povoados próximos da escola. Quando isso ocorre, quebra a dinâmica da Pedagogia da Alternância e sobrecarrega os que ficam em tempo integral na instituição.

Os problemas para alcançar um funcionamento satisfatório não foram só os citados. Evaristo Lima lembra que quando chegaram ao local não havia água doce, para se beber ou cozinhar e nem energia elétrica, mas que isto se tornou um desafio cuja superação contribuiu para seu crescimento pessoal e desenvolvimento profissional, hoje ele luta em frentes pela defesa da água no Sertão:

Quando a gente mudou, em 1999, começamos a beber a água salgada, do poço. Sem energia [...] Enfrentamos tudo isso [...] E deu uma contribuição muito grande para minha vida, graças à escola eu conheço praticamente o município todo, trabalhei já em três municípios diferentes, justamente com a água. [...] E depois, fiz um acompanhamento muito forte da água, na perfuração de poços comunitários aqui do município. Que acabou trazendo os poços que a gente acompanhou, na época. E depois, eu me encaminhei e determinei que a água seria meu rumo e hoje eu ainda estou na água. E hoje eu estou no programa de água de cisternas, Um Milhão de Cisternas, do governo. E fiz um trabalho também com o pessoal que faz um projeto popular, na instalação de poços de baixa vazão. [...] (Evaristo Lima. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Hoje, segundo Nelson Mandela, a EFASE já desenvolve suas atividades com mais conforto, fazem parte dessas atividades: aulas teóricas das disciplinas básicas e das técnicas (Agricultura, Zootecnia e Administração Rural); atividades práticas nas áreas de agricultura e pecuária, todos os dias, durante um período de 90 minutos; atividades de convivência, como teatro, apresentações musicais, encontros, gincanas;

atividades esportivas (futebol, vôlei, educação física); além de serões e palestras com agricultores, pais e mães, técnicos, profissionais de outras áreas, cooperativas, sindicatos etc.

Há quem critique a relação entre o estudo e trabalho como eixo formador, porém o que deve ser destacado nesta experiência é que a educação promovida pela EFASE tem bases freireanas, de concepção marxista, e estas não dissociam a educação da realidade em que o sujeito está inserido. Marlene Ribeiro em sua obra sobre “Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana”, diz o seguinte:

É na relação contraditória entre o movimento camponês, o trabalho e a educação: princípios/fins da liberdade, autonomia e emancipação sobre os quais se assenta a formação humana. Nesta formação por sua vez, tendo por base o caráter social do trabalho, se articulam dialeticamente o trabalho, a educação e a cooperação. (RIBEIRO, 2010, p. 13)

Desta forma ela descreve sutilmente a essência da Pedagogia da Alternância. Ainda segundo Marlene Ribeiro (idem, p. 320), no Brasil, a iniciativa de formular uma proposta pedagógica associada à luta pela terra, por dentro de um projeto popular de sociedade e de educação, é do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mais conhecido por “MST”. Mais precisamente dos educadores integrantes desse Movimento, organizados nos Coletivos Estaduais e no Coletivo Nacional de Educação. Ela diferencia este projeto das propostas que situam as CFRs e as EFAS. Porém, logo, subtende-se que houve uma adequação da proposta na EFASE, uma vez que não se enquadra diretamente em uma ou em outra, mas agrega elementos das duas e cria uma práxis nova, diferente do que se percebe nas concepções descritas na constituição da CFRs e nas EFAS, propriamente ditas.

Na experiência dessa instituição a relação tempo-escola e tempo-comunidade extrapola a questão da formação humanizada e estende-se à formação social e técnica. Assim, pode se inferir que são elementos indissociáveis da formação na EFASE: sociedade, cultura e técnica. E mais, que esses elementos associados devem promover a libertação (emancipação) e a autonomia dos sujeitos. Isso faz parte da missão da AREFASE/EFASE. Abaixo, pode-se observar uma fotografia de estudantes da EFASE em atividades cotidianas no tempo-escola.



Ilustração 2 - Atividade prática de agricultura/associação entre estudo e trabalho.  
(Pesquisa de campo. Monte Santo, 2010)

Agora que já descrevemos as histórias e lutas da AREFASE e da EFASE para alcançar seus objetivos na promoção de uma educação para a autonomia e emancipação, vamos conhecer um pouco mais sobre as identificações e teias de pertencimentos, suas identidades, ou como se veem no contexto das Comunidades Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto e também em relação aos movimentos sociais e comunitários. Rumemos à próxima seção.

## 2.2 IDENTIDADE CAMPONESA DE FUNDO DE PASTO E IDENTIDADE DE MOVIMENTO SOCIOCOMUNITÁRIO

Antes de começarmos a pesquisa tínhamos uma suposição de que a AREFASE já estivesse em vias de reconhecimento por parte do Estado, das comunidades e das instituições parceiras como um movimento social enquadrado nos novos paradigmas dos movimentos sociais. Maria da Glória Gohn diz que a definição de movimento social

apresentada por Tarrow é bastante simples: “são desafios coletivos construídos por pessoas solidárias e com propósitos comuns, em processos de interação que incluem as elites, os oponentes e as autoridades. [...]” (Tarrow, 1995, p. 4 *apud* Gohn, 2006, p. 101). Quanto a isso encontramos pensamentos diferentes dentro da AREFASE: alguns acham que sim, outros dizem que não. Pela maioria das autodefinições nos leva a acreditar que estão situados em Movimentos de Ações Sociocomunitárias, pois sua proposta é dar suporte às comunidades para se organizarem socialmente e assim enfrentarem as adversidades, principalmente as oriundas do sistema neoliberal. Essa exposição se faz importante para compreendermos como e porque estão envolvidos na luta pela convivência no Semiárido, na luta pela terra, na luta pela água, na luta por melhorias na qualidade de vida a ainda, na luta pela preservação das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto.

Quando se tratam de Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto, imagina-se uma descrição topográfica e política desse local. Porém, o que foi visto durante a pesquisa é que questões sobre territorialidades não são alvo de discussões no grupo, como havíamos pressuposto.

Segundo Izabel Menezes (2010, p. 106) o conceito de *Fundo e Fecho de Pasto* é uma denominação recente e não surgiu dos moradores dessas comunidades, mas de técnicos, porém, tem sido assumido como uma definição de identificação/identidade. “A definição utilizada anteriormente pelos moradores era de ‘terra à solta’”. A autora faz ainda uma distinção sobre a diferença entre fundo e fecho de pasto: as áreas de fundo de pasto, são áreas onde há terras à solta, são próprias para criação de cabras e bodes, devido ao clima seco e vegetação de Caatinga; já os fechados de pastos são mais favoráveis à criação de gado por possuir grotas e um clima mais húmido, com nascentes e serras. (CAFFP, 2009 *apud* Menezes.l., 2010, p.100)

Ludmila Cavalcante (2007), em tese de doutorado intitulada “A Escola Família Agrícola do Sertão: entre os percursos sociais, trajetórias pessoais e implicações ambientais”, destaca que essas comunidades de fundo de pasto são pouco conhecidas fora do contexto sertanejo, mas que o movimento é significativo em sua luta e sua história é capaz de retratar a dinâmica de suas vidas comunitárias.

Presentes há pelo menos 200 anos no sertão baiano, os *Fundos de Pasto* caracterizam-se pelo uso comum dos recursos naturais por parte de suas

comunidades, tais como as áreas de pastejo, aguadas, frutas e caça. Vivem da caprinocultura e da agricultura para o consumo e criam estruturas comunitárias que os categoriza como um movimento sociocomunitário de tradição sertaneja. (CAVALCANTE, 2007, p. 110) (sic)

A noção de território, para os ocupantes das áreas de fundo de pasto, é um misto de noções geográfica e cultural, não necessariamente uma divisão jurídico-formal. Em resumo, como dizem Heron Souza e Davi Costa:

[...] é a síntese contraditória dos usos dos espaços apropriados e dominados, cujo processo de construção envolve a dialética de reprodução socioeconômica, cultural e política. Portanto, o território é o campo em que o conflito, a resistência, a articulação e a transformação estão na base das relações entre os atores sociais, políticos e econômicos. [...] (SOUZA & COSTA, 2010, p. 76-77)

A noção de espaço-terra é uma noção tradicional em que a terra e o território são mais que fontes de trabalho e produção, são as tradições, a cultura, a comunidade, são legados ancestrais, é espaço onde o sonho e a possibilidade de vida digna se manifesta em meio aos conflitos e lutas para a manutenção do espaço físico. Essa noção guarda semelhança, ainda, com a configuração de território dada por Rasffestin “o território configura-se como a manifestação espacial do poder, fundamentada em relações sociais”. (Rasffestin, 1993, *apud* Cleps Junior, 2010, p.36)

Izabel Dantas Menezes relata que numa Cartilha sobre *Fundo e Fecho de Pasto*, elaborada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 2007, está descrito:

[...] que o modo de vida dos moradores dessas comunidades “não é só um jeito de trabalhar no campo. É um modo de viver! É uma cultura própria de relação com a natureza, com a terra e entre si. É uma forma diferenciada de vida comunitária [...]”. (CPT, 2007 *apud* MENEZES. I., 2010, p. 99) (grifos da autora)

Segundo Samuel Reis, Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto são espaços de vivência coletiva:

Fundo de pasto são áreas coletivas, que existem nos municípios, são áreas tradicionais onde o pessoal desde o início de tudo, da década de 40 ou 50, organiza-se em comunidade. (Samuel Reis. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2012)

Essa forma de ver e viver no território ocupado pelas comunidades tradicionais de fundo de pasto foi descrita por Izabel Menezes como sendo uma

[...] especificidade de territorialidade tradicional que difere da lógica tecnicista e economicista dos fazendeiros latifundiários da região, uma vez que possui um complexo e sofisticado arranjo socioambiental de utilização comum dos

recursos e terras norteados por acordos e normas comunitários firmados coletivamente. (MENEZES.I., idem, p. 104)

Característica peculiar da vivência nas áreas de fundo de pasto também é a ideia de como são utilizados os espaços, não necessariamente a posse.

Tem as áreas individuais e as áreas do coletivo. Por exemplo: aqui em cima o pessoal planta e lá no fundo o pessoal cria, é o fundo de pasto. Aqui em Monte Santo nós temos muitas áreas que são assim, são mais de trinta áreas desse tipo. Umas têm mil hectares, outras têm quinhentos hectares, duzentos hectares. É aquele território ali de uns três ou quatro quilômetros. Mais ou menos isso, uns dois ou três quilômetros. O pessoal sobrevive ali. Às vezes tem até duzentas famílias que sobrevivem nessa área. (Samuel Reis. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2012)

Embora não haja reconhecimento jurídico por parte do Estado sobre as áreas de fundo de pasto é comum se formarem associações que administram o uso de determinadas áreas.

Todos os moradores do entorno daquela área se reúnem num grupo, na associação e essa dá as diretrizes: aquela área ali é onde vai criar, ali vai plantar feijão, milho, mandioca. Essas terras não tinham dono, são áreas soltas, áreas de caatinga, áreas de preservação. É tanto que há associação. A ideia do fundo de pasto é assim: tem um limite de área que a associação administra, está em nome da associação. (Samuel Reis. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2012)

Sem amparo legal, as áreas de fundo de pasto não são reconhecidas pelo Estado como área para reforma agrária, quem explica isso é Evaristo Lima que é complementado por Adilson Santana:

Eu não entendi ainda o Estado. Eu acho que é uma inteira burrice do Estado não ter incluído ainda o fundo de pasto como área de reforma agrária. Porque, de fato, para mim é uma das verdadeiras reformas agrárias que existe é o fundo de pasto. Porque são completos, nativos, inteiro [...] Para mim é muito melhor de fazer reforma agrária. A nossa ideia aqui, cada dia mais madura nas organizações, é que basta de desmatar, chegou, é o limite, não dá mais. Naturalmente, isso não tem resultado, você não vê resultado, não é? Adilson sabe muito bem disso. Então o fundo de pasto é um exemplo muito forte de que precisa manter é o equilíbrio. (Evaristo Lima. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

E Adilson Santana complementa, diferenciando como estão organizados os arranjos societários nos assentamentos das agrovilas e nos fundos de pasto:

Não precisa fazer no fundo de pasto o que se faz nos assentamentos. Até para ver que o assentamento reproduz perda de identidade. O que se faz nos assentamentos? - Pega um bocado de famílias, cada um de seu lugar, com identidades diferentes e arrasta de lá e faz uma agrovilazinha “deste tamanho” e urbaniza, na verdade. Bota o pessoal ali, um virado para o outro. Quebra já ali, a sua privacidade. E uma série de coisas que não se pensa no momento. No fundo de pasto não, cada um já está lá, com sua casa, com seu quintal, o fundo da casa está afastado, ou junto, mas já com a sua, não mexe na sua identidade, sua privacidade. Não se reconhece isso. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

E como o Estado não reconhece as áreas de fundo de pasto como áreas possíveis de se fazer Reforma Agrária, também não há legislação que dê suporte jurídico para as ações dos militantes no pleito em relação a essas áreas. Tornam-se excluídos, formalmente, da luta pela terra. Portanto, não há diálogo no campo jurídico-formal entre Estado e os Movimentos como a Central de Fundo de Pasto. Quando questionamos porque que o Estado não considera fundo de pasto como área de reforma agrária, Adilson responde:

Porque não tem legislação. Na verdade, fundo de pasto é uma coisa assim, pequena, pensando em nível de Brasil. Assentamento você tem em todo lugar, em todos os Estados já acha. Norte, sul... É fácil encontrar assentamentos. Agora, fundo de pasto não se tem em todo lugar, então não tem uma legislação. Quando vai tentar resolver as questões de fundo de pasto tenta resolver com a legislação feita para assentamento e aí dá um choque [...]. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Essas limitações jurídico-formais vão além da demarcação de espaços físico-geográficos, implicam também não haver políticas públicas nem dotação orçamentária, por parte do Estado, para assistir à população que está nas áreas referidas. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) desenvolve, por exemplo, a Assistência Técnica Ambiental e Social (ATEAS), que na visão dos membros da AREFASE é um programa bem pensado, mas que na hora da liberação e aplicação dos recursos para a reforma e captação de recursos para as famílias de fundo de pasto, Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto, e construção de cisternas; desconsidera as diferenças existentes entre os assentamentos e os fundos de pasto que é outra realidade. Adilson questiona e responde:

E aí o que é que tem que fazer? Pegar esse fundo de pasto, que muitas vezes até não é uma comunidade só o dono daquele fundo de pasto. Tem fundo de pasto que pertence a duas ou três comunidades [...]. É sim. E aí, o que fazer para poder receber os recursos? O cara tem que abandonar a sua casa, deixar lá ou derrubar, não sabe o quê... Trazer para cá e fazer uma agrovilazinha,

como nos assentamentos, para poder receber os recursos do INCRA. [...] (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Evaristo Lima intervém dizendo que: “[...] tem fundo de pasto que se encontra e você não sabe onde se divide”. Adílson Santana complementou: “às vezes as comunidades preferem nem dividir isso. A comunidade prefere deixar. Então vamos lá, deixa aí. [...]”.

As falas de Adilson e Evaristo nos fazem retomar a história da Reforma Agrária Cubana, descrita por Valéria de Marcos e João Fabrini (2010, p. 75), cuja agricultura camponesa, de base familiar, foi paulatinamente colocada à margem do processo de desenvolvimento do campo em nome da exploração coletiva da terra, feita por meio de cooperativas e, principalmente, empresas estatais. É preciso lembrar que o agronegócio também forma associações e cooperativas. No Brasil o interesse do Estado e da produção coletiva toma outros rumos, quando o Estado define extraoficialmente outras utilidades para a terra, talvez, a manutenção dos latifúndios que poderão financiar campanhas político-partidárias. Contrariamente a essa realidade, os camponeses se juntam no sonho de uma realidade em que a coletividade seja, de fato, o principal valor do trabalho entre as famílias das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto.

Todo esse contexto reforça a identidade camponesa, mas, como fazem questão de ressaltar, “camponeses de fundo de pasto”, e fazem questão de diferenciar isso. Para se ter uma ideia do que isso representa no cotidiano da AREFASE, citaremos um exemplo: em todo o tempo que circulamos e mantivemos contatos com seus membros, não ouvimos falar sobre MST e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). É outra linha de luta pela terra. Por isso a necessidade de afirmação do modo de vida das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto.

Essa questão da identidade que se forja no conflito de interesses entre Estado e sociedade é muito discutida na Teoria Social Pós-moderna. Parece ser palavra de ordem no momento. Para Zygmunt Bauman (2005, p, 35), “o anseio por identidade vem do desejo de segurança, ele próprio um sentimento ambíguo” (sic). Talvez por isso ainda não haja um consenso dentro da AREFASE, quando se trata de definição de identidade de movimento. Pelo que foi percebido não há preocupação com essa

definição internamente. Isso não parece ser um assunto importante dentro da AREFASE.

A identidade que mais toma vulto entre os membros da AREFASE é a de Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto e suas relações socioculturais. Por isso, Ludmila Cavalcante (2007) os definiu como um “Movimento Sociocomunitário”. Situando-os como um movimento que atua em comunidades camponesas, defendendo as questões que afetam a maioria das pessoas que vive lá, de modo que suas preocupações se voltam para a preservação da vivência em coletividade e das expressões culturais que se arranjam naquele espaço, contradizendo a forma individualista resultante dos efeitos da pós-modernidade, cuja concepção atual fragmenta os sujeitos e, conseqüentemente suas identidades. Conforme reflete Stuart Hall (2006, p. 12): “o sujeito pós-moderno é conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente” (sic), mas são frutos da ambivalência. Benedetto Vecchi explica que na obra “Comunidade”, escrita por Bauman, ele:

[...] investigou a ambivalência exigida pelos novos laços sociais estabelecidos na sociedade capitalista tardia. Eles podem originar exigências de proteção e o retorno a um mundo familiar e restrito que cria fronteiras e barreiras para manter à distância o “outsider”, não importa quem seja. Ao mesmo tempo, porém, a comunidade representa um abrigo em relação aos efeitos da globalização em todo o planeta, como podemos ver claramente pela atual crise da mistura racial e cultural norte-americana. Ignorar esse fato é tão perigoso quanto sujeitar-se a ele. Parece-me que o mesmo vale para a política de identidade. (BAUMAN 2005, p. 12) (sic)

Essa noção nos adverte também para a forma de atuação desses sujeitos. Adentremos a questão expondo a diferença entre a participação cidadã e a participação social e comunitária. Adotamos a perspectiva de Elenaldo Teixeira (2002, p. 31), que diz o seguinte: “a participação cidadã diferencia-se da chamada participação social comunitária desde que não objetive a mera prestação de serviços à comunidade ou à sua organização isolada”. Ainda segundo ele, no contexto atual:

A participação cidadã é o processo social em construção hoje, com demandas específicas de grupos sociais, expressas e debatidas nos espaços públicos e não reivindicadas nos gabinetes do poder, articulando-se com reivindicações coletivas e gerais, combinado uso de mecanismos institucionais com sociais, inventados no cotidiano das lutas, e superando a já clássica dicotomia entre representação e participação. [...] (TEIXEIRA, 2002, p. 32-33)

Quando questionados sobre o porquê da identidade camponesa ocupar um lugar de destaque para os membros da AREFASE, uma vez que eles poderiam estar organizados em prol de outras causas: ir para cidade, ter uma vida melhor na cidade, participar de outros movimentos, por exemplo, eles têm a resposta na ponta da língua e sem pestanejar, como se diz na região de Monte Santo, Adilson responde:

Porque tudo começou com a indignação de quem está aqui, de quem morava aqui. Sendo aluno ou sendo pai de aluno. Para quem é do campo, nasceu aqui, vive no campo, não é assim. Para de uma hora para outra resolver. O pessoal tem muito - aqui na região -, o pessoal tem muito de sentimento de partilha e é um sentimento muito bom. Eu estou vivendo e consigo perceber isso, porque tem sempre ajuda para resolver um problema e o sentimento de partilha e depois, toda uma luta que se tem para conseguir ficar no campo. É histórica! A terra, por exemplo, a luta pela terra, a luta pela água. A gente acaba se identificando também. Então, tudo isso faz com que a gente pense em resolver o problema do agricultor que está aqui, e não de quem está envolvido em outras frentes. Então, a gente está aqui melhorando a própria vida e os outros que se virem [...] Acho que é muito importante essa questão. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Embora a AREFASE tenha extrapolado sua função de mantenedora da EFASE, faz questão de manter sua missão que, segundo Nelson Mandela, é “de promover a libertação da mulher e do homem em comunidades do sertão baiano através da geração de renda, educação, capacitação, conscientização e integração comunitária”. Ele nos relata ainda que é

[...] por meio da escola, que a associação se consolidou como um interlocutor privilegiado das reivindicações e demandas das comunidades tradicionais de fundo de pasto, tendo em vista a sua atuação enérgica na proposição de políticas públicas para essas comunidades. (Nelson Mandela, 2009)

Nesse aspecto a EFASE é um meio de atuação da AREFASE e busca responder outras demandas, não necessariamente educacionais, mas principalmente as de cunho social e comunitário. Portanto, o que os agrega em torno das questões camponesas não é somente a ocupação territorial, mas uma resistência em preservar valores considerados hoje em crise, devido às imposições dos padrões de relações neoliberais.

Existe uma necessidade explícita de preservar essa identidade que os mantém ligados e fortes para permanecerem no campo, que sustenta os laços entre as pessoas que compartilham desses valores e veem uma nova esperança de convivência no semiárido. E mesmo sem se definir como parte do movimento social do campo eles carregam a utopia de uma vida melhor.

Glória Cardoso é que reforça esse pensamento do grupo:

Porque a gente acha assim: a cidade grande, hoje, não é mais opção para ninguém. Primeiro não se tem mais trabalho, com esse sistema que foi desenvolvido, do neoliberalismo que chegou e, hoje - surgiu assim – com o surgimento da tecnologia, aí aumentou mais a exclusão. A exclusão social aumentou mais e veio a competição, não é? Então, na cidade grande não tem mais lugar para gente da zona rural, para desenvolver. E principalmente aquele jovem ou aquele homem que não tem nenhum estudo, nenhuma formação. Pra tudo tem que ter, até para ser pedreiro hoje, você tem que ter formação. (Glória Cardoso. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Para Glória, esses jovens ou homens que saíram para as cidades grandes ficaram como a maioria, que não têm nenhuma formação profissional ou acadêmica. Ela cita o exemplo dos que vão para São Paulo. Destaca principalmente os nordestinos, que são jogados nas ruas, na marginalização. A questão da migração é um fator que influencia muito os jovens da região do sertão, fato que abala as estruturas familiares daqueles que vivem no campo. Sobre essa necessidade de migração, do campo para as cidades Miguel Arroyo diz que:

Há uma idealização da cidade como espaço civilizatório por excelência, de convívio, sociabilidade e socialização, da expressão da dinâmica política, cultural e educativa. A essa idealização da cidade corresponde uma visão negativa do campo como lugar do atraso, do tradicionalismo cultural. (ARROYO, 2007, p. 158 *apud* RIBEIRO, 2010, p. 375)

Diana Santos (2008) desenvolveu uma pesquisa de mestrado intitulada “Da migração a permanência: o projeto pedagógico da EFASE como fator de intervenção e transformação da lógica de reprodução da família camponesa nordestina”. Seu estudo contou com a colaboração de membros da AREFASE e EFASE. Seu trabalho tem como conclusão o seguinte:

Em suma, o projeto pedagógico da EFASE – a pedagogia da alternância – funciona sim como um instrumento de intervenção e transformação da lógica de reprodução da família e do patrimônio camponeses, ainda que sua ação se processe de maneira superficial. O papel atribuído aos seus educandos tem colocado os jovens em evidência enquanto atores sociais críticos em potencial, preparados para mobilizar politicamente a população local a lutar por melhores condições de vida e trabalho, mesmo que os discursos em voga se apresentem sem total autonomia de reflexão. (SANTOS. D., 2008, p. 131) (sic)

Os resultados da pesquisa realizada por Diana Santos mostram que, depois da EFASE, há uma efetiva intervenção na decisão de muitos jovens que migrariam para cidades, deixando a vida e a cultura camponesa em segundo plano. Diante da

alternativa de estudo e perspectiva de mudanças e ascendência social os jovens preferem ficar em suas comunidades. Nesta perspectiva, os jovens são protagonistas da esperança de um futuro melhor, com condições de vida mais dignas. Pois, são estrategicamente preparados para assumirem a militância, mobilizarem e realizarem ações e programas sociocomunitários. Discordamos da autora apenas no tocante à falta de autonomia, pois as análises realizadas neste trabalho têm apontado que há autonomia de reflexão e ação, inclusive tendo como resultado a emancipação política e social destes jovens no que diz respeito à participação política e social e ao engajamento nos movimentos sociocomunitários. Muitos deles ocupam espaços nos Conselhos Municipais de direitos específicos (Criança e Adolescente; Saúde; Educação; Serviço Social etc.) em fóruns (Fórum Estadual de Educação do Campo), são representantes da sociedade civil em Conferências Territoriais e Culturais, entre outros.

A educação que o grupo busca e alimenta é uma educação que contempla a cultura e a história como elementos de contextualização da realidade do semiárido no Sertão baiano. Uma educação em que os educadores estejam atentos às condições da produção do conhecimento. Educador aqui se entende por todo aquele que está envolvido no processo de educação. Sérgio Cortella contribui com a reflexão ao dizer que

[...] quando um educador ou uma educadora nega (com ou sem intenção) aos estudantes a compreensão das condições culturais, históricas e sociais de produção do conhecimento, termina por reforçar a mitificação e a sensação de perplexidade, impotência e incapacidade cognitiva. (CORTELLA, 2003, pág. 102)

E foi com esses argumentos que eles levavam para as comunidades, a importância de estar engajado na AREFASE. Falavam sobre a necessidade de um engajamento dos pais, das famílias, das comunidades, com as questões da educação proposta pela EFASE. São de Glória Cardoso as seguintes reflexões:

A escola é uma alternativa de se manter os jovens no campo e também mostrar que não precisa sair de onde você nasceu e se criou; perder a sua terra, perder a sua dignidade, perder toda a sua cultura para ir viver em outras, nesse momento, não é? (Glória Cardoso. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Nesse caso, o deslocamento territorial implica também em perda de identidade. A identidade cultural tem sido foco de muitos estudos na teoria social contemporânea. Stuart Hall (2006) também trata desta questão. Situado entre os pensadores dos Estudos Culturais, faz conjecturas a respeito de uma crise das identidades culturais, sobretudo nos países colonizados pelos países do velho mundo europeu. A ideia dele é que “as velhas identidades, que mantiveram o velho mundo social por muito tempo, estão em declínio”. Por outro lado, emergem novas identidades que fragmentam o indivíduo moderno, antes visto como um sujeito unificado. A luta pelo direito de construção das identidades socioculturais no Brasil não é algo recente, data do período da colonização. Desde então, como bem lembra Elenaldo Teixeira:

Alguns grupos sociais enfrentam sérias discriminações do conjunto da sociedade e das autoridades, agravadas pela violência, que não é exercida apenas pelos que detêm o poder, e vêm empreendendo, por intermédio de suas entidades representativas e de outras que se preocupam com a defesa dos direitos humanos uma ação tripla: a) construção e defesa da identidade pelo auto-reconhecimento de valores e especificidades, construção de direitos; b) conscientização da sociedade, visando inculcar-lhe respeito às diferenças, noções de igualdade de direitos e de solidariedade; c) mobilização e organização de seus integrantes para criação de mecanismos e políticas que impeçam as discriminações e violências, acompanhando sua aplicação, denunciando omissões, exigindo a punição dos responsáveis pelos referidos atos. (TEIXEIRA 2002, p.133) (Sic)

A história da AREFASE tem mostrado que a luta pela identidade camponesa de fundo de pasto tem um preço muito alto quando se trata de direitos humanos, alguns de seus membros pagam com a própria vida. Esse é o custo da incompreensão do Estado às diversidades de concepções e ideologias que se entrelaçam nas relações de poder. Há uma relação direta entre a identidade cultural e a identidade pessoal, aqui se pode perceber como a identidade cultural sociocomunitária influencia na construção da identidade do jovem camponês, parece haver um conflito social em constante ebulição.

Segundo Samuel Reis, militante na AREFASE, o Movimento Das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto se diferenciam do MST. Ele nega qualquer tipo de conflito com o movimento e caracteriza essa diferença:

É diferente. O pessoal vive naquela terra e luta por ela, não sai daqui para outra região, como no MST. O MST não se envolve nesse movimento de luta de fundo de pasto. O MST sai da região e vai buscar terras improdutivas em outros lugares. O fundo de pasto é mais uma luta da própria comunidade para defender a sua terra, porque a maioria das pessoas já mora ali, a terra era de seu avô, bisavô [...] Usucapião. Só que não se consegue provar isso com

facilidade, até porque os fazendeiros intervieram nisso, eles tentaram colocar as cercas e tentaram fazer o documento, o que é chamado de grilagem. Eles sempre iam para a briga com esse documento. Um documento falso, porque eles compravam cem tarefas e cercavam duas mil. Por isso o pessoal derruba as cercas e tem muita briga. E a luta vai continuar. (Samuel Reis Pesquisa de campo. Monte Santo, 2012)

Quando insistimos no questionamento sobre a possibilidade de conflito entre o MST e as Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto, outro membro da AREFASE se manifesta, justificando o seguinte:

Na nossa visão é trabalhador ajudando trabalhador. Essa é a visão que nos faz pensar que estamos juntos nesse mesmo problema. É claro que damos nossas opiniões, mas independente de ser acatada ou não a gente respeita. É dessa forma que a gente vive, nessa questão da terra. (José Elias – Zito. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2012)

Outra justificativa à ausência de motivos para conflitos entre os interesses do MST e o das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto é a seguinte:

Moro em uma região que não tem conflito de terra, até porque não há terra sobrando, não tem fazendeiros, todo mundo é pequeno agricultor. Mas nós temos um pouco de conhecimento sobre todos os movimentos de luta pela terra e a gente respeita todos os movimentos na maneira de ser de cada um. A gente não cria conflito desde quando a gente precisa de ajuda, porque nessa questão da informação, às vezes, tem programa deles que a gente participa para dar uma força, porque a gente sabe que o companheiro vizinho precisa de uma força, independente do segmento da luta, mas não há conflito, de maneira alguma. Somos solidários nos momentos de dificuldade porque a gente sabe que é trabalhador. A gente contribui com qualquer um deles que tenha necessidade. (José Elias - Zito. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2012)

Apesar da negação sobre os conflitos de terra, nas áreas de fundo de pasto, fica evidenciado que, não há conflitos entre os movimentos (MST e Movimento de Fundos de Pasto), existe a possibilidade de colaboração e solidariedade entre eles. E mais, há uma preocupação em conhecer sobre os outros movimentos de luta pela terra, bem como preservar as identidades desses movimentos através do respeito mútuo.

Em síntese, a AREFASE e EFASE não se autodenominam ou se enquadram em nenhum movimento social, mas foi definida pela pesquisadora Ludimila Cavalcante (2007) como um Movimento Sociocomunitário e podemos complementar que esse movimento também é atuante nas Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto, ou seja, podemos denomina-los de Movimento Sociocomunitário defensor das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto.

Assim, passemos a descrição dos arranjos para a convivência no semiárido, outra questão que perpassa o sentido de existir e da práxis da AREFASE/EFASE.

### 2.3 ARRANJOS PARA A CONVIVÊNCIA NO SEMIÁRIDO

Segundo Archetti e Shanin (1978; 1971 e 1990 *apud* GURZMÁN & MOLINA, 2005, p.81):

[...] o conceito de campesinato evoluiu desde a sua consideração como um segmento social integrado por unidades domésticas de produção e consumo que, apesar de sua mudança histórica, mantinha algo genérico, até a sua conceituação agroecológica atual.

A identidade camponesa, para os membros da AREFASE, apesar de não definida pelo grupo como Movimento Sociocomunitário defensor de Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto, engloba ações comunitárias que abarcam as questões política e social. Segundo eles, política no sentido de autoafirmação enquanto trabalhadores na agricultura familiar de fundo de pasto e, social no sentido da organicidade local e representatividade cidadã.

Dentre os arranjos de convivência no Semiárido, estão a prática da agroecologia e a diversificação de atividades não relacionadas diretamente com a atividade da agricultura e pecuária, desenvolvidas através de ações coletivas, mas não necessariamente associativas e cooperativas, que asseguram o sentido de coletividade e pertencimento comunitário.

A ideia de nascer regionalizada é também uma estratégia para unir forças contra as adversidades. E como a intenção dos membros que constituíram a AREFASE previa uma abrangência regionalizada, atualmente suas ações se estendem diretamente por 17 municípios<sup>6</sup>, através da EFASE, sendo que os protagonistas dessas ações são os estudantes e as famílias beneficiárias.

Municípios de Abrangência - EFASE
Andorinha
Antônio Gonçalves
Araci

<sup>6</sup> Informações referentes ao ano de coleta/ 2010.

Conceição do Coité
Campo Formoso
Cansanção
Canudos
Itiúba
Monte Santo
Pindobaçú
Ponto Novo
Queimadas
Retirolândia
Santa Luz
Serrinha
Uauá
Valente

Quadro 2 - Municípios de Abrangência da EFASE

Fonte: EFASE, 2011. Elaboração própria.

Segundo os colaboradores da pesquisa, a principal fonte de geração de renda na região é a agropecuária, mas a agropecuária de animais de pequeno porte, geralmente caprinos e ovinos. Sendo que ovinos em menor quantidade e, a agricultura é de sequeiro, que é a agricultura seca, predominantemente de feijão e milho, uma vez por ano. Essa agricultura não tem uma produção permanente, porque depende da chuva, que geralmente só acontece no inverno e, em algumas comunidades do município o inverno é de “paredão”, ou seja, quase não chove no inverno. Para Adilson Santana,

[...] o pessoal depende muito mais dos períodos da trovoada e outras localidades do município que conseguem pegar as duas chuvas, do inverno e da trovoada, e aí plantam o feijão, o milho, e algumas comunidades plantam mandioca, mas eu diria que dentro da agropecuária, talvez a caprinocultura seja a maior fonte de renda. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Por isso, a AREFASE tem incentivado também projetos de ocupação e geração de renda como alternativa para os familiares dos trabalhadores na agricultura familiar. Diversificar as atividades é uma forma de mantê-los no campo. A AREFASE não tem sistematização ou registros sobre a quantidade de projetos já implantados e/ou implementados, nem tampouco dos resultados, mas intuitivamente seus membros acreditam que há mais resultados positivos do que negativos.

Dentre alguns projetos citados podem se elencar alguns:

Artesanatos	Processamentos	Criações
Bordados em tecidos	Polpa de frutas	Caprinocultura
Barro	Geleias de frutas	Apicultura
Licuri	Culinária do licuri	Ovinocultura
Madeira	Farinhadas	-----
Palha do licuri	Rações para animais forrageiros	-----
Palha do sisal	Subprodutos da mandioca	-----
Pinturas em tecidos	-----	-----

Quadro 3 - Atividades estimuladas pela AREFASE

Fonte: AREFASE/ EFASE, 2011. Elaboração própria.

Mas, assim como as mudanças nas práticas cotidianas dos trabalhadores na agricultura familiar não são fáceis, estas propostas de diversificação de atividades produtivas também não são. Não se pode esperar que fossem aceitas alternativas de produção na vida camponesa que não estivessem ligadas diretamente com a agricultura ou caprinocultura, utilizando-se dos recursos disponíveis no meio rural, preferencialmente. Todo trabalho é feito através do diálogo, envolvendo os trabalhadores e trabalhadoras desde a concepção, senão corre o risco de ficar na proposição. E é essa base social que os estudantes da EFASE aprendem a preparar antes de introduzirem novas técnicas nas formas de produção nas comunidades. A necessidade de diversificação da produção é uma questão de sobrevivência, sobretudo nas áreas em que a produção agrícola e até o pastejo são limitadas aos curtos e escassos períodos de chuvas.

Preocupados com as demandas do mercado globalizado, os esforços em melhorar a qualidade dos produtos são notáveis, porém o maior ganho está na valorização das produções locais e no incentivo ao consumo de produtos sem agrotóxicos ou conservantes, traduzindo-se assim, numa melhoria da qualidade de vida desses produtores/consumidores.

Na AREFASE a resistência contra a hegemonia do capitalismo se dá de modo prático, ainda que considerada por eles como muito tímida. O incentivo é sempre para que as atividades sejam desenvolvidas em coletividade, porém, não há uma

formalização que a equipare ao funcionamento de uma associação ou cooperativa. Vejamos um exemplo desse incentivo, narrado por Adilson Santana:

Nos grupos de produções, só temos alguns projetos de produção coletiva. Então são grupos de comunidades, que fazem uma horta, em algumas comunidades, também, uma unidade produtiva de beneficiamento de ração para animais forrageiros. É aquilo ali, o pessoal reúne, a gente leva a máquina e cada um traz os alimentos que tem para processar e faz. [...] (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)



Ilustração 3 – Criações e produção de ração para alimentação animal (Pesquisa de campo. Monte Santo, 2010)

Da produção coletiva destacam-se os projetos de beneficiamento do licurí (óleo, farelo e leite, este último ainda é pouco), o processamento de rações, as hortas comunitárias, as casas de farinha comunitárias (farinhas e derivados) e algumas unidades de beneficiamento de frutas (polpas e geleias).

Apesar do direcionamento para as atividades coletivas há manifestações de respeito às habilidades e 'dons' de cada sujeito, por isso é muito comum a AREFASE assumir e estimular projetos que não se restrinjam às atividades agrícolas e agropecuárias de iniciativas da própria comunidade. O repasse de recursos, a maior

parte adquiridos através de convênios, para desenvolver esses projetos, às vezes, são feitos diretamente para pessoas das comunidades envolvidas nos projetos e ações da associação, atuando como uma espécie de agência de captação/administração da distribuição de recursos.

Além disso, há outras ações que são incentivadas pela AREFASE. São ações desenvolvidas pelas próprias comunidades e que, muitas vezes, tem a intervenção da associação para organizá-los. Normalmente essa ajuda acontece através das provocações nas reuniões com famílias, reuniões que acontecem normalmente a cada dois meses. Como foi o caso das mulheres quebradeiras de licurí, que eram exploradas pelo atravessador e vendiam seus produtos desvalorizados, depois de discutir sobre quem são e qual o papel dos atravessadores, decidiram se organizar. Assim relata Adilson Santana:

[...] ultimamente a escola-agrícola tem feito isso, mas é muito complicado aqui na região porque o atravessador é muito presente, em cada comunidade tem alguém que recolhe e leva para fora. A escola tem agora, por exemplo, o projeto do licurí, que é um projeto de beneficiamento do licurí, que é um dos projetos que vai mais nessa linha aí. Os projetos que a escola tem nas comunidades, a questão que mais se trabalha é essa linha, de quebrar a ação do atravessador e fazer com que os agricultores vendam seu produto direto ao consumidor ou pelo menos organizado, no local onde se faz o processamento. A escola faz esse processamento, a gente faz esse trabalho de base, as comunidades recolhem todo esse material, junta aí e faz, inclusive com um preço maior do que o atravessador paga. Aí o produto vem para cá e é beneficiado. Então, tem outras formas, estou citando uma das que eu percebo que realmente tem essa função. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Um dos responsáveis pela organização do projeto de beneficiamento do licurí é Samuel Reis, ele nos conta como acontece esse processo de organização das comunidades:

Hoje, a gente (eu e mais dois colegas) faz a mobilização das famílias nas comunidades para saber quem é que topa trabalhar dessa forma, organizada, com licurí limpo e de boa qualidade também. Então a gente vai lá e compra e manda para outro setor, outra pessoa que trabalha no setor operacional. E a gente começa a fazer o beneficiamento, faz o óleo e o farelo, que é uma ração de primeira qualidade, uma ração muito boa. Mas eu estou só dando uma visão geral para você se situar no projeto. [...] Outra parte que está iniciando é a parte culinária do licurí, que andava abandonada. [...] Estamos retomando também a questão socioambiental da preservação do licurizeiro e não explorando somente a parte comercial. (Samuel Reis. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2012)

Este relato nos mostra outra vertente da produção, a preocupação com a preservação ambiental, um princípio comum à agroecologia e a economia solidária.

Acredita-se que haja muitas iniciativas da AREFASE que não foram lembradas ou citadas. Sem falar que eles quase não contam os processos e projetos realizados em parcerias com outras entidades da região. Nelson Mandela cita o exemplo da cooperativa de mulheres, no município de Santa Luz, que quebram paralelepípedos. Elas aprenderam com a APAEB a valorizar seus trabalhos e produtos. A AREFASE contribuiu provocando reflexões, mas não assume a participação porque não estão trabalhando diretamente com elas, na luta delas.

Apesar da piscicultura não ser incentivada pela dificuldade da falta de água na região semiárida, na EFASE há um tanque de experimentação para que os estudantes aprendam a técnica de tratamento e manejo.

Sobre a apicultura eles relatam que há vários projetos de estudantes. Estes projetos são estimulados, principalmente na época da conclusão do curso, quando os estudantes concluintes do nível médio, fazem o PPJ (Projeto Profissional do Jovem). Então, nesse projeto eles desenvolvem essa atividade desde o segundo ano. Começam escrevendo e trabalham nesse projeto durante todo o segundo ano. No final do curso eles começam a aplicar o projeto. Os estudantes recebem recursos para tocar a apicultura quando concluírem os estudos na EFASE. O mesmo ocorre com os estudantes que escolhem em seus PPJs a criação de caprinos e ovinos. Vale ressaltar que apesar da maioria escolher essas criações, não se limita a elas e se alguém resolve criar aves ou desenvolver outras atividades, deve argumentar tecnicamente a viabilidade de sua proposição, não sendo isentado de mostrar que examinou também outros fatores como repercussão social, impacto ambiental, aceitação ou inovação cultural entre outros elementos.

O artesanato normalmente é feito por pessoas que têm habilidades artísticas e as desenvolvem, mais individualmente e, raramente em coletividade. Às vezes tem mais de uma pessoa da mesma família nos grupos. E embora, também recebam o apoio da AREFASE, seus membros as consideram como atividades um pouco isoladas. Essa visão de isolamento é justificada pelo fato de as pessoas da região valorizarem pouco o artesanato local. Outro elemento a ser considerado nesta análise é que essa linha de ação ainda não se tornou política dentro da AREFASE, conforme nos conta Nelson Mandela.

[...] A gente tenta fortalecer isso. Agora, são coisas um pouco isoladas ainda. A gente não conseguiu transformar isso em uma política. Tanto que quando a gente abre isso para discussão a gente sente que há algo ainda muito frágil ainda. Alguns estudantes se aproximam mais, outros ainda não. Essa questão mesmo de melhorar o artesanato, a cultura, as artes em si, ou outras ações dentro do mundo rural chamado, isso a gente não conseguiu ainda ampliar muito. [...] (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Outros arranjos socioculturais que não estão relacionados diretamente às atividades laborais também foram expostos como sendo ações estratégicas muito significativas da AREFASE para manter as pessoas no campo. Os incentivos visam a valorização da cultura e das tradições, expressos em atividades cooperativas e coordenadas pelos próprios trabalhadores da agricultura familiar.

Para que essa valorização aconteça é preciso conhecer o que eles têm e que não se faça nenhum juízo de valor se é muito ou pouco importante, o importante é que sejam vistas, (re)vistas e às vezes até (re)inventadas. Nelson Mandela comenta como se dá esse processo na AREFASE/EFASE.

Primeiro a gente identificou as comunidades que tinham uma coisa, uma tradição que ainda viviam, por exemplo, a questão dos reisados, a questão das rezas tradicionais, a questão de Canudos, com a tradição oral ainda. Quinjingue também com a tradição oral e do artesanato de madeira. A gente conseguiu identificar algumas comunidades que têm essas características culturais e a gente junta elas e tenta resgatar isso, fortalecer e reanimar. [...] Por exemplo, aqui tem uma comunidade bem próxima à nossa que tem uma tradição, a cultura de todos os anos. Eles fazem uma caminhada em direção a serra, onde morreu uma criança perdida. Então aquilo junta a comunidade, de fato. E a gente tem fortalecido isso, se juntou. A gente fortalece o encontro, traz a juventude para fazer um teatro disso. Traz a juventude para perto, para eles perceberem a situação, resgatar isso. Dar importância. Fazer um mutirão aqui para reformar a capela. Vamos fazer um filme agora, sobre isso, contando a história do menino que morreu perdido. Agora, a gente tenta fazer este tipo de ação. Aqui na comunidade do Muquém tem uma menina que faz o artesanato de barro. Então, vamos levar ela para as feiras, vamos levar ela para valorizar esse tipo de experiência também, aqui do município. (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

A valorização da cultura oral é muito importante quando se pretende preservar as tradições. Atualmente há uma necessidade de afirmação dessas culturas. Amadou Hampâté-Bâ raciocina sobre a questão da supremacia de saberes, critica a hierarquização destes, e afirma que:

Entre as nações modernas, onde a escrita tem precedência sobre a oralidade, onde o livro constitui o principal veículo da herança cultural, durante muito

tempo julgou-se que povos sem escritas eram povos sem cultura. (HAMPÂTÉ-BÂ, 1982, p. 181)

Sabemos que não há povo sem cultura, mas diferentes jeitos de manifestá-la. Também sabemos que as culturas, por serem diferentes, não podem ser hierarquizadas. Não se trata aqui de negar a importância do domínio da leitura e escrita alfabética, dos cálculos aritméticos, das linguagens adotadas no ordenamento jurídico-formal, ou das ferramentas utilizadas pelas mais diversas ciências instituídas pela academia, trata-se, como diz Paulo Freire (1988, p. 7), de considerar que “a leitura do mundo precede à leitura da palavra”, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Tal leitura é, para o autor, uma forma de “escrever” ou “(re)escrever” o que o sujeito percebe do mundo e no mundo, ou seja, transformá-lo através da prática consciente. Ele nos diz ainda que:

No fundo, o educador que respeita a leitura de mundo do educando, reconhece a historicidade do saber, o caráter histórico da curiosidade, desta forma, recusando a arrogância cientificista, assume a humildade crítica, própria da posição verdadeiramente científica. (FREIRE, 1996, p. 123)

Mas, voltando ao discurso de Nelson Mandela, percebemos que as ações não se limitam a eventos pontuais, fazem também ações cotidianas. A AREFASE contribui para o desenvolvimento, também, de programas e projetos governamentais, como o “Gente de Valor”, criado pela Companhia Regional de Desenvolvimento (CAR), que inicialmente foi gerido, por quase dois anos, naquela região, pela associação. Segundo Adilson Santana o “Gente de Valor” é um projeto que trabalha com descendentes de quilombolas. Os agentes do projeto identificam os territórios onde têm grupos negros.

Evaristo Lima complementa informando que são áreas consideradas em risco de extinção, como os Quilombos ou áreas habitadas por remanescentes de Quilombos. Mas quando questionados sobre que riscos os ameaçariam, veio uma contradição: “risco de ficar parado no tempo”. Essa afirmação nos faz questionar a verdadeira finalidade do projeto, mas como esse projeto não se atém às questões étnicas, apesar da preocupação em compreender a concepção cultural do grupo, não fomos buscar o gene da contradição. Pelo que percebemos o trabalho foi mais direcionado para sanar algumas carências sociais daqueles grupos, como o beneficiamento das famílias através da construção de cisternas.

Com uma atuação tão ramificada, realizada através de articulações com instituições dos diferentes segmentos, como cooperativas, associações, sindicatos, órgãos governamentais e movimentos sociais diversos, é comum que se questione se a AREFASE já é reconhecida como Movimento Social do Campo (MSdoC). Neste sentido, encontramos ambiguidades: uma resposta é negativa. Nelson Mandela acha que ainda não e acha que são pequenos. Ele explica que as EFAS, de uma forma geral, ainda não conseguiram construir uma identidade. Até o momento se constrói um esboço, um rascunho de educação escolarizada, que é a Pedagogia da Alternância. Mas a educação não escolarizada, essa educação que fazem por militância, ainda não tem, não se construiu ainda, ou não está construído um quadro, o caminho, uma definição e um norte ideológico e político. Ele mesmo ilustra a fragmentação, sob seu ponto de vista:

Eu acho que o grande pecado das EFAS é que elas, não se constituíram, em movimentos sociais e aí a educação está fragmentada. Para você ver, vou dar um exemplo bem prático aqui: tem gente trabalhando aqui, tentando trabalhar numa linha alternativa, com o aluno e a comunidade, a **agroecologia**. A gente trabalha isso com o aluno e envolve os pais [...] Isso faz parte do trabalho. Não são todas as escolas que trabalham isso [...]. (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011) (grifo nosso)

Já Adilson Santana, analisa a questão sob uma perspectiva diferente. Ele acha que se juntarem as ações e analisar o que a EFASE tem proporcionado com a AREFASE, pode sim ser considerado um MSdoC. E justifica, ainda, que eles trabalham muito com princípios dos movimentos sociais que atuam no campo. Embora não diga quais sejam esses princípios ele ressalva:

Em parte, não vou dizer que em todos, mas em parte tem conseguido fazer. Se você olhar a quantidade de jovens - eu até estava comentando essa semana para a gente fazer um encontro de ex-alunos da EFASE -, e a quantidade de jovens que tem nos projetos sociais que deixaram de "sair para fora" ou que estão em suas propriedade, estão produzindo alguma coisa ou que ajudaram a sua família, seu pai, sua mãe a mudar seu conceito de produção [...] E que estão, de certa forma, sendo lideranças nas suas comunidades, na frente de uma associação, na frente de um grupo, na frente. Entendeu? Então, eu sei que, na verdade, o trabalho, a gente percebe que fica um rastro mesmo. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Talvez a fala de Adilson esboce os tais princípios, calcados em expressões que refletem a necessidade de permanência e resistência, concretizada através da

formação de lideranças e legados que estão sendo construídos. Outros elementos considerados por Adilson são a capacidade de agregar pessoas e valores em suas atividades, bem como a capacidade de articular-se com diferentes instituições, de fazer parte de redes como a REFAISA, a Rede de Educadores do Semiárido Brasileiro (RESAB), a UNEFAB e, a Associação de Escolas-Família Agrícola da Bahia (AECOFABA) na região de Caetité, por exemplo, e acima de qualquer outra ação, um trabalho social.

Se voltarmos para a questão da identidade da AREFASE, veremos que, apesar de se definir como uma entidade de movimento de luta pela terra de fundo de pasto e luta pela água, e apesar de surgir para ser mantenedora de uma escola, sua identidade educacional é estendida à condição de instituição socioeducativa comunitária. Portanto, seria muito difícil segregar as ações em socioeducacionais, socioculturais ou sociocomunitária, porque na prática essas ações não se dissociam.

A próxima subseção descreve como está organizada e como ocorrem os processos de gestão da AREFASE/EFASE. Visa informar ao leitor sobre a estrutura organizacional e funcionamento; além de abordar as fontes de financiamento das ações e projetos desenvolvidos pelas/nas instituições.

## 2.4 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

Como em toda instituição formalizada, há também uma estrutura organizacional e a adoção de modelos de gestão, mesmo que essa adoção não seja consciente, mas está lá, compondo a cultura e o clima da AREFASE. Independentemente da constituição jurídica, que é sempre a oficial, há arranjos que facilitam as atividades cotidianas e esses arranjos nem sempre são oficializados, mas são legitimados pelo grupo. Esta seção trata sobre a organização e a gestão da AREFASE. Isso para facilitar a compreensão das ações e estratégias de educação promovida tanto dentro como fora da EFASE. Está subdividido em dois subtítulos: Estrutura Organizacional e Funcionamento e; depois, Financiamento.

### **2.4.1 Estrutura Organizacional e Funcionamento**

Pierre Marras (2000, p. 41) diz que se pode “denominar estrutura organizacional o conjunto de funções, cargos, relações e responsabilidades que constituem o desenho orgânico” da instituição. Geralmente é possível representar a estrutura organizacional em organogramas e fluxogramas de atividades. Mas, na AREFASE isso é muito complexo de ser representado.

A associação é mantenedora da EFASE e é coordenada por agricultores envolvidos com a luta por uma educação voltada para a realidade do campo e que tenha como princípio a **agroecologia**, a convivência com o semiárido e a garantia dos direitos essenciais aos agricultores familiares da região, em particular das **áreas de fundo de pasto**. (Nelson Mandela, 2009) (grifo nosso)

Começamos a análise da organização e da gestão da AREFASE pela fala de Nelson Mandela, quando se refere a uma das ações desenvolvidas pela associação, o “Balcão de Direitos Humanos”. Eis aí a principal resposta sobre: quem são, como se organizam e o que defendem. Quando ele se refere aos agricultores, refere-se a qualquer agricultor, tenha ou não se submetido à escolarização. Durante as observações de algumas atividades em campo, podemos perceber que, de fato, todos participam, e participam até mesmo das atividades mais complexas como a prestação de contas que requer um complexo conhecimento de contabilidade; trata ainda da forma como se organizam para gerir a associação: a coordenação. O que também pode ser observado no dia a dia, nas atividades que são coordenadas.

Alguns membros da AREFASE até brincam com a imposição jurídico-formal que exige outra forma de representação da gestão organizada. Então, dizem que na associação existem duas formas de se organizar para gerir: uma jurídico-formal, composta por um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro e um suplente, um secretário e seu suplente e seis fiscais, também com seus respectivos suplentes, perfazendo um total de 12 membros, criteriosamente escolhidos por sufrágio, mas na verdade, na prática do dia a dia, o que funciona são as coordenações.

As eleições acontecem a cada dois anos e nesse aspecto funciona mesmo como manda o figurino jurídico-formal, com exceção da exigência do engajamento no movimento. Adilson Santana justifica o porquê:

Na verdade, as associações e cooperativas têm nos seus estatutos aquelas regras para ser sócio e depois para ser um diretor: participar sempre, estar quite

e tal. Nesse caso aqui, a gente não restringe apenas à questão financeira, mas a questão da participação e do conhecimento mesmo do movimento. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

E o engajamento não se restringe à participação nos eventos pontuais, como as assembleias que acontecem duas vezes por ano, mas estar envolvido na luta, nos projetos sociais, na militância do dia a dia. Isso naturalmente é um critério seletivo para aqueles que pretendem se candidatar à gestão da AREFASE.

Outra condição para se candidatar à diretoria é a disponibilidade de trabalhar voluntariamente, sem vínculos empregatícios ou direitos trabalhistas. Essa condição é argumentada pelo fato da associação não ter fins lucrativos, havendo apenas uma exceção, segundo Adilson Santana: “[...] a única coisa que a escola, quando tem recurso, faz o repasse para a gasolina da moto, quando eles vêm de lá para cá. E, às vezes. Depende da situação, deixa para lá”.

Um assunto delicado, mas que também é discutido em assembleia é a distância entre o local de residência dos associados candidatos e a sede da AREFASE. Adilson justifica também o porquê desta orientação, que segundo ele, não é critério:

Teremos uma assembleia eletiva e aí se vê, observa-se o que faz o sócio, uma questão que a gente sempre coloca é a distância, porque já foi tentado com uma pessoa de fora, que morava a 200km daqui e fica complicado porque não consegue acompanhar, então... Mas a gente coloca isso abertamente em assembleia e o pessoal concorda. E aí vai de acordo com a disponibilidade do agricultor, conhecimento do projeto e querer se doar para contribuir, sendo sócio, sendo pai de aluno, entendo do projeto, dispor-se. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Com esta explicação fica uma dúvida, não explorada: será que as comunidades mais distantes da sede têm a mesma assistência que as comunidades próximas ou, as comunidades que têm um coordenador mais próximo são mais beneficiadas e/ou assistidas? Ou por que esses associados não se desvinculam e formam outras associações para atender às demandas das comunidades mais próximas? Não foi possível investigar esses aspectos.

As ferramentas da administração moderna não aparecem logo de frente, de modo sistematizado, como se vê em algumas organizações e instituições, explícitos em *banners* ou quadros em suas dependências ou planejamento estratégico escrito. Mas existem e são organizadas, do modo deles, é claro. Nada é rígido, pode mudar inclusive

conforme a equipe de responsáveis no momento. O organograma é dinâmico. Não se vê, por exemplo, a missão, a visão e os valores pendurados em quadros nas paredes, porque, segundo eles, sua lógica de funcionamento e organização é outra.

A organização funcional da AREFASE se aproxima daquilo que Jean Pierre Marras vê como um tipo de organização cuja “departamentalização funcional leva em consideração a especialização técnica dos ocupantes dos cargos e seus conhecimentos [...]”. (MARRAS, 2000, p. 42)

Na gestão da AREFASE, existe planejamento e controles, principalmente do que têm que ser prestado contas. Registros são feitos para apresentar aos parceiros, mas isso não significa que não haja gestão. Há um modelo muito peculiar de gerir os processos na associação. É desse modelo que descende a cultura organizacional da instituição. Cultura Organizacional, segundo Idalberto Chiavenato:

[...] é um padrão de assuntos básico compartilhados, que um grupo aprendeu como maneira de resolver os problemas de adaptação externa e de integração interna e que funciona bem ao ponto de ser considerado válido e desejável para ser transmitido aos novos membros como a forma correta de perceber, pensar e sentir em relação aos seus problemas. [...] Em outras palavras, a cultura organizacional representa as normas, informais e não escritas que orientam o comportamento dos membros de uma organização no dia a dia e que direcionam suas ações para o alcance dos objetivos organizacionais. (CHIAVENATO, 2005, p. 37)

Há predominância da forma de gerir menos burocratizada, que não exige contratos para todas as ações, como é o caso do uso da máquina de processar ração, já citado anteriormente. Ninguém faz um contrato de uso, de repasse de parte da produção, tudo é feito em regime de permutas, de negociações e acordos firmados oralmente.

Alguns colaboradores dizem que não é possível fazer um organograma hierarquizando a representação da atual gestão da AREFASE. O máximo que se pode fazer é uma representação de como as coordenações se organizam, mas o desenho não é tão fácil. Primeiro porque todos fazem de tudo um pouco, uns agem mais de acordo com as suas habilidades, outros mesmo não tendo habilidades exigidas para assumir determinadas ocupações se dispõem a aprender.

Embora não reflitam sobre a teoria da administração, os gestores da AREFASE adotam modelo de gestão bastante contemporâneo. Por exemplo, fazem a gestão por

competências. Segundo Joel Dutra (2001, p. 27), são as pessoas que, ao colocarem em prática o patrimônio de conhecimentos da organização, concretizam as competências organizacionais e fazem sua adequação ao contexto. “A agregação de valor dos indivíduos é, portanto, sua contribuição efetiva ao patrimônio de conhecimentos da organização, o que lhe permite manter vantagens competitivas ao longo do tempo.” (idem, p.29).

Não há, por exemplo, coordenações por segmento de atuação: mulheres, segurança alimentar, frente pela água, frente pela terra, indígenas, quilombolas. Aliás, indígenas e quilombolas não justificariam, na visão dos membros da associação, por serem minorias entre eles e mesmo assim alguns deles não se reconhecem como tais.

Pode acontecer das pessoas terem disponibilidade, mas não terem desenvolvidas as habilidades que demandam as ações da AREFASE. Quando isso acontece eles criam estratégias bastante interessantes, já que todos fazem de tudo um pouco, Angelita Dias nos explica uma dessas estratégias:

Todo mundo faz tudo. Inclusive essa questão de reuniões, sempre que, a cada dois meses quando vai ter reunião, aliás, já é definido no início do ano as tarefas. Então divide, fulano vai para a região tal, sicrano vai para região tal. Divide por região. Mas não quer dizer que isso seja fixo, pode haver remanejamento. Fulano pode ir para uma região que não estava definido, por exemplo. (Angelita Dias. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Adilson Santana que é estudante egresso, e atua na AREFASE/EFASE atualmente, também nos conta porque sempre há pessoas que atuam na AREFASE e na EFASE:

Então, hoje sou eu e outra monitora que fazemos isso. Um pouco mais direto. Sempre fazendo essa ligação entre o que acontece nas reuniões da equipe de monitores (EFASE) e o que acontece na coordenação. Porque nem sempre a gente pode juntar as duas: a coordenação da AREFASE e a equipe de monitores. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Quando questionados se alguém pode intervir ou realizar a tarefa que foi atribuída ao outro, Angelita responde que isso não é problema e cita um exemplo bem prático:

[...] em reunião, sempre tem o cuidado de ir alguém da coordenação (AREFASE) e ir também um monitor (EFASE), sempre a gente esta fazendo este equilíbrio. Recentemente em uma das reuniões um monitor não pode ir, mas aí tinha alguém da coordenação que é da região de lá e assumiu. Então, não existe essa separação, todo mundo faz tudo. Não sabemos se isso é tão positivo, mas é assim. (Angelita Dias. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Este exemplo ilustra bem como são feitos os arranjos no grupo para superar a dificuldade de alguns coordenadores não alfabetizados, por exemplo, ou seja, ele será sempre acompanhado por alguém que tenha habilidade para registros escritos. Outra forma de desenvolver habilidades é enviando membros do grupo para participar de cursos e formações em outras instituições, o que facilita o aprendizado, além de permitir a troca de experiências com membros dessas instituições.

Em relação à tomada de decisões, são sempre colegiadas. Preza-se muito pela participação de todos os segmentos: pais, monitores e estudantes, membros da coordenação. Qualquer membro pode sugerir uma pauta para as reuniões ou para as assembleias. Quem confirma essa abertura é Adilson Santana “E aí todos os pais de estudantes ou ex-estudantes, ou parentes de estudantes, simpatizantes, podem participar, também fica aberto. Simpatizantes, que entendem do projeto pode contribuir”.

Em relação ao expediente da AREFASE este se distingue do funcionamento da EFASE. Enquanto na EFASE a organização é bastante ordenada, no sentido de se ter uma rotina planejada. Na AREFASE, não há dia nem horário fixo para se trabalhar, mas se trabalha sempre, cada um em suas atividades assumidas: Balcão de Direitos, Projetos Sociais, Reuniões (com as famílias, associações sindicatos, outros movimentos sociais, cooperativas, prefeituras, Estado, Ministérios, Universidades etc.), todos trabalham o tempo todo, todos com a agenda sempre cheia, e até abdicando de seus afazeres em sua vida pessoal: Eles têm roças, animais para cuidar, família para dar assistência, entre outras tarefas pessoais. Às vezes, eles dizem que isso os limita um pouco para desenvolver as tarefas assumidas na AREFASE. Mas, tocam a associação como podem. É esse contexto que compõe a cultura dessa instituição.

Questionamos sobre como são resolvidos os conflitos ou ambiguidades dentro do grupo. O clima é de cumplicidade entre os membros. Mais de um colaborador foi questionado e a resposta foi a mesma: uma negativa para a existência de conflitos internos. Tudo que conseguimos captar foi relativo à convivência de estudantes e, raramente, alguns monitores. Sobre o assunto nos falou Edmundo:

Conflitos, até hoje graças à Deus não teve. A não ser os problemas internos de estudantes que desobedecem ao regimento interno e que aí a gente já toma as providências logo de imediato. Ou uma suspensão, que é depois das advertências. Depende da gravidade, porque o regimento é feito por pais de

estudantes, coordenadores e monitores então tem que cumprir todo. (Edmundo Oliveira. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2012)

Ele nos diz ainda como e onde são tomadas as decisões.

Durante as duas assembleias que são realizadas durante o ano, qualquer problema que acontece, seja o pai ou aluno que venha se queixar, e realmente se sentir prejudicado, a gente mostra o regimento e pergunta: - Esse regimento, quem foi que fez? Fomos nós. Então, se teve alguma expulsão é porque o assunto era grave. Já estava previsto no regimento. O aluno já tem consciência, porque ele tem cópia do regimento e já sabe que no momento que descumprir e que o assunto é grave, ele já é expulso automaticamente, através de uma decisão dos monitores e não da coordenação, pois entendemos que não há necessidade de chamar os pais aqui ou chamar a coordenação, que às vezes mora distante. (Edmundo Oliveira. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2012)

José Elias, o Zito, nos conta que as coisas eram mais complexas, mas com o passar do tempo e o acúmulo de experiências houve necessidade de simplificação das tomadas de decisões quando o assunto se refere a conflitos envolvendo estudantes. Antes, havia uma centralização e tudo era resolvido nas reuniões da coordenação, hoje os monitores têm mais autonomia para decidir.

Foi a partir daí que fomos amadurecendo e modificando alguns artigos do regimento e dando autonomia aos monitores para que resolvam essas questões, até porque é difícil para a coordenação decidir sobre algo que não está informado no dia a dia. E como o monitor está convivendo diariamente com o aluno ele tem autonomia, dada pela coordenação, para decidir, seja expulsão ou permanência. Os conflitos são somente esses, mas são resolvidos da melhor forma. (José Elias – Zito. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2012)

Insistimos em questionar sobre os conflitos com outros membros da AREFASE/EFASE e a resposta continua negativa:

De monitores não, até o momento. Às vezes já se chegou a alguns casos do monitor não se sentir bem na escola, de ter uma oportunidade melhor para ganhar mais, de estar mais confortável, ele sai automaticamente, de livre vontade, mas expulsão não. Agora, com estudantes já aconteceu muito. Muitos estudantes já foram expulsos por causa dele descumprir o regimento interno. (José Elias – Zito. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2012)

Nelson Mandela já havia se manifestado em relação à problemática, sua concepção também envereda por esse sentido. Ou seja, a maior causa dos conflitos está relacionada aos comportamentos dos estudantes, quando se trata de monitores há uma abertura bastante democrática e a saída não gera transtornos que impeçam as instituições de continuar suas atividades. Em relação aos membros da coordenação,

geralmente os assuntos são tratados em reuniões da coordenação ou assembleias, mas não há registros de conflitos significativos.

Em relação aos conflitos na coordenação Zito explica nunca houve casos de expulsão, por exemplo, e relata o seguinte:

Os conflitos se resolvem de forma pacífica. Na coordenação tem-se uma obrigação de todo mês estar presente aqui nas reuniões, mas, às vezes nem todos participam, porque têm seus problemas, seus compromissos, se faltam, justificam. Agora, no final do mandato, quando se vai eleger outra diretoria, a diretoria atual analisa. (José Elias – Zito. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2012)

Ele ilustra uma situação hipotética em que um membro sempre falta as reuniões de coordenação, neste caso, a resolução do problema é feita participando ao faltante que o caso será levado a assembleia. Mas, sempre interpelando a pessoa sobre o seu desejo em permanecer, ou mesmo ouvindo suas dificuldades:

Mas é claro que a gente sempre pergunta aos coordenadores: Você está a fim de continuar? E a maioria sempre tem essa coisa. Às vezes uns dizem: eu só vou continuar se não tiver outro. Porque todo mundo sabe que tem necessidade da coordenação funcionando. É uma necessidade. Inclusive, a gente não ganha nada, está aqui para contribuir, para fazer com que a escola ande. E é assim. É muito trabalho! (José Elias – Zito. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2012)

A intenção não é expor as faltas de quem está com dificuldades em participar das reuniões, mas buscar ajuda de outros membros para que haja apoio mútuo, o que pode incidir inclusive na redistribuição de tarefas.

Assim, a organização, a estrutura e o funcionamento da AREFASE/EFASE podem ser compreendidos como sendo uma estrutura dinâmica, com uma organização aberta, descentralizada e com pouca burocracia, porém a forma de gestão de conflitos parece deixar questões importantes “correrem soltas” para não provocar desavenças entre seus membros. A isso eles chamam de pacificidade.

Além da necessidade de manter uma estrutura física e organizacional para desenvolver as atividades da AREFASE/EFASE, existe também a necessidade de provimentos de recursos, inclusive financeiros. A forma como os recursos são captados e geridos acontece através de processos, tomados como estratégias de educação que promove a autonomia dos sujeitos. É sobre isso que trata a descrição do item a seguir.

#### **2.4.2 Financiamento**

Em relação ao financiamento das atividades desenvolvidas na e pela AREFASE as fontes são muito diversas, e é válido até a realização de bingos para captar recursos, mas é certo que a maioria dos recursos é captada através de projetos. E Nelson Mandela é o que tem mais habilidade para fazer isso, ele é considerado pelo grupo como o provedor, mas sempre socializa e compartilha com os membros todo o processo de elaboração e captação de recursos através de projetos, sobre todas as fases que demandam conhecimento para se concretizar um projeto, inclusive as fontes financiadoras.

Então, todos os recursos que entram, são de origem de projetos, de “n” projetos, nesses catorze anos, em diversas áreas. Projetos do Ministério do Meio Ambiente, das Secretarias de Educação, enfim. Então, geralmente são projetos feitos - geralmente não, todos são feitos por Nelson. (Glória Cardoso. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Algo que pode ser destacado e que confere coerência aos discursos dos membros da AREFASE é a democratização na gestão dos recursos. Normalmente os projetos são discutidos em reuniões desde o planejamento da captação do recurso. Discutem-se quem poderá assumir qual função dentro do projeto, como serão aplicados os recursos e todos são responsáveis pela prestação de contas financeira e social dos resultados daquele projeto. Mas, quem responde oficialmente é o diretor, eleito. Foram citadas várias fontes de recursos já captados e projetos em andamentos ou concluídos. Porém sempre com as ressalvas, são fiéis à finalidade do projeto e da aplicação dos recursos. Se a verba é oriunda das prefeituras, por exemplo, para a escola, será utilizado na escola. Eles argumentam que trabalham com educação e acreditam que a educação se faz pelo exemplo.

Embora, haja outras formas de captação de recursos que não são financeiros diretamente, como por exemplo, o transporte dos estudantes, normalmente através de convênios com as prefeituras; a disposição de alguns professores por parte das secretarias de educação municipais ou do Estado; entre outras formas.

E quando os convênios e projetos não vingam, os próprios associados colaboram, seja através de doações financeiras, seja através de serviços ou de alimentos. Eles relatam que já passaram por momentos mais difíceis do que estão hoje

e que se organizaram e venceram. Quando perguntamos se havia um valor mínimo para essa contribuição Angelita Dias respondeu: “[...] Era R\$ 20,00 (Vinte Reais) para o ensino fundamental e R\$ 40,00 (Quarenta Reais) para o ensino médio, por mês, para quem tinha mais de um filho havia um abatimento”. Isso quando se trata da manutenção da EFASE. Porém, se o convênio estipular que as famílias não poderão contribuir com nenhum recurso essa contribuição é suspensa, mas a contribuição espontânea é sempre estimulada.

Se levarmos em consideração as despesas da EFASE, com manutenção dos prédios (casa dos monitores, casa das monitoras, biblioteca e salas de aula, diretorias, casa das alunas, casa dos estudantes, refeitório, auditório, casa de máquinas, laboratório de informática etc.), do uso da energia elétrica, alimentação humana (cinco refeições diárias) e dos animais, os espaços de criação de animais (apriscos, granja e pocilga), o pagamento do salário dos monitores, os materiais de limpeza, de escritório, de apoio didático, entre outras, a taxa de contribuição é simbólica. Também há de se recordar que na Pedagogia da Alternância o regime é de semi-internato e cada turma de estudantes e monitores permanecem na instituição durante quinze dias, por mês, tempo-escola que exige recursos para o suprimento das necessidades básicas de alimentação e higiene.

Neste sentido, conclui-se que as fontes dos recursos que mantém as despesas da AREFASE/EFASE provêm de diferentes fontes, sendo captadas e gestadas principalmente através de projetos assumidos coletivamente pelas comunidades beneficiárias. Cabe a AREFASE/EFASE proporcionar condições para que estas atividades se tornem processos educativos que desenvolvam a autonomia dos sujeitos envolvidos, como já ocorre em algumas comunidades que já tem independência para propor e gerir seus processos e projetos (associações, cooperativas, EFAs etc.). As estratégias de captação e gestão dos recursos para o desenvolvimento das comunidades são estratégias que promovem a educação para a “libertação”, ou seja, uma educação como prática da liberdade e da autonomia.

Nas seções seguintes haverá mais informações sobre a concepção dessas e outras práticas educativas sociocomunitárias e, o sentido da educação para a liberdade e autonomia.



### 3 CONCEPÇÕES POLÍTICAS E EDUCATIVAS

Nesta seção tentaremos descrever as concepções políticas e educativas dos dirigentes da AREFASE, embora ainda haja muito a ser explorado, mas como já justificado anteriormente, o tempo disponibilizado para a realização de uma pesquisa em nível do mestrado é relativamente curto. Ademais, não há pretensão de esgotar o assunto.

Estruturada em quatro subseções, inicia-se por um preâmbulo que pretende situar o leitor sobre como os membros da AREFASE percebem a ideologia dentro deste contexto; em outra subseção, algumas concepções que eles denominam de “educação diferente”, expõem o que há de diferente em suas concepções político-educativas; a terceira subseção descreve como é o processo de complementação entre a educação escolar e a educação comunitária e; por fim, traz, na quarta subseção, a descrição de algumas práticas cotidianas desse processo.

#### 3.1 PREÂMBULOS À CONCEPÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA

A educação existe desde os tempos remotos, mesmo quando não havia sido ainda organizado em salas de aulas, classes, livros e professores especialistas na arte de ensinar. A família, a comunidade e outros grupos são educadores, produzem e transmitem conhecimentos. Nas aldeias primitivas e ainda hoje, alguns grupos étnicos privilegiam formas diferentes de educar. Algumas tribos indígenas, aborígenes, africanos e tantas outras culturas, ainda transmitem seus conhecimentos exclusivamente através da oralidade.

E por falar em *conhecimento* cabe uma breve descrição acerca do vocábulo para que saibamos os sentidos adotados neste trabalho. Para Peter Burke,

O tema conhecimento atraiu a atenção de muitos dos principais teóricos da sociedade e da cultura da última geração. Próximo ao final da sua carreira Norbert Elias, assistente de Mannheim, estudou o processo de autonomia intelectual e também formulou o que chamou de “*establishments*” científicos. Jurgen Habermas discutiu a relação entre conhecimentos, interesses humanos e esfera pública. Pierre Bourdieu trouxe o conhecimento de volta para o mapa da sociologia numa série de estudos sobre “prática teórica”, “capital cultural” e o poder de instituições como as universidades para definir o que conta e o que não conta como conhecimento legítimo. (BURKE, 2003, p. 16)

Mas para Burke, definir conhecimento é algo complexo. Precisa-se fazer uma distinção entre conhecimento e informação. Ele mesmo usa metáforas para explicar a diferença e adota o termo “informação” para se referir ao que é relativamente “cru”, específico e prático, e “conhecimento” para denotar o que foi “cozido”, processado, ou sistematizado pelo pensamento. Neste sentido, conhecimento “é aquilo que quase sempre é elaborado/avaliado/validado coletivamente, pois há de ser julgado por outros, com base em critérios e métodos, embora, não necessariamente, racionalizados”, mas que já avançaram, no campo cognitivo, do intuitivo global.

Já a sabedoria é vista pelo autor como “não cumulativa, aquilo que é adquirida mais ou menos individualmente”, está relacionada à capacidade de discernimento. (idem, pp. 19-20) (grifos nossos). Tomando este argumento como suporte, trataremos também de conhecimento como aquilo que é “cozido”, processado e elaborado nas atividades práticas cotidianas da AREFASE. Pois, não há nesta instituição, segregação entre reflexão e prática em seu contexto e, como salienta Alba Zaluar:

Porque tudo se passa como se a atividade prática dos sujeitos nada mais fosse do que a execução da estrutura subjacente, implícita ou inconsciente, não havendo lugar para reflexão sobre a prática, a reinterpretação de antigos significados, nem a invenção de novos. Com o código, consenso do implícito ou inconsciente, o social comanda de dentro os homens sem que estes o percebam, ou na fórmula de Lèvi Strauss, “se pensa neles”. Assim sendo, a atividade pensante dos sujeitos reduz-se a deixar de pensar por eles. Não há possibilidade de distancia nem de crítica ou de autonomia diante deste simbólico com o qual se comunicam entre si. [...] Não há como eliminar o jogo que existe em qualquer cultura e qualquer classe social, entre o implícito e o explícito, entre o inconsciente e o consciente, quando os sinais de falta de direção da sociedade estão por toda parte, quando as tradições se esvaem e aquilo que Geertz chamou o “curso político velado” aparece pontuado de irrupções sociais disruptivas (Geertz, 1978:211) nessa hora as pessoas tornam-se dolorosamente conscientes dos conflitos e, se exploradas, demonstram profundo inconformismo. (ZALUAR, 2000, p.56)

Em outras palavras, sempre haverá um impulso a uma prática consciente em situações cotidianas, como resultado concreto da ação educativa, algo raro nos fenômenos da educação escolarizada. Maria da Glória Gohn explica como se dá esse fenômeno, comum nos movimentos populares:

O ponto fundamental de alteração que a prática cotidiana dos movimentos populares opera é na natureza das *relações sociais*. Não se trata de um processo apenas de aprendizagem individual, que resulta num processo de politização dos seus participantes. Esta é uma das faces mais visíveis. Trata-se do desenvolvimento da consciência individual. Entretanto, o resultado mais importante é dado no plano coletivo. (GOHN, 2005, p.52)

Já a reflexão sistematizada sobre as ações e atitudes resultantes desses processos educativos, não é proporcionalmente inversa. Nesta acepção, a educação não é apenas o consumo de determinados produtos intelectivos, mas exige uma condição de trocas. Carlos Rodrigues Brandão (1995, p.23) diz que “[...] as formas vivas de ensinar-e-aprender tem sido chamados de vários nomes. Ao processo global que tudo envolve, é comum que se dê o nome de *sociação*”. Para o autor a *sociação* tem por finalidade realizar, na esfera das necessidades e projetos da sociedade, e em cada indivíduo, parte daquilo que eles precisam para serem reconhecidos como sujeitos e existirem nela, numa legitimação recíproca dos valores e ideologias vigentes naquele meio. Enquanto José Júnior diz que a *sociabilidade*, outro fenômeno que descreve trocas e aprendizagem, numa concepção *simmeliana*,

[...] é dada pelos conteúdos dos arranjos sociais, e são frutos de uma coalescência derivada das matérias do seu conteúdo, é resultante das inúmeras formas sociais, que em síntese, são constituídas por meio das interações sociais projetadas em determinadas formas de *sociações* e produtoras do meio social, sendo expressas por infindáveis quadros sociais. (ALCÂNTARA JÚNIOR, 2005, p. 33)

Dada a proximidade conceitual entre *sociação* e *sociabilidade* tornar-se difícil a descrição dos arranjos de aprendizagens cotidianas, de modo discriminado, pelo menos à luz da pedagogia, que considera indissociáveis os modos de produção e da apropriação do conhecimento, nos processo do desenvolvimento intelectual e cognitivo. Assim, o que varia são as condições e situações de aprendizagem.

Carlos Brandão (1995, pág. 16), diz que quando um povo alcança um estágio complexo de organização de sua sociedade e de sua cultura; quando enfrenta, por exemplo, a questão da divisão social do trabalho e, portanto, do poder, é que ele começa a viver e a pensar como problema os processos de transmissão do saber. E é sobre esse problema que abordaremos ao tratarmos sobre a organização da EFASE enquanto instituição que produz, processa e dissemina saberes e conhecimentos.

Inicialmente, faremos um passeio pela história da EFASE. Esse passeio não estava diretamente nos planos da pesquisa, uma vez que ingenuamente achávamos que seria possível dissociar as atividades educativas escolarizadas das não escolarizadas, mas as respostas em campo nos fizeram conhecer tanto a concepção

quanto a prática de educação por parte dos membros da AREFASE. Por sugestão do orientador deste trabalho, registramos tudo que foi possível observar em campo. O relatório de visita em campo ajudou muito nesse sentido, porque há informações que quando perguntadas podem ser respondidas 'por encomenda', para atender ou satisfazer o pesquisador, mas quando se observa pode ser mais espontâneo.

Assim, depois de descobrir que as ações educativas acontecem de modo imbricado, foi menos difícil compreender os processos que ocorrem na EFASE, mesmo que o foco de observação não tenha sido inicialmente esses processos.

A EFASE é uma escola que promove a educação sociocomunitária. É uma escola pública, não estatal, gerida pela comunidade; desenvolvem suas ações voltadas para a realidade do campo, valorizando a cultura, as tradições, os saberes do senso comum. Senso comum aqui tomado no sentido concebido por Maria Arruda Aranha e Maria Helena Martins:

Chamamos senso comum ao conhecimento adquirido por tradição, herdado dos antepassados ao qual acrescentamos os resultados da experiência vivida na coletividade a que pertencemos. (ARANHA & MARTINS, 1993, p. 35)

Uma educação que proporciona preparação técnico-profissionalizante que permita aos filhos e aos trabalhadores na agricultura familiar a ampliação de seus instrumentos de resistência e de sobrevivência no semiárido. Uma educação que permita ao estudante o encontro com suas identidades e reforce sua autoestima. Uma educação que esteja atenta à realidade sociocultural de seus membros.

A forma como acontece a conciliação, quando é possível, entre o senso comum e o saber técnico-científico é muito semelhante com a formação do tradicionalista-doma na África, quando "a tradição africana não tinha a sistemática do ensino europeu, sendo passada durante toda a vida". (Hampâté-Bâ, 1982, p. 208) Os tradicionalistas-domas eram conhecedores em uma ou mais matérias tradicionais. Assim, quando um familiar de um estudante é convidado para expor sobre determinado assunto, respeita-se sua vivência, sua experiência, mesmo que este não tenha formação acadêmica, pois o conhecimento não é privilégio de acadêmicos. Paraphrasing Paulo Freire "não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes".

Antes de adentrarmos as questões das concepções político-educativas, faz-se importante sabermos um pouco sobre o que pensam e como percebem a ideologia

dentro desse contexto. Perguntei primeiro à Angelita sobre o que move a ideologia da AREFASE. Logo de início ela teve dificuldade para relacionar o termo às ações da associação e sugeriu que perguntássemos a eles, ou seja, aos fundadores. Mas foi feita uma intervenção e a pergunta foi reformulada: O que leva vocês acreditarem que vale a pena?

[...] eu acho que é assim [...] Eu vou falar com base em alguns depoimentos que a gente tem ouvido de alguns membros, de vez em quando. Eu acho que é o sonho. Têm alguns grandes mestres aí, na educação, na área sociológica que volta e meia fala para a agente da importância de sonhar, com o pé no chão, mas de sonhar. E eu ouvi um pai de aluno, mentira um avô de aluno - na verdade desde o primeiro ano que ele entrou na escola que ele já era avô, acho que ele nunca foi pai de aluno -, que eu nunca esqueço, toda reunião que nós íamos, não tinha uma para ele não usar a frase: **“Essa escola que é uma escola diferente”**. Então eu nunca esqueço isso. E para mim, eu acho que isso assim, traduz sabe, o que você está querendo ouvir. Acho que o que move é isso, é esse saber que nós somos diferentes, quer queira, quer não, nós somos diferentes. O nosso querer é diferente. E o sonho de que esse diferente faça a diferença na vida das pessoas. Eu acho que é isso. (Angelita Dias. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011) (grifo nosso)

A resposta dá pistas de que esse ‘sonho’ é expandido para as comunidades e “contagia” as pessoas que se aproximam ou fazem parte da AREFASE, seus ecos são propagados na família e na comunidade, mesmo que eles não tenham frequentado aquela sala de aula. Embora haja consciência de que não é possível atingir a todas as pessoas de modo homogêneo. A própria Angelita Dias ressalva isso:

Sem dúvida nenhuma. Óbvio que a gente sabe e seria até hipocrisia a gente querer dizer outra coisa. É óbvio que a gente sabe que têm famílias que não são tão [...] Como é que eu diria? Sensibilizadas. Mas de um modo geral, eu não tenho dúvida nenhuma. [...] Então, tem um resultado lá, tem um eco, como você diz. Como é que diz? Tem um “mover” lá, mas também, infelizmente, existem casos: “Ah isso é besteira!”. Infelizmente também tem um pouquinho disso, mas de modo geral eu não tenho dúvida nenhuma que existe essa ressonância aí. (Angelita Dias. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Já Nelson Mandela acredita que “a ideologia da AREFASE ainda está para ser construída, porque ideologia é algo complexo e as pessoas a assume de modos diferentes”. Há muito conceitos para ideologia, optamos pelo conceito dado por Marilena Chauí para representar o que adotamos neste trabalho:

[...] a ideologia é um conjunto lógico, sistêmico e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e

como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. [...] (CHAUÍ, 1980, p. 113 *apud* ARANHA & MARTINS, 1993p. 37) (sic)

As lideranças da AREFASE sabem que há valores e normas que permeiam a cultura e o clima da instituição, isso acontece de modo tácito, mas não refletem sobre isso de modo sistemático, nem demonstram a pretensão de fazê-lo. E até reconhecem que ainda precisam firmar a ideologia, porém sem fixá-la em padrões filosóficos acadêmicos. Quem colabora nessa reflexão é Nelson Mandela:

**A gente ainda precisa construir a ideologia.** Ela mora, ela existe, mas ainda não está ainda em sua consciência, ela não está ainda no íntimo da cada um. Mas ela ainda não se encarnou. Muitas pessoas estão aqui por uma questão assim, muito grande, outros por uma compreensão muito grande e outras, porque têm um compromisso muito grande. Você tem aqui de vários ideais, que pensam e estão muito próximos, são ávidas, são bastante solícitas. Só que são muito próximas, mas não conseguiram encarnar. **A compreensão da ideologia é uma coisa mais complexa ainda**, não é? É mais complexo. (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011) (Grifos nossos)

Ele mesmo cita um exemplo de como as pessoas não percebem como na própria AREFASE se forja uma ideologia. Fala das músicas que são cantadas para animar os eventos, a mística, os mutirões, os serões etc. Na AREFASE há uma espécie de cartilha com letras de músicas, impressa. Essa cartilha tem predominantemente músicas da Igreja Católica, quando na EFASE já há um número bastante significativo de famílias evangélicas, segundo dados da própria instituição, quase um terço dos estudantes. Nelson acha que deveriam ter outras músicas de artistas e compositores que tratem dos dilemas do dia a dia dos trabalhadores camponeses, por exemplo. Em suas cartilhas, não há músicas que tratam ou retratam questões políticas, agrárias, entre outros temas que são pertinentes a labuta do movimento social, mas que são negligenciadas. Essa consciência não implica em ações proativas de mudanças, principalmente partidas de Nelson que tem como estratégia provocar a reflexão, não impõe seu ponto de vista. São dele as seguintes palavras:

Então, tem o viés é não só pela questão religiosa, mas pela questão política, também. E tem aquelas que não estão no nosso contexto. O que é o nosso contexto político, o que a gente traduz no nosso dia a dia? Quem a gente trabalha? Então a gente tem monitores e tem coordenadores que estão próximos; outros têm a compreensão e; outros que tem compromisso. **Então nessa estrutura, nossa aqui, nesse mundo nosso aqui, ainda não se encarnou a ideologia.** A ideologia ela existe, ela mora, mas ela não está encarnada. Tanto que eu comentei com você em relação à questão agrária. A questão agrária não se discute. Você não consegue discutir, porque o problema

existe. Mas não existe o anseio, a vontade de discutir a questão agrária. Você precisa de um apoio, ainda. (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011) (grifo nosso)

Para Adilson Santana o que move a ideologia é algo marcante que se constituiu a partir da caminhada da EFASE. O movente é um processo relacionado à motivação, e sempre que alcançam algo, continuam com o olhar no horizonte, em busca de algo novo, de outros anseios. A essa coisa marcante ele denomina por uma “educação diferente”.

**O forte é uma educação diferente**, não só para o aluno, mas para os pais, para a comunidade entender como é que faz essa prática aqui. Então, quando a gente fala de uma educação diferente a gente fala da educação do aluno e toda a população assistida direta ou indiretamente pela escola, através do seu filho. E também, o filho também ajuda muito, o filho educa o pai através de seus trabalhos realizados na propriedade, ele ajuda a quebrar aquela coisa que nós conversávamos [...] envolve a família. Mas de qualquer forma isso desemboca na educação. Acho que o forte que move ainda é, e eu espero que continue sendo, fazer uma **educação diferente**. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011) (grifos nossos)

O que Adilson diz sobre uma educação cujos reflexos podem ser percebidos como um esforço de consolidação de uma educação plural e libertadora coaduna com o que defende Zaia Brandão:

[...] a educação vista deste ponto, deste modo, é uma educação que ressalta a pluralidade dos caminhos, indica o significado político da negociação e reafirma um dos desafios da educação: [...] trata-se de construir, através dos processos educativos, e neles mesmos, formas solidárias, igualitárias e plurais de convivência entre os homens. (BRANDÃO, Z., 2002, p.11)

Glória Cardoso responde que o que mantém o movimento é o que as pessoas querem manter, ao mesmo tempo, a ideologia de mudanças e compromisso: “você tem que manter essa ideologia de mudança, de levar o aluno para uma mudança. [...] A maior parte é compromisso. Porque se você não tem compromisso você não fica ali”.

Glória e Nelson fazem menção comum ao relacionar a ideologia ao compromisso. Ele associa o firmamento da ideologia ao compromisso com causas, não com instituições e chega a citar exemplos de como operaria a ideologia se, de fato, tivesse sido internalizada pelos militantes que deixaram o movimento na AREFASE e não se engajaram em outras instituições do mesmo gênero ou até se

afastaram das redes que antes se diziam pertencentes. Nelson, como sempre usa sua estratégia maiêutica de provocar:

Então, qual a avaliação que se faz a partir disso? É que, quando ele estava participando, na verdade, ele não tinha se envolvido nisso. Se ele tivesse se imbuído disso, não seria o fato de ele está dentro ou fora daqui que ele não iria participar mais. Isso é muito mais amplo do que a gente, a Central de Fundo de Pasto, um Conselho Territorial da Cidadania, é muito mais amplo do que a gente, a RESAB é muito mais ampla do que a gente. A maioria dos monitores que passou por aqui está na rede pública. Estudando, dando aula, ou diretores ou vice-diretores. Eles estão lá. Então, a RESAB está aí ainda, do mesmo jeito, é a rede de educadores, e por que você não participa agora? Se antes era tão atuante? Não é? A questão da educação do campo, que hoje tem um Fórum Estadual de Educação no Campo e a gente participa também. Antes ele participava agora ele não está mais aqui dentro, não participa mais. (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Durante este trabalho, de modo geral, todos os educadores da EFASE serão denominados de monitores, mas há outras denominações mesmo dentro da escola. Para nos familiarizarmos com o termo 'monitoria' pedimos a Adilson que nos explicasse a diferença entre monitor, professor e tutor. E assim ele fez:

Aqui na EFASE, na verdade, nós não fazemos essa diferenciação, uma hora ou outra chama professor, **mas é sempre monitor**. Em algumas escolas eles dividem assim: monitor é aquele professor que fica ali o tempo todo, dorme na escola e além de assumir sala de aula, assume também outras atividades, outras responsabilidades, que a gente chama, não é? Tutoria assume estágio, por exemplo, marca estágio para o aluno, assume visita a instituição, visita a família, é responsável do dia. Enfim, esse é o monitor. E aquele que vem, dá sua aula e volta, é chamado de professor, em algumas escolas. Aqui a gente tenta fazer essa divisão de uma série de coisas, até para dar conta de uma demanda maior do que a sala de aula. O que as pessoas estão fazendo aí – estas coisas que eu estou falando aí - se a gente fizer uma lista, vai ficar deste tamanho [...] A gente divide as tarefas diárias, as tarefas práticas, a gente faz uma lista de oração, de celebração. Essas coisas todas. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Na verdade, o que importa para os educadores da EFASE/AREFASE não é simplesmente o título, mas o reconhecimento profissional por parte das comunidades que atuam. Vez ou outra se vê alguém chamando um educador de professor, de tutor ou monitor, na maioria das vezes há uma proximidade e eles são chamados pelo nome, ou até pelo apelido ou sobrenome, quando há homônimos.

Há diferentes formas de se perceber como opera a ideologia no grupo, o que não significam falta de coerência ou coesão, ao contrário, sinaliza a liberdade de expressão e até mesmo o respeito às diferentes concepções sobre um mesmo tema. Para um

grupo que se propõe a trabalhar questões da diversidade isso reflete mais que uma expressão, reflete uma conduta, reconhecida nos princípios tácitos das instituições.

A subseção seguinte tratará com mais detalhes o sentido e o significado das diferentes concepções político-educativas dentro da AREFASE/EFASE.

### 3.2 DIFERENTES CONCEPÇÕES POLÍTICA E EDUCATIVA

A concepção de educação, para a AREFASE, está situada tanto no campo da educação comunitária não escolarizada, como no campo da educação escolarizada, complementares e simultâneas, cada modalidade desempenha papéis importantes na formação do cidadão e da cidadã para o exercício da cidadania. Esse caráter educativo, que ocorre através de ações comunitárias precede a educação escolarizada, em determinados pontos podem convergir ou divergir em seus objetivos, mas é certo que, como diz Silvia Lane em sua análise sobre o caráter educativo desenvolvido nas relações sociais cotidianas:

O caráter educativo decorre da reflexão que é feita sobre o porquê das necessidades, de como as atividades vem sendo realizadas, ou seja, como as ações se encadeiam e que resultados são obtidos, tornando possível a todas as pessoas envolvidas recuperarem, através do pensamento e ação, da comunicação e cooperação entre elas, as suas histórias individuais e social, e conseqüentemente, desenvolvem a consciência de si mesmas e de suas relações historicamente determinadas. (LANE, 1981, p. 68)

Quem nos guia na descrição dessa concepção é Adilson Santana. Ele começa dizendo o que pensaram no início, desde a fundação, quando o grupo se formou para fundar a associação e depois, para fundar a escola. Afirma que o grupo teve e continua tendo uma concepção totalmente diferente da que se vê nos livros e na realidade da educação ‘aplicada’ no campo, principalmente no município de Monte Santo. E ele estende esse fato aos municípios vizinhos que se encontram quase na mesma situação, que como já descrevemos anteriormente, oferece uma escola descontextualizada e às vezes, uma educação que até desvirtua. Por isso, pensaram numa “escola diferente”, embora diga que no momento não tenha essa concepção definida, mas ensaia e traça algumas linhas gerais e fala como duplo agente porque exerce triplo papel na AREFASE: de agricultor familiar, de monitor e colaborador da coordenação:

Pensamos numa escola que pudesse dar espaço para várias pessoas, sujeitos, independência. E que se trabalhasse toda uma cultura local, o processo da contextualização, na verdade. E é nesse sentido aí que eu entendo que a AREFASE tem – se me perguntassem assim, AREFASE tem algo assim definidor, um conceito próprio? – eu não teria agora como definir, mas, no fundo no fundo o que ela quer é esse tipo de educação, emancipadora, desalienadora, que fuja da linearidade, que veja o mundo de uma forma mais ampla. Então eu não teria assim um conceito. Então, no processo de educação a gente percebe que os agricultores, por mais humildes que sejam, o conceito de educação para eles é isso. É que a educação liberte, que a educação mostre. É ver várias coisas do mundo e não fique naquela coisa da linearidade só olhando para frente. Uma coisinha bem limitada e que não é educação. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Para compreender melhor como essa proposta se consubstancia, é preciso relacionar as ações da AREFASE e da EFASE no dia a dia. Por exemplo, pode ser observado que há sempre uma preocupação em formar técnicos em agropecuária, mas não somente um sujeito dotado de capacidades técnicas, e sim de certa sensibilidade para as causas sociais. Assim a formação compreende um elenco de atividades que coloca os estudantes e monitores em constantes contatos com as famílias e as comunidades, e a formação é complementada para além dos componentes curriculares oficiais. Com base humanista e sócio interativa, a proposta é formar agentes sociais. Quem explica isso é Angelita Dias:

É assim que a gente costuma dizer: **um bom técnico, antes de ser um bom técnico, ele é um bom agente social**. Então a gente incentiva, não só o trabalho voltado para a questão da terra, a agricultura, a pecuária, mas que ele também faça um trabalho social. A gente incentiva. Inclusive nós temos muitos ex-alunos que são monitores hoje, quase 50% dos monitores da escola-família é formada por ex-alunos da escola. Então, não é exclusivamente a agricultura e a pecuária. É outro trabalho, essa questão social de ser um agente social, um agente multiplicador, de ser o educador, de ser o cara que contribui com a associação. (Angelita Dias. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011) (grifos nossos)

Para os membros da AREFASE, o trabalho realizado deve expressar uma coerência com os princípios e objetivos da associação. Por isso, há necessidade de atenção à relação teoria-prática, característica da pedagogia da alternância.

Voltando para a questão da concepção político-educativa, Nelson Mandela questiona a educação bancária que acontece mesmo em algumas EFAS, e cita casos de escolas-família que não desenvolvem um trabalho voltado para a promoção da

interação-integração escola-família-comunidade nem aderem aos princípios da agroecologia.

**Então, tem alunos que vêm de EFAS aqui, Escolas-Famílias do Ensino Fundamental, e nunca ouviram falar sobre comunidades, que nunca ouviram falar sobre mobilização social.** Então, para eles fazerem uma reunião, fazer um encontro, fazer um mutirão, terão muitas dificuldades [...] **Embora a alternância exija esse contato, esse envolvimento e aproximação com a família e a comunidade.** (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011) (Grifos nossos)

Para Nelson, a escola tem esse papel, de fazer com que o estudante perceba a função social dela. Que aprenda conceitos e os interprete, decifre os códigos de uma civilização calcada em valores de um sistema neoliberal, da supervalorização do conhecimento técnico-científico, mas, sobretudo, seja capaz de perceber, analisar e agir para transformar a natureza e a sociedade de forma consciente e ética. E isso, para ele, só se aprende com o exercício feito no cotidiano, nas comunidades, vivenciando. Por isso ele dá ênfase ao “sentido de comunidade” a ser compreendido pelos estudantes para permanecer na EFASE. Ele critica a concepção trazida por estudantes de outras EFAS – do Ensino Fundamental II -, geralmente diferente daquele adotado na EFASE:

O sentido de comunidade é outro. A ideia de comunidade não é de uma organização social, é de um ajuntamento social. E muitas vezes esse ajuntamento se forma a partir de um projeto, ou a partir de um estudo local, mas não de uma organização local. Quer dizer, em algum momento acontece isso, mas na maioria dos casos de onde os alunos vêm, eles não se identificam com a comunidade. **As EFAS não conseguiram trabalhar isso ainda, esse envolvimento com a sociedade é ainda meio que frágil.** De forma geral. (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011) (grifos nossos)

Outra percepção relacionada à concepção político-educativa notada na fala de Nelson, é a característica peculiar do envolvimento dos monitores. Ele reconhece que no caso da EFASE ainda não é uniforme. Alguns monitores se envolvem pela própria dinâmica da Pedagogia da Alternância, mas não por uma militância de defesa das causas sociais. Resta saber se a militância é condição *sine qua non* para um trabalho socioeducativo nas comunidades. E isso não foi questionado, foi apenas percebido, através do contexto. Segundo Nelson Mandela:

No caso particular, da escola em que eu ensino, alguns monitores se envolvem bem e outros não. Isso traz, na nossa equipe, a característica de um não envolvimento direto com o meio social e por isso, uma série de acontecimentos, uma série de eventos, acontecem não só no município, mas na região e por conta de uma série de atividades outras, inclusive as educativas, voltadas para

a escola, a gente acaba não exercendo aquelas de militância social, chamados. A gente se insere a partir da alternância, mas não a partir de um movimento que eu chamo de inserção. A alternância, que leva à esta percepção, já não digo nem inserção. (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Cotidianamente, nas atividades de rotina, pode-se observar ainda uma concepção que promove a condição de equidade entre os sexos, um grande problema na nossa sociedade que se mostra historicamente machista, herança do patriarcalismo que se iniciou do período colonial no Brasil. Eles afirmam que o equilíbrio na divisão das tarefas cotidianas é intencional. Evaristo diz que “quando vão para casa os alunos (rapazes) já ajudam a mãe a lavar roupas” e Adilson emenda: “temos muitos depoimentos de pais ou de mães dizendo que os filhos os estão ajudando nas atividades da casa”. E isso é considerado por eles como resultado da educação proporcionada na EFASE. Apesar de não haver uma disciplina específica, infere-se que haja transversalidade no tratamento do assunto, “existe toda uma discussão nesse sentido e a prática do dia a dia faz com que os alunos entendam isso”, diz Adilson.

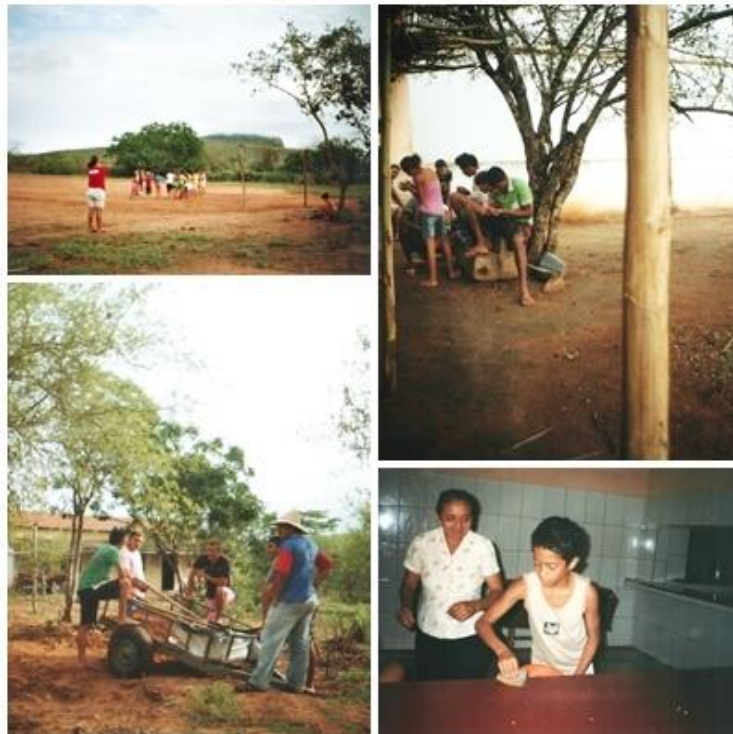


Ilustração 4 - O aprendizado pela vivência  
(Pesquisa de campo. Monte Santo, 2010)

E a conversa continua com Evaristo mostrando o terreiro sem sujeiras, inclusive sem copos plásticos. E fez uma observação interessante: “Então eles chegam aos 20, 25 anos ou mais, fazendo isso. Imagine há um tempo: um rapaz varrer o terreiro era considerado uma coisa [...]”. Hoje podemos vê-los limpando carnes, catando feijão, cortando temperos e verduras para preparar os alimentos. Mas Adilson lembra que essa concepção não foi tão fácil de ser aceita, principalmente por parte das mulheres:

Então hoje é assim você chega aí e vê homens, rapazes, jovens fazendo de tudo, fazendo comida [...] De certa forma também, as mulheres tinham uma resistência muito grande, primeiro faz um curso técnico e depois técnico em agropecuária. Para a menina calçar uma bota era um sofrimento, a mulher sempre teve isso de separar, o sistema separou, e as mulheres ficaram acanhadas, digamos assim, de fazer isso. Hoje, você vê mulheres sentadas para fazer uma castração de um animal, fazendo uma limpeza de um aprisco, da pocilga, fazendo as atividades que o homem também faz, sem problema. As atividades aqui, por exemplo, são realizadas, geralmente, por um homem e uma mulher, porque sempre são dois. Se são três pessoas: dois homens e uma mulher ou um homem e duas mulheres [...] (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Essa menção remonta aos primórdios da criação das CFRs, na França, século XIX, quando eram exclusivamente para rapazes. O desafio de criar uma pedagogia capaz de enfrentar e vencer as adversidades que emperram o processo de aprendizagem instiga a experimentação de diferentes formas de ensinar e aprender. A práxis revela uma preocupação com as estratégias de aprendizagem e a toma como a capacidade de adquirir conhecimentos, habilidades ou atitudes. Eduardo Soto (2005, p. 92), diz que “a aprendizagem é o produto, o resultado da interação contínua do organismo com o mundo físico e social.” E é também um “processo que inclui: amadurecimento ou desenvolvimento físico e experiência”. Por experiência, neste sentido, entende-se a possibilidade de vivências, de experimentações.

A práxis que acontece na EFASE reflete nas relações familiares e nas comunidades e vice-versa, tornando impossível dissociar educação pedagógica, sistematizada, estruturada cartesianamente, e as práticas educativas expressas neste trabalho como as sociabilidades e/ou sociações cotidianas. E é sobre essas ações complementares de promoção de vivências socioeducativas e sociocomunitárias que trata a subseção seguir.

### 3.3 COMPLEMENTARIDADE ENTRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA

O questionamento quase se tornou sem efeito depois da discussão sobre a concepção político-educativa da EFASE. Vimos que tanto para os membros da EFASE quanto os da AREFASE a educação se dá no cotidiano, nas ações e contatos com as comunidades, que as modalidades e papéis da educação escolarizada e da educação não escolarizada que acontecem nessas comunidades se complementam na dinâmica cultural, na história e nas tradições. Quem afirma isso é Adilson Santana:

**Eu acho que nesse sentido elas se completam, porque em nenhum momento a gente diferencia tanto uma da outra, em termos de valor.** Dá para ver aqui, um exemplo, uma coordenação que dá continuidade a esse processo todo aqui, que está à frente, nenhum deles teve formação. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011) (Grifo nosso)

Adilson se reporta aos membros atuais da diretoria, ou melhor, da coordenação. Cujo critério para o pleito à diretoria exclui o elemento escolarização, isso já foi exposto anteriormente quando tratamos da composição e da organização da AREFASE. Quando questionados sobre a média de escolaridade dos membros que normalmente constituem a diretoria ele responde:

Não tem. Então, nem nível médio, nem primário, alguns sabem assinar o nome, passaram talvez pela primeira série, mas que estão dando *show*, e a gente reconhece a equipe de monitores está aí, é quem mais reconhece que tem muita gente boa que se sai muito melhor na frente de uma coordenação dessa aí. Nós temos exemplo de pessoas que assumem vários projetos na escola, conhece todo o processo, burocrático até. Enfim, é o que você vê aqui. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Adilson justifica o reconhecimento da equipe de monitores porque eles também dão suporte técnico aos diretores, ou coordenadores, que não dominam a leitura e a escrita alfabética. Ele ressalta que a educação não escolarizada nos movimentos sociais e comunitários se aprende na vivência e é valorizada. Perguntamos se é fácil para os coordenadores, que às vezes nem são alfabetizados, aprenderem as questões burocráticas e ele respondeu:

Sim, eles dominam. A AREFASE tem várias ações e cada ação é ligada a um projeto. A questão financeira, por exemplo, é bastante complexa. Mexer com isso, fazer prestação de contas, de forma que tudo dê certinho, no tempo hábil e é uma série de contas. O Leôncio e o Zé Francisco sabem tudo isso aí e são

agricultores e dominam tudo isso. No caso deles toda educação recebida durante todo esse tempo, durante toda caminhada, também em outras associações, é uma educação não escolarizada que aqui é valorizada sim. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Por isso, os membros escolarizados estão sempre preocupados em desenvolver estratégias de inserção dos não escolarizados no processo de educação através da vivência. E nem sempre estão na condição de aprendizes. O mais comum é que se promovam situações de trocas de experiências e mútuo cuidado no desenvolvimento das habilidades. Assim, essas situações acontecem nos cursos de formação continuada, às vezes com temáticas específicas para diretores ou futuros diretores para que ao assumirem as funções não sejam apenas representantes inertes, mas sejam ativos e, de fato respondam as demandas que surgirem. Normalmente, os cursos ou outros eventos formativos respeitam a necessidade e identificação dos cursistas com a temática. Sem falar que a formação continuada promovida pela AREFASE é aberta a todos os membros, simpatizantes ou pretendentes ao ingresso na associação. Nelson explica como ocorrem esses eventos de formação continuada:

[...] **Assim, em todas as assembleias que a gente faz tem dois momentos: um momento da assembleia e um momento de formação.** Então, a gente chama todos os pais para a assembleia e antes da assembleia a gente trabalha na formação, que é em torno de quatro a cinco horas. (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011) (grifo nosso)

Outras estratégias são adotadas pela AREFASE para proporcionar formação continuada aos seus membros. Pedimos para que falassem sobre como são organizadas as práticas pedagógicas não escolarizadas, no dia a dia, nas reuniões, nas assembleias, nas prestações de contas, nas coordenações. Perguntamos sobre o que e como fazem para treinar habilidades específicas de um tesoureiro ou um diretor analfabeto, por exemplo, se eles tiverem dificuldades.



Ilustração 5 - Momentos da II Assembleia Geral em 2010  
(Pesquisa de campo. Monte Santo, 2010)

Questionamos ainda onde buscam essas formações. Perguntamos sobre como superam as dificuldades das pessoas que querem assumir, mas, às vezes, não dominam o que a atividade requer de conhecimentos técnicos específicos. A resposta foi que a EFASE tem feito alguns cursos através da REFAISA. A rede faz a formação de monitores e de agentes sociais. Adilson Santana fala sobre a formação de alguns membros da atual coordenação da AREFASE:

Eu sei que aqui nós tivemos a participação de alguns agricultores, acho que o Leôncio, que está na coordenação, Maristela, que também está na coordenação, o Zé Francisco, esses fizeram o curso. Mas assim, já tem um tempo. Mas existe, já que é no sentido de poder trazer também toda essa – já que eles estão na de frente para mexer com isso - trazer toda essa preparação [...]. **Preparar esses agricultores para que eles possam encarar toda essa burocracia, já que hoje, tudo é burocrático.** Em qualquer instituição, por mais simples que seja, tem burocracia. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011) (grifo nosso)

Pode acontecer de recorrerem às redes ou de promoverem através da escola ou do projeto do Balcão de Direitos, que ajuda a formar agricultores também. Como o

curso de Formação Básica em Direitos Humanos e Agricultura Familiar promovido em parceria entre o Estado através da SJCDH e, atualmente o curso de Juristas Leigos, promovido em parceria com a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais – AATR/BA-Seção Bahia. O curso socializa o saber jurídico-formal, considerado essencial pelos associados da AATR-BA, para a emancipação política, como dizem dois de seus colaboradores: Maurício Araújo e Murilo Oliveira:

No contexto da assessoria jurídica aos movimentos sociais, a AATR, influenciada por uma compreensão crítica do direito, somada à perceptível distância dos cidadãos ao discurso jurídico tradicional, compreendeu que uma assessoria jurídica não poderia se abster de um processo pedagógico que possibilitasse uma nova concepção de direito correlacionada com os anseios sociais das comunidades e movimentos oprimidos. Diante desse desafio surge no seio das atividades de assessoria, um programa de educação jurídica popular, constituindo, talvez, uma práxis emancipatória para conceber o direito-justiça como libertação. (ARAÚJO e OLIVEIRA, 2003, p.20)

Adilson diz que “isso acaba ajudando as pessoas e deveria ter mais”. Porém reclama que a escassez de recursos financeiros limita as ações de formação continuada. Há também o problema da falta de pessoas preparadas, pois, segundo ele “não é qualquer pessoa que consegue dar um recado desses não”. É preciso que as pessoas compreendam a dinâmica do movimento em sua amplitude, mas não desprezam colaboradores não engajados, só que esse conhecimento é utilizado como fonte de discussão que reflete a realidade. Assim justifica Adilson Santana:

E como fazer para sanar uma dificuldade de um agricultor, nesse sentido aí? De repente você bota um doutor lá na frente, ele começa a falar um monte de coisas e ninguém está entendendo nada. E aí complica mais ainda. Fala do direito, de leis, dos papéis, do não sei o quê, dos artigos. Então, tem sempre essa dificuldade, mas tem sido feito alguma coisa. Mas, eu diria que o forte mesmo é a vivência. **É o dia a dia, nas comunidades, cada diretor desses já veio, por sua vez, de outras associações comunitárias, já estiveram nos sindicatos, já estiveram na frente, e esse processo educa muito.** Não tenho nem dúvida. Entendeu? (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011) (grifo nosso)

Outra estratégia muito adotada pela AREFASE são as atividades desenvolvidas pelos estudantes, enquanto mediadores, que fazem a articulação entre os conhecimentos do senso comum e o conhecimento técnico-científico. Nos cursos de formação sempre que possível há um elenco de conteúdos voltados para a realização de dinâmicas de grupo, associações de técnicas que contemplem a exposição oral ou outras formas de registros que não a alfabética propriamente dita. Essa estratégia tem

outras finalidades, como a de preparar os estudantes para a continuidade das ações, para que mesmo depois de saírem da escola, possam continuar envolvidos com as causas sociais. A socialização desses cursos de formação continuada é feita no dia a dia do trabalhador da agricultura familiar e sempre que possível ocorre em locais de fácil acesso e regionalizado para facilitar o deslocamento. Algumas técnicas e instrumentos serão mais bem descritos na subseção a seguir.

Em relação ao papel da educação escolarizada para a AREFASE, apesar de na vivência eles não dissociarem, foram observados e discutidos alguns elementos que julgamos ser importantes neste trabalho. Faremos isso de modo breve, dado a complexidade desse processo. Será uma tentativa de descrição das práticas educativas que ocorrem na interação com a cultura, as tradições e a história das duas instituições, AREFASE e EFASE.

A preocupação começa com a formação docente, como já vimos, não é fácil encontrar pessoas com o perfil delimitado pela associação. Pois, na dimensão profissional além da formação técnica, exige-se comprometimento, envolvimento com as comunidades através das causas socioeducativas. Na dimensão pessoal, exige-se a disponibilidade de dedicação integral em regime de alternância quinzenal, o que às vezes, interfere nas relações pessoais. Atualmente a formação é regionalizada e sob a responsabilidade das redes REFAISA e RESAB.

Uma “escola diferente”, para ser coerente, deve proporcionar também uma educação diferente daquela criticada por seus idealizadores e gestores. Fomos buscar o que faz essa “diferença” e descobrimos que há uma semelhança da rotina com outras escolas que funcionam em tempo integral, em regime de internato, que os componentes curriculares são os orientados pelo Sistema Nacional de Ensino nos seus respectivos níveis, Fundamental (anos finais) e médio.

A diferença tanto está na abordagem epistemológica que não se limita ao conhecimento técnico-científico, como na associação de conhecimentos do senso comum e do saber popular, como também na organização didática das atividades que seguem um esquema muito próximo da pedagogia desenvolvida pela Igreja Católica nas Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) e nas Pastorais Sociais, cuja práxis associa observação (ver), reflexão (julgar) e ação (agir). Segundo Glória Cardoso há

muitas semelhanças com a pedagogia da Igreja Católica, mas ela ressalta: “[...] a pedagogia da Igreja Católica, de antigamente”. Pois acredita que a conjuntura social perdeu espaço na Igreja Católica atualmente.

Ao observarmos algumas atividades em dias de assembleia vimos que o dia começa com uma alvorada musicada para acordar os participantes. Muitas atividades aconteceram simultaneamente: aulas de educação física, em campo aberto, antes das 7 (sete) horas, pois após esse horário o sol dificulta o desempenho das atividades. Outras atividades realizadas pelos estudantes e monitores, como alimentar os animais, regar as plantas do viveiro, fazer a higiene das áreas de uso comum. Nesses dias, enquanto tudo isso acontece na rotina da EFASE, os participantes da assembleia prepararam as atividades do dia, fizeram revisão dos pontos a serem abordados, prepararam cartazes, alguns com ajuda de ex-estudantes e outros voluntários. Na cozinha, além da equipe que prepara o café, outra equipe ajuda na preparação das demais refeições, são cinco refeições diárias, para nada menos que umas 250 (duzentos e cinquenta) pessoas, algumas inclusive com dietas restritivas e devidamente respeitadas. O certo é que mesmo em dias de assembleias a rotina da escola tem poucas alterações. Apenas os espaços são compartilhados e algumas mães e pais corujas que fogem da assembleia para ver seus filhos nas atividades escolares ou o contrário, os filhos fogem para ver seus pais na assembleia, mas essas escapadelas não prejudicam o andamento das atividades.

Durante a assembleia, chega-se à constatação de que as equipes designadas correspondem ao compromisso assumido, não sendo necessária cobrança. Na verdade, as equipes são coordenadas. Não há imposição porque todos que estão ali sabem que as tarefas e responsabilidades são divididas com todos, acontece em regime de um grande mutirão.

A organização sincronizada revela um planejamento eficaz. Não há muitos registros ou tabelas sobre as tarefas desenvolvidas cotidianamente pelas equipes tanto de estudantes como de monitores. Na verdade, percebemos apenas um pequeno mural na entrada para o auditório, com poucas informações sobre distribuição de tarefas, havia mais outros tipos de comunicados.

Nestas instituições, os pais são convidados a participar ativamente da educação escolarizada dos seus filhos, independentemente do nível e série, ou mesmo da idade, pois é comum haver alguns estudantes com defasagem idade/série. Devem conhecer e opinar sobre o Regimento Interno Escolar, sobre os instrumentos pedagógicos e a forma de avaliação. São responsabilizados ainda, pelo desempenho dos seus filhos, por isso, exige-se acompanhamento durante todo o processo, seja no tempo-escola, seja no tempo-comunidade.

Em dezembro de 2010, tivemos a oportunidade de participar de uma reunião na EFASE para avaliação final das atividades escolares e quase não acompanhamos a complexidade. Na verdade, foi uma reunião de Conselho de Classe, para discutir os casos mais difíceis de estudantes com problemas relacionados à aprendizagem. Podemos perceber o sistema de avaliação, bastante complexo, pois apenas 35% (trinta e cinco) do conceito final são validados através de notas das atividades escritas pontuais e, 65% (sessenta e cinco) correspondem à avaliação de atividades relacionadas à aprendizagem fora da sala de aula, no ambiente escolar e comunitário, dentre os critérios inclui-se o indicador: relacionamento interpessoal. Sobre a noção de como ocorre a avaliação, podemos recorrer à fala da monitora Angelita Dias, que diz o seguinte:

Exatamente, a gente não avalia o aluno como coisa. É aquela coisa: o aluno fez uma avaliação e acertou 50% ou 60% e por isso ele está aprovado? Não. A gente de fato considera tudo. Ah, o aluno era assim o aluno hoje está de outro jeito, o aluno tem X ou Y problema na comunidade, tudo a gente considera. E para mim esse fator reunião é fundamental nesse processo. (Angelita Dias. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Na verdade, o sistema de avaliação incide mais sobre questões subjetivas do que objetivas, tanto por parte dos estudantes como pelos monitores, foge à racionalidade da pedagogia enquanto Ciência da Educação que sofreu influências do positivismo, ou seja, puramente baseada em conteúdos formais. O modelo de avaliação de desempenho adotado pela EFASE leva em consideração a convivência sociocomunitária e os saberes adquiridos fora do contexto da sala de aula. Assim, para

avaliar o rendimento dos estudantes os ritos de legitimidade são outros, calcados inclusive em bases antroposóficas<sup>7</sup>.

Algo que também pode ser elencado como “diferente” na escola é a participação dos pais na elaboração e adequação dos instrumentos pedagógicos usados para orientar as atividades e avaliar os estudantes. Vale ressaltar que a maioria dos pais nunca frequentou uma escola ou tem baixo nível de escolarização. Os monitores se encarregam de explicar detalhadamente cada fase e instrumento utilizado para avaliar o desempenho da educação dos filhos e, conseqüentemente da família, explicam quantas vezes forem necessárias para que todos compreendam e deem palpites. Podemos observar a discussão dos seguintes instrumentos:

<b>Alguns Instrumentos e/ou Estratégias Pedagógicas Utilizadas na EFASE</b>
AR = atividade de Retorno
CA = Caderno de Atividades
EC = Estágio Curricular
IE = Intervenção Externa
PE = Plano de Estudos
PPJ = Plano Profissional do Jovem
TCC = Trabalho de Conclusão de Curso
VE = Viagem de Estudos

Quadro 4 - Instrumentos e/ou estratégias pedagógicas utilizadas na EFASE  
Fonte: EFASE, 2010. Elaboração Própria.

Pode-se perceber que existe uma constante troca de saberes e conhecimentos entre jovens estudantes, pais, monitores e professores. Um saber não hierarquizado conscientemente, mas tomado como sendo “diferente”. Há estimulação para que todos contribuam com o que sabem. Parece haver sempre um grande mutirão de saberes, onde tudo e todos são sempre importantes e contribuem para que todos tenham

<sup>7</sup> A palavra "*antroposófia*" tem origem no grego e significa "sabedoria a respeito do ser humano", ou "sabedoria humana". Assim, o saber, o fazer, o ser, o conhecer, o conviver, o aprender e o ensinar é coletivo, constante e simultâneo.

benefícios. Não há uma competição, todos jogam o jogo ganha-ganha. E assim os pais não alfabetizados vão sendo educadores e educados, mesmo sem frequentar regularmente a escola.

Em relação ao acervo de materiais didáticos e paradidáticos pode se observar bastante material, filmes e livros. Aliás, eles se gabam de terem a maior biblioteca da região. Glória Cardoso comentou sobre o tipo de filme mais adotado: “Nós temos muito material dentro dessa linha: muitos filmes de Canudos, todo material de figuras importantes como o Che Guevara, Lamarca! São referenciais quando se vai trabalhar um tema”.

Todos os recursos da videoteca e da biblioteca, juntamente com os laboratórios dos viveiros, do aprisco, da granja, e da pocilga são utilizados para contextualizar as aulas que muitas vezes são aulas práticas.

Outro elemento que diferencia a escola é a forma de ingresso. O critério é discutido e assumido em assembleia, pois a demanda é muito grande e não há vagas para todos os interessados. Então, as comunidades, através de instituições reconhecidas e legitimadas pela própria comunidade que encaminha os estudantes, por acreditarem que sejam comprometidos e, que darão retorno quando envolvidos em causas de interesse da comunidade, ou seja, que assegurem retorno social da indicação dos estudantes. Outra justificativa para o critério adotado é a de que os estudantes que ingressarão na EFASE tenham clareza sobre os objetivos da instituição, que é preparar os agentes sociais locais para enfrentar os problemas comuns na área camponesa, especialmente a resistência e sobrevivência no semiárido baiano. Há uma pretensão que transcende a formação técnica, pretendem formar pessoas envolvidas com as questões sociais que afetam as comunidades, sobretudo nas áreas rurais, nas realidades socioculturais das comunidades tradicionais de fundo de pasto.

As atividades desenvolvidas pelos técnicos, monitores e estudantes são estratégias para promover integração entre as modalidades de educação escolarizada e sociocomunitária. A seguir, a descrição de algumas atividades que consolidam a proposta do que os membros da AREFASE consideram e denominam de “escola diferente”.

### 3.4 PRÁTICAS EDUCATIVAS NO COTIDIANO

Já vimos até aqui muitas menções a formatos de cursos e eventos que proporcionam formação, agora pretendemos descrever alguns desses eventos, o que facilitará a compreensão dos processos educativos e o significado dessas práticas, nem sempre pedagógicas, mas sempre educativas. Elencamos alguns eventos considerados pelo grupo como eventos formativos, ou seja, educativos: serões, mutirões, mística, reuniões, assembleias, seminários, cursos e capacitações, feiras agroecológicas, feiras de artesanato e dramatizações. Às vezes, é difícil separar as atividades por segmento AREFASE/EFASE, por isso, sinalizaremos quando for algo específico da cada uma, mas o mais comum é que não haja distinções, como temos visto em todo desenrolar deste trabalho.

#### 3.4.1 Reuniões

Começamos pelas reuniões e não são poucas: reuniões de coordenadores (EFASE/AREFASE); pais; instituições (sindicatos, associações, pastorais, cooperativas de produtos, serviços e créditos; bancos; redes e movimentos sociais como CETA, Central de Fundo de Pasto etc.) e monitores; reuniões com secretarias de estado e prefeituras. As reuniões sobre estudantes acontecem na própria EFASE e os assuntos vão desde atividades de rotina até a eleição de representantes para o colegiado e assembleias.

As reuniões de coordenadores da AREFASE acontecem a cada dois meses e as reuniões da EFASE acontecem semanalmente e, uma vez a cada mês, um domingo a cada mês o dia todo. Sempre com a presença de monitores e coordenadores. Às vezes há sobreposição de funções e as pessoas são ao mesmo tempo, coordenadores da AREFASE e da EFASE.

Nas reuniões, projetos são discutidos: formatos, forma de captação de recursos, prestação de contas, acompanhamento e avaliação. Toda essa discussão é também compreendida como um evento formativo pelos seus membros. Trata-se de questões do estatuto da associação, regimento interno da escola, critérios de ingresso e exclusão

de membros. Muitas vezes saem das reuniões os indicativos de pautas para as assembleias. Já as reuniões de monitores, são vistas pela maioria deles como um *fórum de discussão educacional*, como um momento formativo também. Juntos, discutem casos e estudam as possíveis soluções e não fica só na troca de experiências, como pode se perceber na colocação da monitora Angelita Dias:

A gente consegue. Semanalmente, religiosamente, a gente se reúne. Tem também, volto atrás, seria hipócrita em dizer que é 100%, que é perfeito. Às vezes, faltam monitores, a gente se estressa, passa da meia noite, vai até as três horas da manhã, briga, mas no outro dia faz as pazes, enfim. Para mim a reunião é também um momento formativo, porque como a gente está ali para discutir sobre os estudantes e outro monitor dá uma visão sobre o aluno. Aquilo para mim é formativo. Essa semana mesmo eu fiz um comentário: - "Oh para mim tal aluno tem uma deficiência". A equipe inteira caiu em cima de mim: - Não, mas aquilo não é deficiência. - "Gente, mas é [...]" Enfim, só para mostrar que é um momento também de aprendizagem entre a gente, porque é uma partilha de conhecimento entre os monitores. (Angelita Dias. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

As reuniões exigem preparação prévia, execução e avaliação, elaboração de estratégias que mobilizam as funções cognitivas e intelectuais, por isso, supõe-se que haja aprendizagem a partir desses referenciais. Ainda que estas etapas de uma reunião não sejam sistematizadas por escrito, mas são feitas elaborações mentais. Durante o período de observação eu pude presenciar uma dessas elaborações estratégicas por um dos membros, da coordenação da AREFASE, não alfabetizado. Ele pegou um pedaço de papel e desenhou uma espécie de organograma para explicar na assembleia um complexo cálculo de prestação de contas à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Na verdade, ele estava fazendo uma justificativa para a CONAB. Era mais ou menos assim: eles recebem alimentos das associações e cooperativas conveniadas com a CONAB, mas alguns alimentos não estão dentre os que podem ser repassados, e, ao mesmo tempo outras instituições fazem doações dos alimentos que podem ser repassados pelo convenio com a CONAB.

Citamos este exemplo, só para ilustrar: pelas regras do contrato eles sabem que o milho seco não é repassado como alimento para humanos, portanto, teoricamente não poderão receber das instituições beneficentes através de convênios. Mas recebem, transformam em ração, alimentam os animais, os abatem e consomem e depois prestam contas à CONAB como se tivessem recebido carne. De fato, não é um cálculo simples, envolve além das operações básicas da matemática, razão e proporção. Vale

ressaltar que toda explicação foi realizada por alguém com baixa escolaridade. Ele conseguiu explicar com tamanha naturalidade um cálculo complexo através de “desenhos”. Com precisão, inclusive com casas decimais e percentuais, provavelmente utilizou a calculadora digital. Quando perguntamos a ele sobre como elaborou aqueles cálculos ele sorriu sorratamente e disse: - “a gente aprende assim, nas reuniões, um ensina o outro aquilo que sabe e a gente ensina os outros e assim vai se aperfeiçoando na vida”. Sem mais comentários sobre a dimensão formativa das reuniões que acontecem na AREFASE e na EFASE. Fato que se repete nas assembleias.

Porém, antes da guisa de conclusão deste tópico Nelson Mandela nos fala também sobre outras reuniões, com os pais. Ele nos conta como são organizadas em regionais e elenca alguns assuntos tratados nessas reuniões:

Com os pais a gente tem a cada dois meses, nas localidades. Aqui em Monte santo a gente faz uma, na Pedra Vermelha, que é um povoadozinho, a gente faz outra, Campo Formoso é outra, Santa Luz [...] A gente hoje tem seis regiões que trabalham 16 municípios. Uauá... A gente vai para lá, porque se fosse para trazer todos eles para o mesmo espaço, ficaria complicado, não é? Então a gente faz a cada dois meses um encontro, por região. Por exemplo, Santa Luz: Valente, Coité, aqueles mais próximos; Campo Formoso: Pindobaçu, Antônio Gonçalo, Bonfim, Filadélfia e aquele entorno; a gente reúne com os pais lá e a gente reforça essa ação. Por exemplo, estamos começando trabalhar agora o Plano: Brasil Sem Miséria. Que está lançado no governo federal. Então, a gente vai trabalhar ele. Na sessão passada a gente começou a trabalhar a questão dos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente. Não só o conselho, mas a Conferência. A preparação para as Conferências Municipais e depois a Conferência Estadual. A gente trabalha um pouco isso também. (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

E Adilson complementa dizendo que há algo muito interessante nessa dinâmica: “os coordenadores acompanham todas essas reuniões. Eles vão e na maioria das vezes, eles é que puxam a pauta”.

As reuniões se tornaram estratégias de espaços formativos para aqueles que estão envolvidos nas atividades da EFASE/AREFASE. Assim como as assembleias, a próxima subseção descrita.

### **3.4.2 Assembleias**

As assembleias merecem nossa atenção pelo formato em que são realizadas. Dividida em momentos e atividades: um momento formativo e outro deliberativo.

Podemos citar algumas atividades, segundo eles próprios, que acontecem durante uma assembleia: Trabalhos práticos (organização do evento, divisão de tarefas, elaboração da rotina, confecção de cartazes manuscritos etc.) alvorada; mística; celebração religiosa; noite cultural; atividades em grupos, plenárias; avaliações; reuniões de monitores; reuniões de pais; reuniões de coordenadores. Há ainda Intervenções poéticas (repentes, poesias, rimas, piadas, charadas, músicas para animar) dramatizações, que segundo eles, podem ou não fazer parte do evento. Ou seja, um complexo planejamento é elaborado, nem sempre sistematizado, em relações que envolvem diversas pessoas e grupos.

As assembleias acontecem duas vezes por ano, normalmente nos meses de julho e dezembro. Duram em média dois dias. Uma parte da assembleia é destinada à formação dos participantes, nessa formação podem ser abordados diversos temas. Quem explica essa dinâmica é Angelita Dias:

[...] Estamos no décimo quarto ano de funcionamento e até então todos os anos a gente realiza duas assembleias ao ano, todos os anos nós temos bimestralmente reunião de pais que são coordenadas pelos membros da AREFASE, juntamente com os monitores, temos reunião da coordenação (da EFASE) que, às vezes, coincide com a reunião de monitores, sempre com a presença da coordenação. Impreterivelmente, nesses catorze anos da escola, a AREFASE sempre esteve presente. E nós temos também um processo de formação, que a gente chama de formação continuada dos pais, porque a gente entende que, às vezes, o afastamento dos pais da escola, aliás, o afastamento não, a não presença dos pais na escola é o que, muitas vezes contribui para não termos muito sucesso em algumas coisas. E a AREFASE entendeu, juntamente com a equipe de monitores, que havia essa necessidade da gente contribuir também com o processo de formação dos pais. (Angelita Dias. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Segundo ela, essa formação tanto nasce dentro da própria coordenação, como pode ser demandada pelos pais, mas normalmente é na coordenação que se discute qual é a maior demanda, quais são as necessidades. Depois, faz-se uma consulta, na reunião de pais. Ela diz que os próprios pais puxam os assuntos. E justamente porque, sempre tem os estudantes novos, que entram todo ano, um assunto comum é como funciona a EFASE, ou seja, encaminha-se para o esclarecimento, o aprofundamento do que é a pedagogia da alternância. Mas outros temas também são abordados, sempre por demanda dos pais. Isso é dito pela própria Angelita Dias: “Hoje, os temas que também são muito cobrados correspondem ao papel da família na escola, sexualidade,

afetividade, sexualidade e afetividade. Então, geralmente são esses temas que norteiam as formações”. Quando provocada sobre outras abordagens, inclusive questões políticas, ela disse que sim, mas com menor frequência. Sua resposta é a seguinte:

Também. Também, de militância, de movimentos, não com tanta frequência como esses outros, até por conta da necessidade mesmo. Mas também é tratado, inclusive nós já tivemos ex-estudantes nossos, membros da AREFASE, que também já se candidataram, pleitearam o cargo de vereador, justamente por conta de todo esse trabalho que é feito. Ultimamente essa questão política, até por conta do crescimento da equipe - tem chegado pessoas assim - que como equipe, está ainda caminhando. Estão ainda no processo, aprendendo algumas coisas com a gente. Mas já foi muito mais forte a questão política. (Angelita Dias. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

No anexo A pode-se observar um convite da AREFASE/EFASE para a assembleia que aconteceu em dezembro de 2010, cujo momento nós acompanhamos na condição de observadores. Lá se pode constatar a intensa programação das atividades.



Ilustração 6 - Atividade em grupo durante assembleia  
(Pesquisa de campo. Monte Santo, 2010)

Outras estratégias coletivas de promoção das práticas educativas sociocomunitárias são os mutirões, eventos muito comuns através dos quais se realizam

várias atividades da EFASE/AREFASE. Agora, passemos a breve descrição do sentido e significado dos mutirões para as instituições investigadas no estudo de caso.

### 3.4.3 Mutirões

Quem observa as práticas cotidianas da AREFASE e da EFASE pode notar que os mutirões são tão constantes que se tornaram atividades naturais. Desde os recém-ingressos nas instituições aos veteranos, todos organizam e participam dos mutirões. Poderíamos descrevê-lo, sob uma perspectiva educativa, como momentos de integração e trocas de conhecimentos, mas os membros da escola e da associação veem mais que isso.

Para os membros da AREFASE mutirões são espécies de força-tarefa para a realização de alguma atividade coletivamente. Porém o seu significado não se restringe ao cumprimento dessa tarefa, há outros objetivos e valores imbricados. Quando perguntamos o que são os mutirões, para aquele grupo, muitas respostas vieram em forma de exemplos.



Ilustração 7 - Mulheres em mutirão durante assembleia  
(Pesquisa de campo. Monte Santo, 2010)

Sobre a organização, podemos perceber que qualquer pessoa pode propor e organizar, mas eles avisam que é preciso ter capacidade de mobilização e seletividade

das pessoas mais acertadas para determinadas atividades. Porém, não dispensam voluntários que não dominam a atividade a ser realizada, pois, um dos objetivos do mutirão é que ocorra a socialização entre seus membros, despertando em cada um deles habilidades esquecidas ou ainda não descobertas.

Portanto, nos mutirões tanto se aprende como se ensina coisas novas, como também se aperfeiçoa o que já se sabe e tudo é na troca da solidariedade, cooperação e respeito ao saber do outro. O que importa é a disponibilidade e aceitação de ordem de um coordenador, às vezes de um animador de mutirões, como são denominados os organizadores de mutirões.

Não há pagamentos por nenhuma das atividades e a hierarquia de conhecimento e experiências é adotada como fator de segurança e não de majoração. Assim diz Angelita Dias: “O mutirão é um trabalho em mística. Acho que é a mística em ação. Eu vim aprender o que é mutirão na escola-família”. Ela descreve o mutirão como um espaço onde acontece um grande encontro de pessoas que querem dividir, aquilo que elas têm, sejam coisas materiais, seja força de trabalho:

Então, o mutirão é isso, é um grande encontro de pessoas que querem contribuir para que algo dê certo. E ajudam, colocam a mão na massa, com o mesmo ideal, com mesmo pensamento, com mesmo objetivo. O mutirão tem sido uma grande base na escola-família, inclusive os prédios iniciais, os dois primeiros prédios da escola foram construídos em mutirão. (Angelita Dias)

Ela complementa ainda dizendo que a hierarquia de conhecimentos é utilizada apenas por questões de segurança, justifica o motivo:

[...] é óbvio que tem hierarquia. Por exemplo, se você vai construir um prédio você não coloca uma criança para assentar o tijolo, então, até certo ponto tem uma hierarquia. Você tem que colocar alguém que tem um saber a mais do que ele. Assim, com relação ao grupo, de modo geral, o que eu tenho observado, das experiências que eu vivi até hoje, é que no mutirão as pessoas se encontram de forma igual. Elas se equilibram, elas se equivalem. (Angelita Dias. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Quando questionamos sobre como são recompensados os serviços prestados no mutirão Angelita Dias argumenta: “É tudo gratuito, tudo voluntário”. E diz que o mais interessante é que existe um momento de acordo, de planejamento. E as pessoas assumem as tarefas independentemente do seu *status* profissional e social, pode ser o professor, o pedreiro, o coordenador, o estudante, a mãe ou o pai, todo mundo participa de todo o processo que é planejado pelo próprio grupo e as funções são divididas de

modo que ninguém sobrecarrega ninguém. Como sempre, cita outro exemplo, para expressar como vê e se sente em um mutirão.

O que eu acho legal, uma coisa que eu acho linda no mutirão é que eu levaria duas horas para arrumar uma cozinha, no mutirão eu levo uns 10 minutos. Incrível! Contagia! A energia da dedicação das pessoas contagia. Outra coisa, o mutirão causa um bem-estar tão grande nas pessoas que você não vê um mutirão onde não haja um canto, onde não haja uma toada, uma piada, onde não haja um momento de contar história, é um momento lúdico e descontraído, da fofoca, sabe [...] há troca de informação, também é um espaço de formação. **É um espaço formativo e informativo, lúdico, religioso.** Não existe mutirão sem um momento místico, aquele momento que as pessoas rezam uma ave-maria, que não se faça uma rodinha [...] Eu não tenho visto mutirões sem esses elementos. Assim, é fantástico. (Angelita Dias. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011) (Grifo nosso)

O mutirão é visto ainda como uma forma de resistir, de tentar mostrar às pessoas que é possível fazer diferente, que é possível não ceder ao sistema capitalista de produção. Lembram ainda, do trabalho que é realizado através da Economia Solidária. A Economia Solidária está pautada em todo esse trabalho da mística, da solidariedade, trabalho de mutirão, sempre trabalhando com a ideia de que é possível não entrar pelo caminho do capitalismo que é tão cruel, que é tão perverso e individualista, segundo Angelita Dias. Ela diz que o capitalismo transforma o mundo nessa coisa mecânica em que as pessoas têm que dar conta de muitas coisas simultaneamente:

[...] tem que correr, porque você que cumprir prazos, porque se você não cumprir o prazo você tem que pagar. [...]. Então, eu vejo o esse trabalho com essa intenção também, de resistir às formas de produção capitalista. Humaniza mais. Eu acho que nós que estamos envolvidos no trabalho, nós temos a consciência do tamanho que é o capitalismo, o rigor que é esse outro mundo, do quanto nós somos pequenos diante disso, mas que, ao mesmo tempo, como nós somos grandes, por conta dessa riqueza interior que nós temos, que é possível a gente ir convencendo a um e a outro, especialmente as crianças, acho que a escola vem para isso. Porque o idoso e os adultos, já estão tão acostumados, já estão convencidos. O processo de massificação foi tão eficiente que os adultos já estão convencidos que é por aí mesmo. Eu acho que com relação a algumas pessoas adultas a gente até já não crê mais. Mas é possível a gente trabalhar com as crianças que estão aí, com os jovens quem sabe formar uma geração diferente. (Angelita Dias. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Sua fala traz a angústia gerada pelo que Freud (1996) denominou de “Mal-estar na civilização”. Pois, as pessoas não têm escolhas de como podem se relacionar com o tempo e espaço, num mundo contratualizado. Por outro lado, há uma esperança depositada nas novas gerações. Segundo Angelita Dias, para Frei Betto, Paulo Freire e

Fidel Castro, são os jovens das próximas gerações que terão essa tarefa, de fazer uma “nova revolução” através da militância política e socioeconômica. E após citá-los ela diz:

Isso, eu acredito muito nessa coisa. Eu estou trabalhando agora com um com, digamos assim, com dez crianças, mas eu não estou trabalhando só com dez crianças, estou trabalhando com dez crianças que vão se multiplicar por quatro, serão quarenta. Eles vão multiplicar por outras tantas, por outras gerações. Isso é um processo lento, mas que pode, de geração em geração, fazer a diferença. Com consciência, é claro, com o pé no chão é que a gente vai mudar o todo, mas eu acho que o todo que a gente faz é uma grande coisa. (Angelita Dias. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Se tomarmos a interpretação sob a perspectiva dos Estudos Subalternos, podemos fazer uma analogia ao que Gayatri Spivack (1988) chama de “expressão performática”. As expressões performáticas são atitudes expressivas de subalternos, manifestações de modo não escrito ou verbalizado simplesmente, mas que no fundo tem a intenção de subverter o que está posto como hegemonia.

Questionamos se os mutirões contribuem para a educação dos participantes. Adilson Santana afirma que sim e complementa falando das possíveis finalidades destes:

Contribui sim, por serem encontros e aí naquele encontro as pessoas conversam, dialogam e com certeza, então, eles dividem, trocam experiências, práticas novas que acontecem ali e, às vezes, tem pessoas que não tem o costume de fazer aquilo, mas que vê, por exemplo, o mutirão e gosta. Isso vai de certa forma, educando um pouco. Trabalha também essa questão do entender mesmo, fazer as coisas por entendimento. O mutirão pode ser visto de duas formas: ou para ajudar a fazer o serviço do outro, ou ser também, visto ainda como uma forma de interação, de troca, de fé. E aí a gente percebe que eles conseguem enxergar também esse outro sentido. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Quando perguntamos a Adilson sobre a consciência, dos envolvidos, a respeito do aprendizado através dos mutirões ele respondeu que sim: “Sim, aqui na escola mesmo nos dias que acontecem, as pessoas vêm e ficam meio que se dividindo, trabalha, olha [...]”. E Evaristo Lima lembrou que a valorização dos diferentes conhecimentos é muito importante. Ele deu um palpite:

Eu acho que eles não vêm só por causa do conhecimento não, eu acho que a questão da valorização é muito importante. O que a gente tem perdido muito - e eu acho que no dia a dia a gente acaba conversando. Eu acabei de conversar com um menino que está cuidando aqui da roça e ele disse: -“quanto tempo eu perdi sem cuidar da sobra que sobrava na roça”. Então, eu chamo de aproveitamento, se a gente sabe fazer isso é porque a gente nasceu aqui na

escola, de fato, nascemos para a agricultura junto com a escola [...] (Evaristo Lima. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Evaristo lembrou ainda que foi através do mutirão que ele se aproximou da escola: “A gente tinha um mutirão de estudantes, todo final de semana. E a gente entendeu que deveria ter um negócio mais ali”. Nelson Mandela recorda que o mutirão tem a função de tentar fortalecer também internamente as instituições, pois, a cada vez que vão à comunidade eles também se fortalecem, mas adverte que a educação proporcionada nos mutirões não é escolarizada, em uma forma aberta de produção e disseminação de conhecimentos e pode ser um complemento da escolarização, pois se valorizam práticas educativas que não estão necessariamente na escola:

Quando a gente vai às comunidades, visita as famílias, faz os mutirões, os trabalhos de comunidades e as famílias que moram no campo. O nosso objetivo é dar uma complementação, um fortalecimento, em campo, ao que acontece aqui dentro. (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Já Glória Cardoso compara o mutirão a uma escola aberta e diz que nos mutirões se aprendem valores como a solidariedade, a partilha, a amizade e a união. Além de associá-lo à mística, tal qual fez Angelita Dias:

Se todo mundo entendesse nas comunidades o que é um mutirão [...] Assim, nós temos um hábito muito grande de desenvolver o mutirão nas comunidades, principalmente na época de plantio. E o pessoal percebe que o trabalho evolui, evolui bastante e produz muito. Então, esse hábito de fazer mutirão aqui na região é constante. É em casa de farinha, é mística [...]. (Glória Cardoso. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Esse arcabouço de percepção sobre o mutirão demonstra seu lugar nos processos educativos promovidos intencionalmente pela AREFASE, ou seja, é mais uma estratégia de educação que se estende às comunidades, transcendendo sua função de mantenedora da EFASE.

A próxima ação estratégica de educação comunitária a ser descrita é a mística, embora haja quem diga, dentro da AREFASE, que não seja possível descrevê-la pela sua complexidade.

#### **3.4.4 Mística**

A mística não deveria ser descrita, mas vivenciada, assim dizem os membros da AREFASE. Nelson Mandela critica a forma como estamos tentando descrevê-la, pois, em sua visão estamos tentando materializar algo que não está na dimensão da objetividade e condena o uso do método positivista e cartesianismo para descrever uma vivência que julga íntima, uma fé não dogmatizada. Logo, se é fé, na sua concepção, não deve ser questionada.

Segundo Carolina Lemos,

[...] para Boff e Frei Betto (2005, pp. 33-52) as palavras mística, evocando mistério, caráter incomunicável de uma realidade ou intenção, e espiritualidade, referida ao que não tem arrimo na vida material, tem sido associada à experiência religiosa. (LE MOS, s/d, p. 18)

A primeira a se manifestar sobre o sentido e o significado da mística foi Angelita Dias, que falou também da função educativa das místicas. Apesar de tentar sair pela tangente, num tom bem-humorado, sugerindo que perguntássemos ao Leonardo Boff.

Eu vejo a mística como um momento de força, de encontro, sabe? Eu acho que é um encontro, para mim, em três dimensões. - Ah, eu não sei se eu sei descrever isso não. Mas vou tentar descrever para você entender. (Angelita Dias. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

As três dimensões citadas foram: um olhar para dentro de si; o encontro com o outro e; um encontro simultâneo entre deus e o ser humano. Assim, ela descreve esses momentos; sendo o primeiro descrito da seguinte maneira:

[...] é um pensar e um refletir. É um pensar e um repensar sobre tudo o que a gente sente, o que a gente vive, o que a gente quer e o que não quer mais, sabe [...] Eu acho que a mística é esse olhar para dentro, para tentar buscar essas respostas. (Angelita Dias. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Ela faz menção também à forma como a mística é organizada, em formato de círculo, este formato facilita o olhar para o outro de frente. Assim diz que a outra dimensão é o encontro com o outro. Em outras palavras, poderíamos dizer que é um exercício de alteridade. Contrasta mística à pedagogia tradicional e cita Paulo Freire para explicar que ele defende a posição circular porque facilita o “olhar olho a olho” e atribui o momento a uma questão existencial:

Então, mística, quando eu digo que é este encontro como outro, a gente se inclui também, pelo fato de a gente saber que está ali disposto a ver o outro, a

gente ouve, a gente só está ali porque o outro também está. Cada vez que a gente olha e ouve, a gente aprende com o outro, além dessa coisa que é circular e nos fazer olhar para o outro e a gente percebe que através de um símbolo a gente percebe que cada um tem uma coisa a dizer. A gente pode até discordar do outro, as diversas visões sobre uma única coisa. Então eu acho que só na mística permite se viver isso. Eu não consigo ver assim, com profundidade, outros momentos que a gente tenha esse ensino. (Angelita Dias. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

E na terceira dimensão, ela traz a mística como um grande encontro que ocorre simultaneamente entre deus e o ser humano. Diz que não falou nas dimensões de modo hierarquizado, mas que se o fizesse esta seria a primeira dimensão:

Eu não acho que deus está aqui ou acolá, para mim deus é ali a planta, o pássaro e tudo, mas eu comecei a acreditar que deus está dentro de cada um de nós, eu sou deus, você é deus, João é deus, só que nos momentos de bondade. (Angelita Dias. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Questionamos se a mística é religião ou religiosidade e ela diz que é religiosidade. Neste sentido religiosidade tem correspondência em espiritualidade.

Numa entrevista cedida a Paulo Barsotti e Luiz Pericas, Gilmar Mauro, dirigente do MST/SP, descreve o sentido da mística no movimento de luta pela terra, e nisso há algo em comum com a AREFASE:

Isso é uma coisa bonita que a gente tem. É a garra. É trazer o projeto do futuro e sonhar com isso. É a capacidade de olhar para frente, de vivência, de chorar quando a organização perde alguma coisa e festejar quando a gente tem uma conquista. É você viver solidário e intensamente esse processo de lutas, de conquistas e também de derrotas. [...] (BARSOTTI e PERICAS, 1998, p.213)

Questionamos também se a mística é uma espécie de celebração ecumênica e ouvimos uma explicação de que acreditam que a mística permite que pessoas de credos diferentes possam comungar naquele momento, no mesmo espaço e atribuir significado e sentido diferentes aos mesmos símbolos:

Acredito. Inclusive, eu vou colocar uma coisa interessante. Na escola-família, de uns três anos para cá vem aumentando o número de evangélicos na escola e eu lembro que uma única vez, nós tivemos uma aluna que se recusava a participar da celebração. E nós respeitávamos. (Angelita Dias. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)



Ilustração 8 - Símbolos utilizados em uma mística  
(Pesquisa de campo. Monte Santo, 2010)

Depois do comentário Angelita deixou ao nosso critério definirmos se é um evento ecumênico ou não. Mas disse que é uma celebração onde se “[...] olha o outro. A gente ouve o outro, sabe o que o outro diz, a gente agradece, pede, sabe, a gente reflete se quer, se não quer, enfim”. E retoma a questão do ato ecumênico na mística, justificando que a mística aproxima as pessoas:

E como eu ia colocando [...] Assim, o fato de hoje termos um número cada vez mais amplo de religiosos na escola e cada dia mais aumentando, mostra isso, que somos capazes de viver em comunhão mesmo cada um com suas diferenças, cada um com sua religião. Então a mística aproxima as pessoas, umas das outras. A mística transcende a forma de ver deus. A mística é uma forma de me encontrar com meu deus do jeito que eu vejo o meu deus e ela me faz acreditar que é importante eu respeitar a forma como o outro também enxerga deus. (Angelita Dias. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Para Carolina Lemos (s/d, p. 19) no caso das lutas camponesas “a mística é alimentada por diversos mitos e símbolos e por ideias-chave presentes na cultura popular e na tradição bíblica”. (sic)

Questionamos se a mística é um espaço em que, também, as pessoas podem expressar livremente suas crenças, suas ideologias. Angelita Dias responde que sim,

que isso acontece e trata do aprendizado que acontece durante o momento da mística, considerando-a um momento de formação:

Acontece. Acontece muito. Cada um se coloca, respeita o que o outro coloca e aprende. Acho que o lado bom da mística é isso. E querendo ou não a gente aprende. Mesmo, às vezes a gente nem concordando no início, mas a mística nos faz concordar [...] E outra, a mística também nos faz rever - eu até já coloquei isso – rever o que a gente acredita. Ela tem o quê? De repente eu acredito em uma coisa e no instante de um momento eu passo a acreditar em outra, porque só a mística pode fazer isso. Porque é uma coisa muito profunda, eu acredito. [...] É uma prática educativa, a gente partilha, a gente doa, a gente pede [...] É rica a mística. (Angelita Dias. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Assim fica mais compreensível porque Angelita diz que o mutirão é a mística em ação. Ela repete que não é só o mutirão, por mutirão. Mas o que está por trás de tudo isso é a mística. Segundo ela, é uma carga de valores que vai ao sentido inverso da direção hegemônica do capitalismo, onde os valores são cada vez mais individualistas, onde o que importa é o lucro. E falando em valores, quem também associa a mística ao aprendizado de valores é Nelson Mandela. Ele diz que a mística é trabalhada como um referencial de valores altruístas e não apenas religiosos.

Perguntamos a Nelson Mandela qual o papel e a função da mística na AREFASE ele respondeu que foi o contrário:

Eu acho que é o contrário, a mística foi que fez com que a entidade surgisse. A mística é que fortalece, que é a raiz, na verdade. Por que você consegue ter um grupo de pessoas que se junta, que reflete, que discute e que caminha junto durante dez, vinte, trinta anos? Então, a mística, a fé, é o que a gente chama de mística, não é? Para mim ela é que movimenta. (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Teria a mística uma função de amalgamar uma ideologia? Não exploramos esta resposta, mas as pistas mostram que a mística é um elemento movente dentro da AREFASE. Pedimos a ele que descrevesse a mística. E nos foi dada a seguinte resposta:

Não consegue. Porque ou você acredita, ou você imagina que algo superior, está junto com a agente, convive com a gente, está do nosso lado, ou você crê nisso ou você não consegue entender a mística. Isso é algo que muita gente não apalpa, não alcança, não conseguiu, não é? Os estudantes de hoje, nas faculdades de hoje, nas universidades, eles são bastante materialistas, não é? Eles fazem o materialismo ao extremo, a cientificidade ao extremo. Então se perdeu essa dimensão [...] **Então quando a gente quer trazer para a nossa materialidade a mística, você não consegue fazer isso.** Você não consegue compreender como, um cristão, por exemplo, um católico, cristão, evangélico

como é que eles fazem certas coisas [...] (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011) (Grifo nosso)

O “fazer certas coisas” implica fazer uso de rituais e simbologias que para quem apenas observa nada ou pouco compreende. Ele explica ainda que

São rituais, são símbolos, são crenças que ele faz, que ele acredita, então ele faz. Então, se você morar numa situação dessas aqui, às vezes, para muito gente é um absurdo, é você viver numa época é absurdo, mas você fazer este tipo de ação é meio loucura. Então, querer explicar isso, não é tão simples assim, não é? Você acreditar, por exemplo, que na hóstia existe a transubstanciação de um ser, para quem não acredita [...]. (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Ele faz um questionamento: “Como é que você vai trazer isso para a materialidade?” - Ele responde dizendo que, na verdade, a mística é a raiz de tudo. Não que a AREFASE traga a mística, mas a mística é que trouxe a AREFASE. Que esse movimento pariu a escola e pariu outras coisas. Que fez as pessoas acreditarem numa escola diferente, na possibilidade de uma sociedade diferente.

No sentido religioso da mística, Nelson esboça os principais problemas, pensados por ele, hoje: a questão das múltiplas referências de religiões. Mas diz que essas referências não são referenciais para ações sociais. E critica a crise de valores dentro das religiões de diferentes matrizes, reclama que as religiões atualmente são salvacionistas e conduzem ao individualismo: “as grandes religiões hoje, inclusive a católica, ela traz a salvação por si mesmo. Você se salva, você não precisa mais do outro. Você reza e você se salva [...]”. Por isso justifica a mística como mais uma estratégia educativa, tanto dentro da AREFASE como da EFASE. Ele revela uma preocupação:

E aí a gente se preocupa um pouco com isso: quais são os espaços formadores que se tem hoje? Espaços de formação da juventude. A referência de luta, a referência de libertação, a referência de mudança, onde é que elas estão? Elas não estão mais na igreja, na igreja católica em particular. E gente vê que grande parte dos movimentos surgiu lá, de sua ideologia. Se a gente for ver a história da APAEB ela começa lá em 1976 ou 1977 com a igreja. (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Se a mística é um espaço de referência aos valores de solidariedade, fraternidade e alteridade, entre tantos outros do humanismo então deveria ser laica? Segundo Nelson a mística nasceu na igreja católica, quando os religiosos se reuniam

no início da manhã para planejar o dia de trabalho, então aproveitavam o espaço e a união para fazer orações e refletir sobre a validade dos seus trabalhos, ao tempo em que projetavam os resultados destes.



Ilustração 9 - Momento de realização da mística na EFASE.  
(Pesquisa de campo. Monte Santo, 2010)

Apesar de plural e espiritualizada, percebemos que há algumas dificuldades para que haja aceitação sem restrições. E como o próprio Nelson diz, há uma pretensão em alimentar a mística como um espaço formador. Porém, há questões ainda não resolvidas dentro das instituições AREFASE e EFASE:

Eu não sei se a gente vai conseguir fazer isso, porque também a gente - na maioria do nosso quadro, ele não tem o testemunho meio que [...] Não vou chamar unificado, mas vou chamar que tenha um norte comum. Há coordenadores e coordenadores, monitores e monitores [...] (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Glória Cardoso confirma o enunciado de Nelson no que diz respeito à mística ter mobilizado os trabalhadores da agricultura familiar muito antes da AREFASE para a existência da EFASE: “[...] já se trabalhava a mística, antes mesmo da formação da

EFASE, com os trabalhadores. É interessante, também, que no mesmo trabalho de formação se trabalhava a mística com os agricultores [...]”. Ela explica para que serve a mística:

Bem, a mística serve assim, para você fazer uma relação, não é? Para você relacionar o concreto, a realidade com aquilo que [...] Com a oração, com a leitura da bíblia, com a dinâmica, de tudo com a vida. [...] E essa mística é o que dá [...] É o que fomenta a fé e dá segurança às pessoas. (Glória Cardoso. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Ela diz que qualquer pessoa pode fazer a mística, independentemente de religião. Apesar de sinalizar que “têm pessoas que tem jeito, outras não têm. Têm pessoas que tem muito jeito para preparar a mística. Não é todo mundo que consegue fazer não”. Aqui, fazer a mística significa conduzir, ou coordenar o ritual. A mística é aberta e realizada sempre antes de começar um trabalho e, segundo Glória, não há encontro que comece sem a mística.

Embora o grupo assuma que a maioria dos símbolos originada nos dogmas do catolicismo, eles afirmam que todas as religiões – católicos e evangélicos - podem fazer suas contribuições.

Trataremos agora de outros eventos também considerados formativos, porém com menos detalhes, mas não significa que sejam menos importantes, apenas por uma questão técnica de limitação do instrumento utilizado para a coleta de informações não foram explorados tanto quanto os descritos acima. Ficando para outras oportunidades a exploração dos sentidos desses eventos. São os serões, as dramatizações teatrais, as feiras e exposições culturais e solidárias, cursos e/ou capacitações.

### **3.4.5 Serões**

Como o próprio nome diz, são atividades após o expediente, são complementos curriculares e não exigem uma rotina.

Uma peculiaridade é que o serão é adotado como uma estratégia da Pedagogia da Alternância, portanto, realizada no contexto das atividades escolares. Tem, entre outros objetivos, a complementação da carga horária. Mas Angelita Dias diz que os serões não se restringem à participação da comunidade escolar, relata que outros

membros da AREFASE participam na EFASE, mesmo não sendo muito frequente porque o tempo deles não é tão disponível, mas sempre que eles podem, eles vão à escola e colaboram com os serões. Para Nelson há um obstáculo que limita a participação de pessoas externas à EFASE. Esse óbice é a distância. Pois, a escola fica em um local meio isolado e o acesso não é tão fácil. Os serões acontecem nas dependências da EFASE, mas são abertos à comunidade, quem confirma isso é o próprio Nelson:

[...] Assim, já teve um momento que a gente trouxe pessoas de fora para fazer os serões, pessoas aqui da região vinham trabalhar a cultural local, a questão da tradição rural. Moradores aqui da região que vinham fazer serão com agente. Agora, como o ambiente aqui é um pouco isolado, não é tão comum a gente ter sempre a presença da comunidade. Não é constante, é difícil. (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Quanto à finalidade dos serões foi explicitado que são formas de se trabalhar as questões da cultura local e assuntos que nem sempre estão atrelados aos componentes curriculares, por exemplo, a conjuntura político-partidária atual no governo do Estado. Como na ilustração feita por Nelson:

[...] Então vamos falar sobre isso: o que está acontecendo na Bahia, onde você tem um quadro de parlamentares que 99% são favoráveis ao governador. Isso é bom ou ruim? [...] Os assuntos são abertos. Tanto pode ser um assunto como outra atividade. Às vezes, bota uma música, vamos repensar sobre cada um de nos, vamos dar uma relaxada. (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Quanto à origem dos serões sabe-se que é mais uma das práticas referenciadas na experiência de tradição dos religiosos da igreja católica, pois, essa também foi uma das instituições que influenciaram o surgimento das EFAS. Se a mística surgiu para planejar o dia, os serões surgiram como um momento de avaliação do dia. Assim explica Nelson:

E no final da tarde ou início da noite, ao invés de assistir a novela eles se sentam: e aí, foi bem, não foi? O que você achou? O que fez ou não fez? Você está bem ou não está? É aquele momento de socialização. Então o serão seria um pouco isso. Nessa linha. Primeiro foi transferido, depois, porque foi uma necessidade, se você não colocar no nosso currículo que existem os serões, você não completa a carga-horária. Por conta da necessidade mesmo que se tem [...]. (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Os serões podem não envolver diretamente a comunidade local, mas seus resultados podem ser sentidos na convivência com os estudantes e monitores da

EFASE. Se os serões não têm a presença massiva das comunidades locais, realizam-se outras atividades que envolvam a comunidade como um todo, promovendo a interação e integração entre a escola e a comunidade. Assim também são as feiras e dramatizações, nossos próximos objetos de descrição.

### **3.4.6 Feiras e exposições de artesanatos**

Já vimos que dentre as atividades estimuladas para diversificar a ocupação e gerar renda estão os artesanatos, nas suas mais variadas formas, feitos de diferentes matérias-primas. As feiras e exposições de artesanatos são estimuladas por dois principais motivos, provocar a apreciação estética e valorizar a expressão da cultura local através de produtos feitos por pessoas da região. Surgiu para estimular artesãos e artesãs que normalmente não reconheciam o valor de sua própria arte, por não reconhecer que é capaz de “fazer arte”.

Sensíveis à dimensão cultural, o grupo da AREFASE notou que muitas pessoas produziam artesanato, mas os apresentava apenas aos vizinhos e alguns conhecidos mais chegados. Foi quando surgiu a ideia de realizar feiras de exposição e venda das peças produzidas por este povo. E assim, cada edição das feiras aparece mais arte e de diferentes materiais e mais artesãos. Perceberam que o estímulo funcionou e isso tem ajudado a arranjar as pessoas, facilitando que elas permaneçam no campo, além de valorizar suas tradições.

Essa valorização muda o jeito das pessoas se reconhecerem como membro do campo e as faz assumir sua identidade sertaneja, pode ser percebida também no cotidiano das pessoas, como o depoimento da monitora Angelita Dias:

E a escola família me ajudou, me ensinou a valorizar o homem do campo, a valorizar a vida, o contato com a terra. Eu lembro, inclusive, que minha mãe toda vida teve, mesmo a gente morando na cidade, toda vida minha mãe teve um pote e ela volta e meia comprava aquele aribezinho<sup>8</sup>. Era aquela coisa e eu lembro que a gente brigava com ela: - ah mãe joga esse pote fora, que isso é feio. [...] E hoje, por incrível que pareça, eu tenho minha panelinha, só não estou cozinhando, não voltei a cozinhar nas panelinhas agora porque eu fiz uma

---

<sup>8</sup> Aribé é uma espécie de panela ou pote de barro, utensílio doméstico.

cirurgia e não posso pegar peso. (Angelita Dias. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Nelson chama atenção para o fato de que o incentivo a essas ações são iniciativas de projetos saídos da EFASE, ou seja, são ações que acontecem com o apoio da AREFASE. Para ele “os projetos abrem um pouco, geralmente abrem para essa parte cultural. Aliás, abrindo bastante para isso. As comunidades estão sendo fortalecidas na questão cultural”. Além da apreciação estética dessas formas de expressão artística, há ainda a valorização, também, de utensílios produzidos com finalidade útil, como as panelas, potes, moringas, e outras peças que são redescobertas pelas comunidades, além das comidas regionalizadas.

Essas feiras acontecem em locais e períodos oportunos, são momentos de grandes aglomerações, como, por exemplo, a Romaria de Canudos, que eles dizem ser a segunda maior do Estado da Bahia, porque a primeira é a Romaria de Bom Jesus da Lapa.

O sentido das feiras vai além da identidade cultural dos produtos, é uma forma de manter vivas as artes e tradições expressadas através de diferentes formas e peças. O grupo percebeu que há uma tendência e procura por produtos com identidades territoriais. Valdir Denardin e Mayra Sulzbach (2010, p. 219) afirmam que “a demanda por produtos com identidade é uma tendência mundial”. Eles dizem ainda que essa afirmação tem respaldo no crescimento do mercado de produtos orgânicos, agroecológicos e provenientes do comércio justo, bem como dos serviços relacionados ao turismo rural e étnico. Algo parecido com o que acontece nas feiras de agroecologia, ou as chamadas feiras e exposições solidárias, e é isso que veremos a seguir.

### **3.4.7 Feiras e exposições solidárias**

Para a AREFASE e EFASE, normalmente as feiras têm um sentido além da exposição de peças a serem apreciadas, são também, um *lócus* de aprendizagem e são, de fato, organizadas para promover uma sociabilidade daquilo que se vive nas comunidades. Esses eventos tanto podem ser organizados pela EFASE como podem

ser realizados em parcerias com o Ponto de Cultura<sup>9</sup>, que é um projeto que visa à valorização e fortalecimento das expressões tradicionais e culturais locais.

Para efeito didático, trataremos primeiramente das feiras organizadas pela EFASE, mas planejadas juntamente com as comunidades. Essa parceria com a comunidade tem muitas finalidades, dentre elas o incentivo ao sentimento de pertencimento das tradições culturalmente expressas de modo performático, vistos por muito tempo pelo senso comum como uma “cultura popular” desprestigiada, com tempo e locais definidos, mas depois, passam a ser incorporadas no dia a dia, como uma cultura com sentido e significado próprios. O discurso de Adilson revela um pouco tais objetivos:

A gente tem, em algum sentido, tratado isso. Algumas práticas que nas escolas convencionais não existe e, até o aluno quando chega aqui ele ignora um pouco: “- ah professor para quê cultura popular para quê? Para que formação humana?” E a gente tenta trata puxar isso aí, toda essa discussão. De respeitar, fazer um trabalho junto às comunidades, respeitando sempre aquilo que existe e que é bom. E isso a gente tem muito cuidado quando propomos mudança, para a gente não tirar aquilo que é da comunidade. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Tomada como algo inferior pelos estudantes a “cultura popular” é trabalhada de modo a desconstruir preconceitos e estereótipos acerca da hierarquização entre as culturas. A expressão “cultura popular” representada como uma cultura de menor prestígio social é uma reprodução não refletida sistematicamente pelos estudantes ao entrarem na escola. Mas é assumida pela EFASE no sentido de valorizar o que as comunidades têm de melhor para ser apresentado ou representado, e nesse sentido corresponde à concepção do antropólogo Roberto Damatta que não faz diferenciação entre culturas, sobre isso ele produziu um artigo em que risca treze pontos em torno da cultura popular. Já no primeiro ponto ele faz esse discernimento:

---

<sup>9</sup> Os Pontos de Cultura são iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil que, após seleção por edital público, firmam convênio com a Secretaria de Cultura do estado da Bahia (Secult/BA) e o Ministério da Cultura (MinC), e tornam-se responsáveis por articular e impulsionar ações que já existem nas comunidades. O Ponto de Cultura não tem modelo único de instalações físicas, de programação ou atividade, é uma iniciativa que impulsiona a realização de ações envolvendo Arte, Educação, Cidadania, Cultura e Economia Solidária. Na Bahia são 220 Pontos de Cultura, 150 conveniados à Secretaria de Cultura do Estado e os outros 70 ao Ministério da Cultura, distribuídos nos 26 territórios de identidade. Disponível em < <http://www.cultura.ba.gov.br/projeto/pontos-de-cultura/>> Acessado em: 01/04/2012.

Primeiro Ponto: se tivermos em mente que o conceito antropológico de cultura se refere a fenômenos coletivos então a expressão “cultura popular” é contraditória, porque, deste ponto de vista, se alguma coisa é “cultural”, ela será um guia para os membros de uma dada sociedade. Logo, será igualmente popular, mesmo que possa ser ignorada, incompreendida, ou desprezada por alguns membros ou grupos da sociedade. (DAMATTA, 1984, 49)

O trabalho feito pela EFASE para desconstrução/reconstrução do conceito “cultura popular” é refletido na autoestima dos estudantes e familiares que passam a valorizar reciprocamente suas produções e têm orgulho disso. Roberto DaMatta diz que a expressão “cultura popular” foi produzida intencionalmente para diferenciar, no Brasil, aquilo que a elite intelectual julga não pertencer ao mesmo sistema de uma “cultura cívica”.

[...] Com isso, aquilo que era “popular” no sentido holístico do termo, isto é, do popular como parte estrutural do sistema, vai sendo deslocado para uma zona marginal, onde emerge como espetáculo ou como esporte. [...] O dado político fundamental nessa interpretação é que ela permite falar da “cultura popular” como algo que foi construído. E constituído com todos os estilos relacionais, expressivos de uma moralidade anti, proto e até mesmo individualista, essa moral que nos fala da honra, da vingança e da hospitalidade como valores. Tais elementos foram deslocados e se transformaram na “cultura popular”. Mas a sua realidade é incontestável, sobretudo em sociedades como a cultura brasileira, onde o projeto de construção do Estado-nacional nunca deixou de ser invadido e mesclado por todos esses estilos relacionais que, no caso da Europa Ocidental e, sobretudo dos Estados Unidos, foram efetivamente aprisionados nas telas dos cinemas, nos circos e no mercado capitalista. (DAMATTA, 1984, p. 64-67) (grifo do autor) (sic)

Percebe-se a validade do trabalho de valorização da cultura local como legítima integrante da cultura universal. Essa é mais uma estratégia de educação sociocomunitária. Uma forma de educar as pessoas sem que estas estejam necessariamente em sala de aula, é uma maneira de educação que se dá na realidade, no cotidiano dessas pessoas. Opera diretamente no sistema de representação social, fazendo um contraponto às hegemonias impostas pelos valores da globalização alienante, veiculada principalmente pela mídia televisiva. Um exemplo claro dessa desconstrução hegemônica é que esses eventos locais não se prestam apenas à exposição de produtos vindos de outras regiões ou culturas, mas apresentam produtos e produções dos moradores da própria região, tornando-os protagonistas e não meros espectadores.

Essas feiras também podem acontecer em parcerias com o Projeto Ponto de Cultura. Nesse caso, pode acontecer da feira ser realizada durante outros eventos planejados, geralmente envolvendo comunidades de três municípios da circunscrição do Ponto de Cultura de Monte Santo: Canudos, Monte Santo e Uauá. Esse trabalho foi descrito também por Adilson, conforme pode se observar na citação a seguir:

E aí a gente tem tentado fazer esse trabalho, em algumas comunidades, a gente tenta até fazer alguns eventos festivos lembrando algumas tradições, valorizando. E nós temos outro projeto também que faz isso, é o Ponto de Cultura. Ponto de cultura trabalha aqui no município de Monte Santo, em Uauá e em Canudos nesse sentido, fazendo o resgate da cultura, algumas feiras de agricultura-familiar a escola sempre se empenhou e fez junto com as comunidades toda a programação: “o que é melhor? O que vamos fazer nessa feira?” (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

O elemento tradição é muito forte, utilizado para expressar o resguardo parcial de saberes, uma vez que a ideia é troca de saberes e nessa troca há inovações. Por isso, o sentido de tradição para eles é um sentido próximo ao usado por Giddens, citado por Stuart Hall, quando este trata do caráter da mudança na modernidade tardia:

[...] nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam experiências de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes. (GIDDENS, 1990, pp. 37-38 *apud* HALL, 2006, p. 15-16)

Segundo Homi Bhabha o maior problema do nosso tempo é colocar a questão da cultura na esfera “além”. Ele afirma que na virada do século, preocupa-nos mesmo a aniquilação, - a morte do autor – ou a epifania – o nascimento do sujeito, e completa:

Nossa existência hoje é marcada por uma sensação de sobrevivência, de viver nas fronteiras do “presente”, para as quais não parece haver nome próprio além do atual e controvertido deslizamento do prefixo “pós”: pós-modernismo, pós-colonialismo, pós-feminismo [...] (BHABHA, 1998, p. 19) (sic)

Com a AREFASE não acontece diferente, lá também se vive a contemporaneidade, ou para alguns autores a pós-modernidade. Um tempo de incertezas, luta pela sobrevivência que os assoberba demais para projetar um futuro e o máximo que podem fazer é plantar algumas sementes de organização comunitária, cujos recipientes são as gerações futuras. Não é exatamente um projeto comunitário, mas um arranjo comunitário. Quiçá um legado para as gerações futuras, construído de

modo vivenciado para não se perder em registros escritos deixados em gavetas. E como bem expressa Bhabha,

A significação mais ampla da condição pós-moderna reside na consciência de que os “limites” epistemológicos daquelas ideias etnocêntricas são também as fronteiras enunciativas de uma gama de outras vozes e histórias dissonantes, até dissidentes, - mulheres, colonizados, grupos minoritários, os portadores de sexualidades policiadas. Isto porque a demografia do novo interacionismo é a história da migração pós-colonial, as narrativas da diáspora cultural e política, os grandes deslocamentos sociais, de comunidades de camponesas e aborígenes, as poéticas do exílio, a prosa austera dos refugiados políticos e econômicos. [...] (BHABHA, 1998, p. 24)

Neste sentido, chama-nos atenção para as estratégias de superação do determinismo “pós-moderno”, em que o passado é desconsiderado, o presente é o fim e o futuro não merece esforços devido às incertezas e inseguranças que são constituídas a partir desse contexto. Muita tentativa há de ser feita para se superar essa concepção fatalista. O próprio Bhabha (idem, p. 27) sinaliza que o trabalho fronteiro da cultura exige um encontro com o “novo” que não seja parte do contínuo de um passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como um ato insurgente de tradução cultural.

Para alguns membros do grupo, a esperança surge a partir de um elemento “novo” na agricultura familiar, ou a feira de agroecologia, como também é denominada por eles, que deve agregar valores e práticas tradicionais como elementos de integração entre os diversos saberes e preservação destes. As feiras de solidariedade agroecológicas são realizadas para desmistificar as ideias de que só se pode expor o que é esteticamente belo. É uma proposta de quebra de paradigmas da visão que se tem sobre feiras expositivas. É o evento onde o sentido da palavra ‘solidariedade’ é vivenciado. Esses eventos são maiores que as feiras de artesanatos, também fazem parte do campo da economia solidária. Quem explica os objetivos é Adilson Santana:

E tem outras maiores, da economia solidária, que acaba entrando uma abordagem, nesse sentido, e a escola sempre esteve presente como parceira. Agora, diz a organização é essa. E é justamente isso, por exemplo, evitar que nas feiras de exposição só se apresente um animal bom, um animal melhorado. Um animal, digamos assim, de uma raça, não “pura”, não leva, tem vergonha de levar e a gente incentiva a levar. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Evaristo Lima complementa dizendo que “se assim não for perde-se o sentido, fica descontextualizada”. Enquanto Adilson diz como estimulam o que deve ser levado a essas feiras:

É uma a feira é para desmistificar isso. Leve de tudo, leve colher de pau, leve a folha do pau de rato que você corta para dar ao animal, tudo que você tem da parte agrícola, leve. Animal: pode ser bonito, pode ser o que for. É o que você tem? Leve! (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

É justamente essa diversidade de objetos e recursos que o sertanejo usa no seu cotidiano que vai para a feira, e não somente aquilo que é belo ou extraordinário. A feira tem o objetivo de promover trocas de saberes, de técnicas, de tecnologias. Evaristo lembra como funciona essa sociabilidade:

Porque, para quem nunca fez as coisas, imagina quem está do outro lado fazendo é um grande, não é uma pessoa comum tipo ele que está lá. Então acaba ele entendendo que precisa fazer porque ele é tão pessoa como a outra que está ali, no mesmo nível do que está fazendo. É igual, porém, não está fazendo a mesma coisa, que precisa ser feito porque melhora a vida dele. (Evaristo Lima. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

E Adilson Santana explica como se aprende numa feira como essas que, além do estímulo para se levar tudo, as pessoas são surpreendidas pelo fato de descobrirem coisas novas e úteis feitas por pessoas como elas próprias e que não foram elaboradas por cientistas ou grandes inventores. São pessoas comuns produzindo soluções e tecnologias para melhorar suas vidas cotidianamente. Vamos a explicação de Adilson:

Sim. Todo mundo leva tudo. Primeiro o pessoal se depara com um mundo de coisas. O primeiro fato é a surpresa, pois, não percebe que têm tudo isso. O pessoal fala: “Ah, a gente tem tudo isso e eu não sabia, a comunidade produz isso e eu não sabia”. E começam a olhar e perguntar, uns aos outros: como é que se faz isso? O pessoal fica lá o dia todo e só falando isso [...] De barraca em barraca, perguntando, respondendo. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Perguntamos também onde são realizadas essas feiras e descobrimos que uma que acontece no Muquém (distrito do município de Monte Santo), essa já está na terceira edição; uma no município de Uauá, que foi um projeto da escola que promove várias feirinhas e; no município de Cansanção.

Segundo Moacir Gadotti (2009) é possível que a economia solidária seja desenvolvida como uma práxis pedagógica, comprometida com o desenvolvimento local sustentável, com a educação para a cooperação e com a qualificação socioprofissional,

além, de promover ações em redes, cujo maior foco é o fortalecimento do papel das organizações da sociedade civil.

Em conversas posteriores a gravação das entrevistas, soubemos também que as feiras solidárias acontecem para serem referência e contraponto às grandes exposições do agronegócio. São feiras onde se pode repensar também os valores do sistema neoliberal as possíveis alternativas a ele. E segundo Evaristo Lima, essas feiras são válidas porque têm resultados positivos. As feiras são também grandes peças teatrais encenadas, onde as pessoas vivem seus próprios personagens e expressam uma cena real das suas tradições e culturas tentadas a sucumbir no emaranhado sistema em crise, o neoliberalismo. Mas tratemos a partir de agora das encenações para representar outras vivências nas comunidades.

#### **3.4.8 Dramatizações teatrais**

As cenas representadas em dramatizações mostram como se expressam os sentimentos e subjetividades, cultos e rituais. Tem como principal objetivo para as comunidades envolvidas nos projetos da AREFASE, manter a memória viva de fatos considerados importantes. Essa memória inclui os jovens como protagonistas, numa tentativa de agregar esses valores às gerações futuras e assim perpetuá-las. São encenações que vão desde a representação do cotidiano do sertanejo, com seus dilemas de sobrevivência no semiárido baiano até as celebrações sociais que tomaram vultos religiosos. Como o caso da Guerra de Canudos, a própria subida ao Monte Santo que simboliza o Monte das Oliveiras, ou mesmo o caso de uma criança que se perdeu na caatinga e morreu. Nelson explica melhor o que acontece:

Por exemplo, aqui tem uma comunidade bem próxima à nossa que tem uma tradição, a cultura de todos os anos. Eles fazem uma caminhada em direção a serra, onde morreu uma criança perdida. Então aquilo junta a comunidade, de fato. E a gente tem fortalecido isso, se juntou. A gente fortalece o encontro, traz a juventude para fazer um teatro disso. Traz a juventude para perto, para eles perceberem a situação, resgatar isso. Dar importância. Fazer um mutirão aqui para reformar a capela. Vamos fazer um filme agora, sobre isso, contando a história do menino que morreu perdido. (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Essa é uma estratégia de proporcionar educação às comunidades para valorizar as tradições e costumes, além de educar para apreciação das diferentes formas de expressões artísticas. É uma forma de a escola ir até a comunidade e, ao mesmo tempo, trazer os valores, costumes e tradições da comunidade para escola. Ou seja, também é uma forma de interação entre escola-família-comunidade que promove ações educativas.



Ilustração 10- Dramatização durante mística  
(Pesquisa de campo. Monte Santo, 2010)

As últimas estratégias descritas dizem respeito aos eventos formativos, denominados pelo grupo de cursos ou capacitações, mas que na verdade, abrangem um aglomerado de ações que superam essa mera e generalista denominação.

#### **3.4.9 Cursos e/ou capacitações**

Para Gilmar Mauro, dirigente do MST/SP, ter organicidade é ter uma militância preparada política e ideologicamente para intervir em qualquer momento.

A luta de classes não se faz por calendário, mas precisamente, preparando, analisando a conjuntura e agindo e reagindo. Se tivermos capacidade orgânica para agir e dizer amanhã é o dia, a análise da conjuntura conta para mantermos a cunha. Se não tivermos povo organizado para amanhã, não altera a conjuntura. (BARSOTTI & PERICAS, 1998, p.207)

É nesse caminho que trilha a formação na AREFASE. De modo continuado, aos poucos, tendo como alvo tanto os líderes veteranos quanto os ingressantes, preparando a gerações para assumir a militância de modo organizado.

O termo capacitação é rejeitado por alguns e aceito por outros, dentro da AREFASE, mas, o mais comum mesmo é usar a expressão “cursos”. Como diz a maioria dos membros da AREFASE, esses acontecem muito. Não se tem registros da quantidade que acontece no dia a dia, nas comunidades. São atividades muito diversas, promovidas para trocas de conhecimentos e técnicas, para disseminar conhecimentos e técnicas ou mesmo para revisão desses.

Acho que agora, depois que se conseguiu trazer alguns projetos de governo, com essa coisa de agricultura familiar é que os pais compreenderam mais e estão aderindo mais a essas novas técnicas. Principalmente que se desenvolveram muitos cursos de formação [...] (Glória Cardoso. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Esses cursos tanto podem ser de longa duração como de curta. Atualmente, muitos acontecem através do projeto de Assistência Técnica Rural (ATER), que é um projeto que atende em torno de 1.350 (Mil trezentos e cinquenta) famílias. Essas famílias são membros de comunidades onde a AREFASE atua e faz o acompanhamento através da assistência técnica de 15 (quinze) profissionais, dentre eles 11 ou 12 egressos da escola, que foram monitores ou foram estudantes. Embora seja um projeto desenvolvido pela AREFASE o ATER é um projeto governamental, por isso inclui famílias que não são associadas.

Outro projeto que teve bastante êxito e que foi muito comentado, avaliado positivamente, na visão dos agricultores, é o Balcão de Direitos. Para implantar esse balcão estudantes fizeram um curso de Formação Básica em Direitos Humanos e Agricultura Familiar, em parceria com a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Esse curso mobilizou mais de 35 instituições, regionais e internacionais, como Ministério Público do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Instituto nacional de Seguridade Social (INSS), Fundo das Nações Unidas para a Infância

(UNICEF), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), secretarias de Estado e até colaboradores para mobilização dos participantes em Salvador, como o Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros de Salvador (SETPS).

Alguns estudantes, naquela época, fizeram o seu estágio de conclusão de curso no Balcão de Direitos, fazendo levantamentos das comunidades para conhecer suas necessidades em relação aos Direitos Humanos e também um levantamento em relação à questão social, documentação civil, das condições para o exercício da cidadania. A formação foi complementada pelo curso de Formação para Juristas Leigos, que é resultado de uma parceria entre a Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais, no Estado da Bahia (AATR-BA) e a AREFASE. Esse curso visa a preparação de agentes sociais para atuar como operadores de direitos em causas e questões relativas à luta pela terra e a dignidade humana, quando não houver necessidade de um advogado, pois, a associação e os movimentos contam com poucos advogados e esses vivem assoberbados de ações judiciais sob suas responsabilidades. É também uma forma de promover a emancipação do sertanejo. Adilson conta que é uma forma de reagir ao sistema político local:

[...] aqui em Monte Santo a gente consegue ver isso claramente porque quem não está inserido em um projeto como esses, ou em outros projetos - tendo ou não a AREFASE como gestora – quem não está em um projeto que puxa essa discussão, ele sabe que não tem alternativa, ele sabe que hoje a questão política dentro de cada município é complicada, muito complicada. Muitos municípios ainda seguem o coronelismo, que é um modo de administração bem arcaico. [...] E aí quem consegue se inserir num projeto desses, ele se liberta, tanto porque ganha conhecimento, como também não depende tanto do sistema para poder se manter. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

A dimensão educativa e integrativa do processo de participação encontra óbices na dimensão política, sobretudo em ações locais, porque no Brasil, segundo Elenaldo Teixeira:

A atuação política no âmbito local ainda é frágil, sobretudo devido à falta de meios de capacitação e de recursos materiais, enfrentando sérios obstáculos no descrédito da população em relação à política e no clientelismo e elitismo. **O risco de manipulação, pela legitimação dos projetos e mecanismos instituídos, é um fato, levando as organizações a prevenir-se, a procurar sair do “gueto”:** tentam tornar-se mais visíveis para a sociedade como um todo e criam espaços públicos autônomos nos quais essas políticas e projetos são

discutidos, além de se empenharem na capacitação dos seus membros. (TEIXEIRA, 2002, p.198-197) (Grifo nosso)

Além da superação dos obstáculos naturais para se promover cursos, principalmente em parcerias, a AREFASE ainda desenvolve estratégias de superação dos obstáculos da práxis que não pode ser implementada como “pacotes prontos”, mas precisam atender a demandas sociais locais. O que ocorre, muitas vezes, é que os parceiros tendem a ‘impor’ os conteúdos e a associação faz a mediação do conflito. Adilson ilustra isso muito bem:

[...] mas aí se a gente for seguir ao pé da letra, como está lá no edital, como está lá no projeto: é visita, é para olhar se ele está produzindo ou não, e tal, se está vermifugando o animal, etc. O que se entende por visita técnica por aí é isso. E aí a gente tenta pular essa barreira, quebrar essa barreira. E aí que a gente está percebendo isso na amostra. No primeiro levantamento conseguimos ver isso. Organização: como é que está organizada a comunidade? E aí, nesse sentido, a gente tenta levantar as dificuldades e ajudar. No sentido, por exemplo, questão social, não está reunindo direito a associação, as mulheres não participam bem da associação, ou participa só como ouvinte, mas não está na coordenação. Então, tenta-se fazer um trabalho no sentido de esclarecer, incentivar um pouco para que cada um participe um pouco, sujeito, mulheres, homens e criança se insiram no processo. E isso é uma coisa que acompanha todos os projetos, pelo menos a gente tenta fazer isso em alguns lugares com mais êxitos, em outros com mais dificuldades, mas nos projetos a gente sempre tenta inserir esse olhar. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Todos esses exemplos de estratégias educativas desenvolvidas pela AREFASE revelam sua concepção de educação que transcende os espaços e práticas escolares e mostra ainda que a associação não se limita à manutenção e provimento das necessidades educativas da escola, mas pretensamente a todas as comunidades em seu entorno. Embora tenhamos a percepção de que, pelo raio de atuação da AREFASE, em comunidades de até 300 km de distância da sede, suas ações ainda se centram nas proximidades com mais frequência. Mas isso não invalida suas ações.

Depois de conhecermos as concepções de política e educação, a perspectiva de complementariedade entre a educação escolarizada e a educação sociocomunitária e o modo como essas acontece, através de práticas cotidianas, passamos à descrição do sentido atribuído à educação política desenvolvida pela AREFASE e a EFASE, assunto da próxima seção.

#### 4 O SENTIDO DA EDUCAÇÃO POLÍTICA PARA A AREFASE

Paulo Freire diz que toda educação é política, seja na forma como se seleciona o conteúdo, seja como se trata esse conteúdo. Ele diz ainda que:

[...] a compreensão desta pedagogia em sua dimensão prática, política ou social, requer, portanto, clareza quanto a este aspecto fundamental: a ideia de liberdade só adquire plena significação quando comunga com a luta concreta dos homens por libertar-se. [...] (FREIRE, 2008, p. 17)

A educação como prática da liberdade é uma concepção defendida pela AREFASE, isto está explicitado em sua missão, como já vimos. E essa concepção se concretiza nas práticas cotidianas. E como também afirma Freire, a pedagogia da autonomia exige a compreensão de que a educação é uma forma de intervenção no mundo, “exige liberdade e autoridade”. (Freire, 1996, pp. 98, 104) (Grifo nosso)

Embora saibamos que há uma redundância em tentar descrever o sentido político da educação para a AREFASE, porque toda educação é política, optamos por explorar um pouco mais esse assunto. A intenção é descrever o porquê das escolhas e, se possível identificar até que ponto é consciente ou circunstancial. Queríamos saber um pouco quais são as estratégias para promoção de uma educação comunitária que adota a agroecologia como princípio educativo; quais estratégias são adotadas para educar para o exercício da cidadania e a busca da autonomia da associação. Por isso, instigamos seus colaboradores.

Segundo Aloísio Ruscheinsky e Sérgio De Vargas (2002, p. 127) a agricultura ecológica ou agroecologia é uma opção com aspectos inovadores e possui condições de possibilidades para vir a expandir-se rapidamente, sobretudo por causa do agravamento dos problemas ambientais. Segundo ele, normalmente é praticada por comunidades tradicionais. No Brasil é comum que seja praticada nos assentamentos da reforma agrária. Assim dizem os autores:

Verificamos que a agricultura ecológica, nas experiências inovadoras que proliferam como uma nova cultura e visão de mundo possui entre outras prioridades: o sustento do próprio agricultor e a produção para o mercado interno. O trabalho geralmente possui um caráter associativo e cooperativado; por meio de uma rede associativa a comercialização via de regra efetua-se diretamente com o consumidor; é menos eficiente em termos de produção (em quilocalorias por hectare), porém mais eficiente quanto ao retorno por unidade de energia no que diz respeito ao seu dispêndio (portanto, maior possibilidade

de se firmar como sustentável a longo prazo). [...] (RUSCHEINSKY & DE VARGAS, 2002, 135)(sic)

De fato, o caráter associativo está presente no cotidiano da AREFASE, não somente na produção, mas também, nas relações estabelecidas com as redes parceiras. Podemos notar que na AREFASE o cultivo da agricultura ecológica é uma forma de resistência, de alternativa de ocupação do espaço-tempo que permite estabelecer relações de solidariedade, de cooperação, de amizade e respeito ao outro e ao meio ambiente. Permite a reinvenção da vivência em comunidade. Embora as comunidades contemporâneas tenham sofrido mudanças significativas em virtude da influência do sistema de produção capitalista, tornando-se mais um refúgio das incertezas e inseguranças provindas de tal sistema, do que um espaço de convivência e sociabilidade, como nas comunidades concebidas na perspectiva baumaniana:

[...] “Comunidade”, é hoje, a última relíquia das utopias da boa sociedade de outrora; é o que sobra dos sonhos de uma vida melhor, compartilhada com vizinhos melhores, todos seguindo melhores regras de convívio. [...] (BAUMAN, 2001, p. 108) (sic)

Durante o percurso da pesquisa descobrimos ainda que a AREFASE não atua isoladamente de outras instituições que promovem educação sociocomunitária, mas faz parte de redes de promoção dessa aprendizagem. Embora não tenhamos conseguido, pelo curto tempo de atividades em campo, explorar como ocorrem essas parcerias e quais são essas redes, faremos uma breve exposição daquilo que conseguimos, apenas a título de ilustração. Mas é certo que, como diz Palerm:

O futuro da organização da produção agrícola parece depender de uma nova tecnologia centrada no inteligente do solo e da matéria viva por meio do trabalho humano, utilizando pouco capital, pouca terra e pouca energia inanimada. Esse modelo antagônico á empresa capitalista já tem sua plataforma no sistema camponês. (PALERM 1980, p. 196-197 *apud* GURZMÁN & MOLINA 2005, p. 73)

Ainda nessa seção trataremos superficialmente dos resultados da promoção da ação educativa em seus aspectos políticos e sociais para a AREFASE, pois as nossas conclusões ainda não estão consumadas. Isso será apresentado nas considerações finais deste trabalho. Por enquanto, passemos a descrever o sentido e o significado da educação promovida pela EFASE/AREFASE com o intuito de preparar os sujeitos para o exercício da cidadania.

#### 4.1 EDUCAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Ao adentrarmos ao tema cidadania, algo nos remete quase que instintivamente à questão dos direitos humanos. Vera Candau et. al. (1995, pág.11), ao tratar sobre o tema em uma proposta de trabalho, nos convoca à reflexão sobre aspectos da consciência universal da importância da validação dos direitos humanos, que apesar de proclamados, são constantemente violados. De fato, percebemos essa violação, cada vez mais crescente, através das marcas da exclusão, pelos conflitos, pelas desigualdades estruturais, vivenciadas em situações de injustiça institucionalizada.

Para as autoras, a superação dos sistemas políticos autoritários na grande maioria dos países do continente americano e a construção de democracias autênticas supõe processos em que a conquista dos direitos humanos seja cada vez mais real e efetiva.

Mas, cada pessoa percebe os direitos humanos de acordo com a posição em que ocupa na sociedade. Há aqueles que lutam pelo atendimento de suas necessidades básicas, como saúde, educação e transporte públicos e de qualidade, pela dignidade de um trabalho formal que lhes assegure estabilidade, para assim terem melhor qualidade de vida. Outros lutam pela socialização dos bens acumulados injustamente e há ainda outros que lutam por questões sociais mais complexas, como o respeito às etnias; gênero, classe social, religião, cultura, dentre tantos outros. A luta pela terra, pela água e pela sobrevivência no Semiárido é um misto complexo de questões sociais, políticas, culturais e econômicas.

Os direitos humanos não são pleiteados somente na dimensão individual, mas perpassam pela solidariedade e partilha, superando uma visão individual e assumindo uma perspectiva social e planetária.

Vera Candau et. al. (1995, pág. 14) argumenta sobre a drástica forma de injustiça estrutural no continente latino-americano, e diz que a problemática da cidadania não pode ser reduzida à sua dimensão jurídico-formal. Portanto, o exercício da cidadania implica no reconhecimento e na denúncia das formas pelas quais os direitos sociais são constantemente violados na sociedade. Não pode ser reduzido à consciência e ao exercício dos direitos e deveres civis. Essa realidade suscita a promoção de condições

para uma ação transformadora que incida em diferentes âmbitos sociais. Educar a para a cidadania significa educar para uma ação político-social, e esta para ser eficaz não poderá ser somente individual, mas coletiva.

Para Claudius Ceccon et. al. o conceito de cidadania é fundamental para uma prática educativa que pretenda estimulá-la. Os autores entendem que cidadão é aquele que tem a capacidade de, ao mesmo tempo sustentar sua identidade, sua individualidade, seus direitos e solidarizar-se na convivência com o outro e com a natureza, reconhecendo o direito à diferença. Os autores chamam a atenção para o fato de que “diferença” não significa, nem tem a conotação de desigualdade, mas diversidade. (Ceccon, et al., 1988 pág. 71).

Observamos, tanto no discurso quanto na prática, que a dinâmica adotada pelo grupo prevê o envolvimento dos membros no processo de formação de modo que possam ser construtores ativos da sociedade em que estão inseridos, os prepara para o exercício da cidadania de forma lúdica, metafórica, plural e singular. As atividades desenvolvidas colaboram para construção de uma prática educativa participativa e dialógica; um trabalho de leitura da realidade, reflexão e ação para transformar as desigualdades em conquistas de oportunidades e ascendência social.

Na concepção de Washington Oliveira (2004), direitos humanos são a vivência integral e indivisível dos direitos civis e políticos, associados ao elenco de direitos sociais econômicos e culturais. Ele diz que apesar da Declaração Universal dos Direitos Humanos ter sido proclamada pela ONU (Órgão das Nações Unidas) em 1948, mesmo após seis décadas, ainda não foram reconhecidos por todos os países como direitos inerentes a todos os membros da espécie humana. Apesar de agregar valores como liberdade, igualdade, direitos e deveres. Ele nos chama atenção ainda para a relação histórica da educação com a cidadania. E relembra que o surgimento e consolidação da cidadania, especialmente no Brasil, deu-se em um contexto de explícita separação de classes sociais. Segundo o autor, vivemos numa herança nacional que, legal e culturalmente, privilegia as chamadas elites e classes superiores em detrimento da maioria da população, composta principalmente por negros, mestiços e pobres.

Elenaldo Teixeira problematiza o sentido da participação como um processo em que o significado está em perceber a interação contínua entre os diversos atores que

são partes: o Estado, outras instituições políticas e, a própria sociedade. (Teixeira, 2002, p. 27-28). Assim, o grande desafio das instituições educacionais, da sociedade contemporânea no Brasil, é dotar os entes-aprendizes para o exercício da cidadania no contexto neoliberal. O exercício da cidadania é algo complexo que depende de fatores subjetivos, políticos, sociais, dentre outros. Os aspectos subjetivos não podem ser desenvolvidos como se desenvolvem as habilidades políticas (negociação, posicionamento, juízo de valor etc.) e sociais (sensibilidade às causas sociais, cooperativas, coletivas etc.) da aprendizagem. Pois, como se sabe não se podem motivar as pessoas, o máximo que podemos fazer é provocá-las através dos estímulos, mas conscientizá-los não, isso é fórum íntimo. Ou seja, incutir o desejo de liberdade, autonomia e esperança, por exemplo, é uma tarefa complexa demais.

Mas, tanto a AREFASE como a EFASE, ousam fazer tais provocações, estimulando as pessoas a conhecerem seus direitos e participar cada vez mais nas instâncias deliberativas. Acredita-se que o conhecimento dos direitos e dos mecanismos dos sistemas de garantias promova, *per si*, no mínimo uma curiosidade. E como dizem os filósofos, o que move as pessoas e o mundo não são as certezas, o que já conhecemos, mas o desconhecido. Há quem consiga perceber nas obras do educador Paulo Freire um princípio de incerteza, que ele próprio denomina de esperança. Essa é uma estratégia que para a AREFASE tem dado resultados positivos. Quanto mais as pessoas descobrem seus direitos e como cobrá-los, mais se engajam na luta pelos ideais do grupo, mais têm esperanças.

A educação para o exercício da cidadania é uma estratégia da associação, que realiza programas de melhorias estruturais e de qualidade de vida da população local com a parceria de outras instituições, e sem a qual suas ações seriam mais difíceis de se consolidar. Como já foi visto no início deste trabalho é através da escola que a associação se consolidou como intermediadora das necessidades e reivindicações demandadas pelas comunidades tradicionais de fundo de pasto. Por isso, a educação nessas instituições privilegia a relação entre educação-política-sociedade, acreditando que seus resultados ecoarão nas comunidades de modo prático-objetivo se consumando no exercício da cidadania.

Atualmente a EFASE é considerada a maior das 32 (tinta e duas) EFAs no Estado da Bahia, com quase 300 (trezentos) estudantes, uma média de 20 monitores e um contingente incontável de colaboradores e simpatizantes. Como diz Nelson Mandela: “Não só em número, isso não é só número”. E mesmo quando se trata de números, na prática não são fáceis de administrar. Nesse grupo há os que têm afinidade completa e afinidade parcial, não acreditam que haja entre eles ninguém que não tenha afinidade com a proposta e os objetivos da instituição. Para o grupo, se há conspiração, está fora da associação. Mas, não é um grupo homogêneo, internamente tem divergências políticas, porém, eles não percebem essas divergências como problema, mas como diversidade e, portanto, podem ou não ser mediadas, isso não importa ao grupo.

A prática da cidadania é uma das metas mais importantes para a AREFASE, pois, para eles, sem isso, não haveria liberdade e sem liberdade não há autonomia. A busca da liberdade está nos princípios e na missão da AREFASE. Portanto todo esforço está concentrado nesse princípio, considerado importantíssimo para o grupo. Nelson Mandela cita um exemplo:

Então o cabra está lá. O político está lá e os trabalhadores farinhando e falando: “eu faço farinha aqui por causa de fulano”. Então não tem essa [...] É um negócio que foi enchendo e agora não tem mais [...] Isso existe, essa autonomia política. E isso faz bem a sociedade. Embora existam pessoas que estão muito próximas da política local, comungam, inclusive, do sistema local, mas a linha geral não é essa. Então, nesse sentido existe sim, uma relação de respeito muito grande. (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

O respeito é cultivado para que se possa atingir a autonomia política. Para Elenaldo Teixeira (2002, p. 163), a participação comunitária e seu significado político no Brasil, partem da própria sociedade civil e tentam uma ação coordenada e permanente sobre o poder local, que passa a ser o alvo das reivindicações dos movimentos sociais, mesmo se poucos alcançam uma interlocução com o poder público.

Essa interlocução pode acontecer de diferentes modos. Maria da Glória Gohn trata a participação em conselhos gestores, por exemplo, como participação sociopolítica, ou seja, a participação da sociedade civil em espaços públicos. Ela nos diz que:

O entendimento dos processos de participação da sociedade civil e sua presença nas políticas públicas nos conduzem ao entendimento do processo de democratização da sociedade brasileira; o resgate dos processos de participação leva-nos, portanto, às lutas da sociedade por acesso aos direitos sociais e à cidadania. Neste sentido, a participação é, também, luta por melhores condições de vida e pelos benefícios da civilização. (GOHN, 2007, p. 13-14)

Muitas leituras são possíveis sobre os resultados dessa luta. Porém, a autonomia e o respeito à diversidade são vistos como principais dentro da EFASE/AREFASE. Mas autonomia é justamente o próximo assunto. Quando trataremos também de outras formas de autonomia que não a política. Vamos a ele então.

## 4.2 AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO

Para Paulo Freire, ensinar exige a corporeificação das palavras pelo exemplo: [...] “Quem pensa certo está cansado de saber que as palavras a que falta a corporeidade do exemplo pouco ou quase nada valem.” (Freire, 1996, p. 34)

A busca da autonomia é outro desafio a ser enfrentado pelas instituições em estudo. Seus membros estão convencidos de que uma total autonomia, como se diz, não é alcançável. Haverá sempre um grau mínimo de dependência entre as instituições, entre as instituições e a sociedade, entre as instituições e o poder local, etc. Mas, tal como a prática da cidadania, não deixam ser vencidos, e lutam para alcançar o máximo que puderem chegar.

A autonomia que tem maior visibilidade entre os membros da AREFASE é a ideológica. E é através do pensamento de liberdade difundido nas atividades cotidianas que se propaga essa ideologia, essa utopia, chamada de esperança.

Embora a convivência em comunidades tradicionais de fundo de pasto não tenha relação direta e se adotem outros arranjos sociocomunitários daqueles vivenciados nos acampamentos e assentamentos do MST, as práticas educativas guardam semelhanças nas estratégias e objetivos educacionais. Antônio Júlio de Menezes Neto (2010, p. 19-28), discute três dessas semelhanças: a) o trabalho humano como princípio educativo; b) a necessidade de convivência e complementação entre o conhecimento tradicional e o técnico-científico e; c) a perspectiva transdisciplinar na

educação do campo. Sua conclusão confere sentido e significado à luta pela educação do campo contextualizada que alimenta a esperança da contraposição ao capitalismo e tornará o sujeito autônomo:

Pode se concluir que a luta contra a lógica do capital na educação é pertinente e atual e que somente no combate a esta lógica a educação pode assumir um significado de emancipação humana. Para tanto, as resistências e as construções de relações pedagógicas não capitalistas, ainda no âmbito de relações sociais capitalistas, são fundamentais para pensarmos a educação do campo que vá além da retórica e vá criando, de fato, alternativas concretas à lógica do capital (MENEZES NETO, Idem, p. 29)

Para isso, vendem-se o “peixe” como se fosse o melhor entre todas as opções: a liberdade de pensar e escolher ser sempre mais independente. Esse é o alvo que se concretiza nas participações que acontecem em diversas ações e projetos que acontecem, muitas vezes, no mesmo espaço-tempo. Eles, os membros da EFASE/AREFASE, estão presentes nos programas de afirmações políticas e identitárias, como partidos políticos, nas conferências locais, regionais e até estaduais, nos conselhos de direitos e de defesas dos municípios de toda região. Fazem parte de grupos de estudos e trabalhos, de redes sociopolíticas, formam associações, cooperativas, fundam outras EFAS. Isso tudo é estimulado pelo exercício da liberdade de escolhas. Eles próprios formulam alternativas que favorecem a busca pela autonomia.

A seguir, podem-se observar fotografias de algumas atividades que associam práticas educativas e produção. Essa produção visa sempre o atendimento às necessidades das comunidades em suas diferentes culturas.



Ilustração 11 - Viveiros de plantas usadas para produção de remédios naturais para cura de doenças em animais e tanque de experimentação em piscicultura (Pesquisa de campo. Monte Santo, 2010)

Marlene Ribeiro explica que esse tipo de resultado é comum e até esperado nas CFRs e EFAs porque há articulação entre trabalho produtivo e escolar e ilustra como acontece esse processo: “[...] Colocam a mudança social nas relações pessoais, a democracia na participação política e a cidadania na *autonomia* do agricultor que vive do seu trabalho.” [...] (Ribeiro, 2010, p. 381) (grifos da autora)

Em relação à autonomia política, estão cada vez mais interagindo com o poder local e se colocando na condição de negociadores ou representantes de grupos com interesses e necessidades específicas e não como pedintes. Pois, estão conscientes dos seus direitos e dos mecanismos dos sistemas de defesas, aprenderam a utilizar tais instrumentos na luta pelas suas necessidades e ideais. Adilson diz que há uma preocupação em se libertarem das amarras do poder público:

[...] a gente já discutiu isso e a gente precisa se libertar mesmo porque essa coisa de estar sempre procurando o poder público local para resolver problemas está nos deixando meio que retroagidos de fazermos o trabalho que devíamos em alguns aspectos. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Nelson Mandela diz que o exercício em busca da autonomia acontece no dia a dia, através da participação e representação dos membros da AREFASE nas conferências, conselhos, fóruns, pastorais, movimentos sociais, diversas redes sociopolíticas etc. Somente a título de ilustração, citemos um exemplo dado por Glória Cardoso:

E eu tenho dito assim: a gente observa nas comunidades envolvidas com a AREFASE são as únicas comunidades, hoje, que são independentes. [...] **Independência assim, porque eles conseguem, por meio da AREFASE, das suas próprias associações, buscarem aquilo que eles necessitam do poder público sem interferência de políticos, de prefeitos, de vereadores de deputados** [...]. (Glória Cardoso. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011) (grifo nosso)

Evaristo Lima tem outra percepção desse processo, ele atribui a atual fase de relativa independência e autonomia da EFASE/AREFASE ao conhecimento e competência da escola em relação à execução de projetos:

Porque o que garante um bom projeto é a competência de você prestar contas, dá resultados. É a gestão do projeto. Porque, na verdade, a gente aqui não tem só projetos pela escola e com o governo do Estado. Tem com o governo do Estado e com algumas ONGs (Organização Não Governamental). A CESE, por exemplo, sempre ajuda de alguma forma [...]. (Evaristo Lima. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Para ele, de certa forma essa competência deixa à mostra que a escola tem garantia de aptidão para desenvolver seus projetos e explica como ocorre essa percepção:

Eu acho que a autonomia vem por aí, porque, na verdade, hoje a gente não tem projeto vindo aqui por um deputado. Coloca lá, caído. É um projeto que sentamos à mesa, discutimos na coordenação, com os monitores: é bom gente para a escola? É bom isso para a comunidade? E essa forma de desenvolver o projeto tem nos dado essa garantia de abertura para buscar mais recursos. Temos a credibilidades das comunidades [...] (Evaristo Lima. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Todo esse processo visa justamente à busca de uma autonomia conquistada. Vivenciada passo a passo pelos próprios sujeitos que contam e (re)contam suas histórias como se fossem a própria associação. Talvez seja por isso que não seja possível dissociar a autonomia como sendo individual ou do grupo. Pois esse grupo é composto por estas pessoas, com suas subjetividades e necessidades expressas coletivamente.

Bem, se a coletividade é algo importante para o grupo suas ações devem preservar um mínimo de coerência, suas ações devem transcender as esferas do campo de atuação da EFASE/AREFASE e se estender por toda comunidade. Um exemplo disso são os projetos desenvolvidos pela AREFASE. Eles se estendem a comunidade, como explica Angelita Dias: “Porque, por causa desses projetos a gente acaba atingindo muitas outras pessoas da comunidade que não estão diretamente envolvidos com a escola, mas que em função dos projetos acaba entrando no processo”.

Então, as ações praticadas em prol de uma coletividade devem também repercutir sobre a maioria, independentemente do credo, partido político, religião ou qualquer outra opção social. Desse modo, o desafio é pensar em transpor as barreiras que impedem o desenvolvimento sociocomunitário de maneira autônoma.

Para além da autonomia, está a emancipação. Se por um lado a autonomia depende do reconhecimento do direito por parte do outro, a emancipação humana e política é um alvo tão importante quanto a autonomia. Para que a autonomia, de fato, aconteça num plano real há muitas dimensões que se tornam complexas quando as relações sociais, *per si*, são relações interdependentes. Já a emancipação humana é vista na dimensão da liberdade, “que se inscreve na perspectiva do materialismo histórico e dialético, superando o processo de coisificação do homem”, assim diz Ronney Feitoza (2008, p. 35). O autor apresenta a etimologia do conceito derivado do latim *emancipare*, relacionando-se ao processo individual e coletivo de considerar pessoas independentes e representa o processo histórico e ideológico, educativo e formativo de emancipar indivíduo, grupos sociais e países da tutela política, econômica, cultural ou ideológica (Pizzi, 2005 *apud* Feitoza, 2008).

Para Feitoza (*idem*, p.38-39), o conceito emancipação toma vulto com o ideário iluminista, que se consolida através da pedagogia descendente da ideologia liberal, para a qual a libertação dos indivíduos conduziria à emancipação da sociedade. O positivismo deu sustentação a este modelo educativo, através do uso da razão. Ele diz que: “Hegel buscou explicar as contradições do ideário iluminista [...], com sua dialética histórica, que tinha como ápice o espírito Universal [...]”. Ele destaca ainda a concepção de Marx sobre a emancipação:

Em Marx (2002), emancipação é um projeto que insere a libertação de todos os homens, através do reconhecimento do reino da liberdade (afirmação como sujeito e minimização como objeto), aspecto que corrobora com Lukács, ao inscrever na inserção crítica, como marco dos homens em seu processo de transformação. [...] (FEITOZA, 2008, p. 40)

Enquanto para Adorno “emancipar-se significa ter decisões conscientes e independentes, através de uma consciência verdadeira, sendo ainda um dos nexos de uma sociedade verdadeiramente democrática”. (Adorno, *apud* Feitoza, 2008, p. 45)

É nesse projeto, de emancipação, que se inscrevem as ações educativas da AREFASE, ainda com alguns degraus para atingir ao ideal concebido por Adorno, mas uma breve avaliação dos resultados apontam que já estão no caminho.

Não poderíamos deixar de registrar que, existe entre as estratégias de educação sociocomunitária, desenvolvida pela AREFASE, a intencionalidade do estabelecimento de vínculos com outras instituições parceiras, que estão nas diferentes lutas pela água, pela terra, pela convivência no semiárido, pela educação contextualizada etc. Acredita-se que as uniões com diversas instituições os fortaleçam e facilitem a visibilidade social e política. Estas instituições também são promotoras de educação nas mais diferentes modalidades: sindicatos, igrejas, associações, cooperativas, outras EFAS, e redes diversas (REFAISA, ASA, IRPPAA, MOC, etc.). Mas a educação promovida por estas instituições, a forma como se organizam, divergem ou se complementam, dentre outros aspectos que compõem as redes sócio-políticas. Esta dimensão será mais bem explorada em projeto futuro, a ser proposto em outro nível de estudo.

Agora, passemos a uma tímida descrição das relações que se dão através das redes sociopolíticas. Ressaltando que por uma necessidade de foco e objetividade não será possível estender as análises ou tecer comentários mais aprofundados, a intenção aqui é contextualizar as práticas educativas da AREFASE e da EFASE.

#### 4.3 REDES SOCIOPOLÍTICAS

Ações coletivas dos mais variados tipos, formas e objetivos vêm-se desenvolvendo cada vez mais, ainda que em diferentes graus e intensidade, em várias partes. Ao lado disso, crescem também a apatia, a indiferença por qualquer questão de interesse coletivo, seja pelas muitas oportunidades de desfrute material para uns, seja porque, para outros, a luta pela sobrevivência exaure todas as energias. (TEIXEIRA, 2002, p.24)

O sentido da participação política e cidadã em rede tem sido modificado ao longo dos anos e, segundo Elenaldo Teixeira (idem) a incapacidade do estado em responder as demandas sociais e a perplexidade dos movimentos sociais em enfrentar a nova situação e criar alternativas, promoveu, por certo tempo, um refluxo das ações coletivas e a indecisão quanto à participação em novos espaços institucionais.

De outra forma, há um ressurgir de alguns movimentos sociais de modo mais estratificado, decorrente da fragmentação do sujeito em diversas identidades. Assim, é comum que os mesmos sujeitos participem de vários movimentos, de diferentes vertentes, simultaneamente. E, às vezes, pertence a uma rede de movimentos afins. Atualmente há uma tendência de ligação entre instituições que defendem causas afins, já sendo consideradas redes, por alguns autores. Primeiro porque articulam uma imensidão de outras instituições, segundo porque há uma otimização dos esforços quando há mobilizações de grandes massas. Embora, nem sempre usem a terminologia, a maioria das instituições, ligadas aos movimentos sociais, estão articuladas entre si e com outras. A AREFASE não tem sistematizado, mas pelos cálculos que fazem estão articulados diretamente com pelo menos 160 (cento e sessenta) outras instituições. Angelita Dias diz que “[...] é uma infinidade. Na escola até a gente pode conseguir isso mais sistematizado, os dados [...] Mas assim, por cima, por cima, eu diria que é uma média”. Adilson confirma que a EFASE, hoje, é apenas uma das ações, um ponto da rede da AREFASE:

Com certeza, o trabalho da AREFASE, hoje, em Monte Santo – e aí você coloca bem que a EFASE é uma das ações, - mas tem várias outras e a gente pode dizer que hoje tem uma rede, são vários projetos, são várias ações e os jovens todos estão por aí espalhados, mas todos sabem e defendem que isso está ligado à AREFASE. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Nesse sentido, a AREFASE não está isolada, pois, articula-se com muitas outras instituições e movimentos, mesmo os que à primeira vista não estejam relacionados com a luta pela terra, pela água ou convivência no semiárido. Como a AREFASE não sistematiza todas as ações e interações que participa ou promove, não há uma exatidão também das instituições e eventos que toma parte. Mas, podemos captar algumas, citadas a seguir: Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente; Fórum Estadual de

Educação do Campo; Fórum de Articulação da Agricultura Familiar do Estado; Rede de Educadores do Semiárido Brasileiro - RESAB; Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados - CETA /Regional Senhor do Bonfim; Pontos de Cultura; AATR-BA; Instituto Regional de Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA; Comissão Pastoral da Terra - CPT -, Cactos; Movimento de Organização Comunitária – MOC; Cáritas, entre outras.

Apesar da menção de algumas redes de relacionamento da AREFASE/EFASE, não será possível, neste trabalho, a descrição e aprofundamento da análise do tipo de ação e vínculo que as une ou as divergem, isso certamente fará parte da proposta de continuação de investigação da temática em projeto a ser apresentado futuramente em nível de doutorado.

#### 4.4 ALGUNS RESULTADOS DAS AÇÕES DA AREFASE

Boaventura Santos e César Rodríguez fazem uma crítica pertinente às análises que tentam avaliar o potencial emancipatório das propostas e experiências econômicas não capitalistas, segundo eles, a crítica justifica-se pelo caráter anti-sistêmico, dado as experiências serem frágeis e incipientes: “todavia a análise e a crítica procuram fortalecer as alternativas, e não propriamente diminuir o seu potencial.” (Santos. B., & Rodríguez, 2002, p.26). Nesse sentido, esta tentativa de sistematização de algumas experiências da AREFASE/EFASE não tem a pretensão de fazer análises críticas e aprofundadas de alguns dos resultados, mas elencá-los descritivamente, no intuito de contextualizar o sentido e o significado das práticas educativas desenvolvidas por estas instituições.

Os resultados são sentidos, através da percepção, pelos membros da AREFASE, mas não há uma sistematização ou ajuntamento das ações e produções por parte deles. Essa “não ação” é intencional, pois a necessidade de registros e controles é uma demanda das sociedades que dominam a escrita e controla a dinâmica dos processos, típico das teorias clássicas da administração, não ficou explícito uma dificuldade em sistematizar os resultados. Embora alguns membros pensem que isso seja um problema para a associação. Sobre isso Adilson Santana nos diz o seguinte:

Um problema da gente é a gente registrar isso, as escolas-famílias, a gente reconhece que não tem feito isso, sistematizar as experiências. A gente tem um

momento da atividade de retorno, chamado, que é uma atividade da pedagogia da alternância. E aí os jovens veem e colocam todo o seu projeto, o que está acontecendo, aquilo que ele levou para casa. E a gente, infelizmente, nem sempre tem condição de registrar isso, de sistematizar, mas existem bastantes experiências significativas nesse sentido. Jovens que estão no campo, na frente de uma associação, na frente de um movimento social ligado à questão da água, ligados à questão da terra, ou a questão social ou à questão produtiva, eu acho que é fruto da AREFASE. Então ela é articuladora. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Apesar de se colocar como articuladora, não faz o controle dessa articulação contando o quanto ou o que faz. Perguntamos se há alguém, membro da AREFASE, estudando academicamente os processos educativos desenvolvidos pela associação. Ou seja, fazendo pesquisas de graduação, extensão, especialização, mestrado, doutorado ou outras pesquisas. E Adilson Santana nos dá algumas pistas dizendo que alguns estudos já sistematizados por alguns membros da AREFASE, mas estão espalhados, e em alguns casos nem se sabe exatamente do que tratam.

E ainda tem o caso de pessoas que não estão mais tão próximas da AREFASE, que por algum motivo se afastaram, mas continuam a militância por onde andam. Esse resultado de continuidade também não tem dados registrados. Isso pode ser notado na resposta de Adilson Santana a essa questão:

Tem sim, tem bastantes pessoas que, até por serem de outros municípios, a gente acaba perdendo o contato, mas tem muita gente inserida no processo, direta ou indiretamente. [...] Porque de repente, mesmo os que não estão sempre aqui nas reuniões da AREFASE, mas estão em um projeto, numa ação da AREFASE. Ele está lá pela AREFASE e pertence à rede, tem seu desempenho. [...] (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Insistindo na questão da produção ou sistematização dos resultados e da experiência da AREFASE/EFASE pelos próprios membros, encontramos algumas informações, mas muito esparsas. Quem fala sobre isso é Nelson Mandela. Ele cita Ludmila Cavalcante, mas não dá muitos detalhes: “Ludmila é uma professora da UEFS, ela fez a tese dela voltada um pouco nesse contexto”. Depois, comentou sobre o trabalho de Diana Santos “que desenvolveu algo sobre o trabalho da escola e a migração de jovens para as cidades”. E citou outra pessoa, sem identificá-la, que trabalhou um pouco com “a questão do meio ambiente, a questão de fundo de pasto e a escola, a inserção [...]”.

Já os trabalhos acadêmicos realizados por membros da AREFASE existem, mas não estão acessíveis ou disponibilizados, nem cópias na EFASE. Assim diz Nelson:

E teve assim, dentro do grupo das meninas que fizeram a UNEB, o curso de especialização, aliás, o curso de licenciatura - foi um convênio que a gente fez com a UNEB para formação em serviço -, elas passavam sessenta dias por ano lá. Três meses aqui e dois meses lá. E aí dos cinco monitores que fizeram essa formação em serviço, essa licenciatura, três trabalharam a questão da escola. A escola e as comunidades. Trabalharam um pouco isso, mas foram ações pontuais. Foram observações pontuais, por exemplo: o momento de transição do ensino fundamental para o ensino médio foi uma; a transição de Lagoa do Sapo para a Lagoa do Pimentel; a forma, a discussão da mobilização anterior à EFA. Foi nesse sentido. Agora, na verdade, não há uma discussão estruturada que se possa dizer: está aqui. Assim, não tem [...] (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Assim, sistematizações dos resultados e experiências, registradas pelos próprios membros da AREFASE parecem não ter muita apreciação pelo grupo e são guardados por seus autores, não têm uma utilidade dentro das próprias instituições (AREFASE/EFASE), sequer para discutir ou refletir sobre tais produções.

Atualmente, há alguns membros da AREFASE/EFASE estudando em graduações e pós-graduações (especialização), destes somente Angelita Dias e Adilson Santana falaram diretamente sobre os seus estudos. Angelita está cursando uma especialização em Gestão Ambiental e Adilson Santana cursa a graduação em licenciatura para Educação do Campo. Ele diz que pretende fazer o trabalho de conclusão de curso sobre educação fora da sala de aula, ou seja, educação não escolarizada. Talvez sobre a educação comunitária desenvolvida pela AREFASE/EFASE.

Outro aspecto que pontuamos para a discussão dos resultados, mas bem que poderia se enquadrar na questão da autonomia versa sobre as assessorias externas. Críticos ao modelo de dependência das assessorias externas pelos movimentos sociais, Frei Betto e Paulo Freire (*apud* Lemos, s/d) dizem que, às vezes, essa opção pode até prejudicar e quebrar a dinâmica dos grupos, pois nem sempre os assessores, hoje mais denominados de consultores, conhecem a cultura local e os valores das instituições. Quanto a isso Nelson Mandela responde dizendo que sempre que podem preferem que as pessoas do próprio grupo desenvolvam o trabalho, mas que a consultoria externa também é desejada e, às vezes, serve de provocação e contraponto ao que eles têm de conhecimento e valores. “Usar a prata da casa sempre é melhor.

Mas nem sempre a gente tem a prata da casa disponível, disposta ou com bagagem suficiente para trazer”.

A busca dessa autonomia é importante, mas há de se considerar que o confinamento de “pratas da casa” pode privar a instituição das trocas e parcerias, tão almeçadas nos movimentos sociais populares democráticos, além de surtir efeito contrário, assim critica Frei Betto, em entrevista concedida ao repórter Ricardo Kotoscho, a dependência de assessores externos ao movimento, dizendo que nem sempre é benéfica, pois:

[...] Isso cria no movimento popular o reforço à velha negativa tradição de que os trabalhadores, para saberem analisar a conjuntura ou conhecer o que são os modos de produção, devem continuar dependendo de “quem sabe”, do pequeno burguês que passou pela faculdade. Nesse ritmo, de assessor intelectual o sujeito acaba dando diretrizes políticas, impedindo os trabalhadores de serem protagonistas do processo histórico. [...] (KOTOSCHO, 2009, p.31)

Há de prevalecer o bom senso de não se desejar os extremos, sob pena de se tornarem radicais e antidemocráticos, o que contraria as diretrizes e princípios do movimento. Algumas alternativas contrárias à radicalização são alimentadas no seio da AREFASE, por isso a abertura à colaboração de membros externos à associação.

Enquanto a dependência de assessorias pedagógicas externas seja algo relativamente comum em muitas instituições que integram os MSdoC, a equipe que compõe a AREFASE busca, também, a qualificação acadêmica e utiliza esse conhecimento para promover transposições de conteúdos das mais diversas áreas de conhecimentos, faz acontecer o diálogo entre os saberes, ou seja, o grupo tem a consciência da coexistência de saberes e conhecimentos distintos, consideram isso como um fator agregador positivo.

Nelson até defende que os consultores externos nem sempre são alheios à instituição e que, muitas vezes, são da própria rede de instituições ou movimentos, ou seja, conhecem sobre a AREFASE e seus valores. Vejamos a explicação dele:

Por exemplo, a questão da alternância a gente sempre tem trazido o pessoal da REFAISA (Rede de Escolas- Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido). Eles dão num contexto mais amplo, conseguem ter uma visão um pouco mais ampla e aí é até interessante a troca de experiência, não é? Mas a gente tem tentado construir também a nossa na alternância. Com os agricultores, com os estudantes eu acho que a gente consegue fazer algumas ações de capacitação, mas é sempre bom ter alguém de fora, porque nos dá outra visão também, Por

mais que ela seja até negativa também. (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Até os casos “contrários” aos objetivos da AREFASE são desejados, quando o sentido é a formação, pois, dizem que não são ingênuos de pensar que só existe um lado da moeda e que saber lidar com as contradições também é importante porque preparam para a vida. Nelson relata que na EFASE os estudantes veem a versão da economia popular solidária em que tudo são coletividade e cooperação, mas que no mercado globalizado, capitalizado, há personagens como o atravessador, o comprador, entre outros. Nelson cita o exemplo da parceria com o SEBRAE:

Outro dia tivemos aqui o pessoal do SEBRAE. O SEBRAE tem uma linha de que [...]. É totalmente neoliberal [...] É isso. Você deve ao inserir ao mercado, você deve fazer parte do mercado, e quem não se inserir ao mercado está fora da sociedade, não merece mais viver, não é? Isso é a fala do SEBRAE. Você tem que ter essa característica empreendedora! E eles levam isso da primeira palavra até a última. Mas isso também trouxe [...] Quando eles vieram trabalhar aqui sobre o empreendedorismo e o cooperativismo, a gente sentou com os meninos depois e fez o contraponto. Vamos ver aqui onde é que está o contraponto. E algumas coisas eles mesmos perceberam. [...] Porque ele trouxe o contraponto da economia popular solidária. (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Outra justificativa para a aceitação de colaboradores externos a AREFASE/EFASE é que o ambiente é considerado por eles como um ambiente endógeno, todos estão muito próximos o que, às vezes, prejudica o senso crítico entre eles. Vejamos as palavras do próprio Nelson:

E quando você traz uma pessoa de fora – porque o nosso ambiente é muito endógeno, aqui é muito endógeno, você está ali almoçando do lado de um menino que você fez uma avaliação, do lado de outro menino que você teve que dar uma advertência, do lado da menina que você tem que “puxar a orelha” porque ela não fez tal atividade ou porque [...] É muito endógeno aqui [...] Ou porque um chorou porque estava com saudade do pai. Aqui é muito endógeno! E quando você traz alguém externo é sempre interessante, tanto para gente como para eles. (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Esta percepção é interessante que se faça presente no momento de autocrítica, pois, a dinâmica dos movimentos sociais exige trocas e receptividades ao que é diferente e até ao que é divergente. Isso é um exercício de convivência na diversidade que deve começar de casa. Nelson arrisca dizer que inclusive priorizam a intervenção externa sempre que podem.

Longe de caracterizar uma dependência do grupo, as assessorias ou consultorias externas são vistas como possibilidades de criação de laços, estreitamento de vínculos e trocas, e isso para eles é saudável.

Para falar sobre resultados pedimos que os entrevistados fizessem um balanço das conquistas e das perdas na luta e na história da AREFASE. Muitos resultados, com certeza, não foram elencados, mas pudemos registrar alguns, certamente os mais significativos ou lembrados pelos entrevistados. Talvez se perguntássemos a outros membros, outros resultados apareceriam em suas memórias. Memórias são subjetivas, já vimos isto aqui.

Para Nelson Lopes o sucesso deve ser atribuído aos próprios estudantes. Ele diz que não há dúvida, porque eles é que vão ao campo, multiplicam o que aprendem e aprendem com o que multiplicam:

Eu acho que esses sim, a gente tem um enorme ganho. Você ter estudantes nossos hoje que são lideranças em assentamentos, estudantes que são lideranças na EFA de Itiúba, que estão lá carregando as EFAs praticamente. Você tem lideranças nossas que estão liderando na EFA de Brotas de Macaúbas, que estão dando início a aquela EFA também. Então esse é o nosso maior ganho nosso. É esse! É você ter referências nas comunidades, as pessoas que conseguem, na comunidade, ser uma referência a partir do momento que estudaram na Escola-família. [...] São militantes, são pessoas de referência especial, de referência política, de referência técnica. Tem pessoas aqui que são excelentes técnicos. Eles são técnicos que são a excelência em palavra, são pessoas que se envolvem na área social, mas tecnicamente também são excelentes. (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Esta é também uma forma de reconhecer os resultados do próprio esforço da AREFASE. Poderíamos dizer ainda que é uma forma de avaliar, mesmo que não seja realizada por eles e para eles, mas há aqui uma reflexão desses resultados.

Outra coisa considerada uma conquista é que a EFASE é um espaço formativo que prepara pessoas, de referencia técnica e social, muito procuradas por entidades (ou instituições) da região. Assim diz Nelson: “ele tem certo conhecimento e tem entidades que procuram muito. Você tem um IRPAA da vida, a APAEB, tem o MOC e tem outras entidades que estão sempre procurando referências [...]”. Mesmo aqueles que já concluíram os estudos na EFASE, muitos continuam vinculados e envolvidos com a AREFASE através das indicações e/ou projetos comuns. Ele citou ainda, a participação dos jovens nas comunidades e nas representações de conselhos, fóruns,

pastorais, associações e outros movimentos sociais da região e concluiu dizendo: “você vê outros fazendo um trabalho no Balcão de Direitos, você vê outros na casa de farinha. Hoje, tem sete ou oito casas de farinha que foram construídas por projetos da escola”.

Tratar das conquistas não é difícil, aliás, são muitas. O difícil é tratar das perdas, essas muitas vezes traumáticas. Para falar de perdas ouve-se quase como um murmúrio de vozes que revelam algo que foge do controle das ações da AREFASE/EFASE.

Quando instigado Nelson Mandela baixou ainda mais sua voz e falou sobre as perdas. Lamenta a forma violenta como perdeu alguns companheiros de luta:

Eu acho que uma grande perda nossa, nesses anos todos, foram os companheiros que agente perdeu, de forma violenta, não é? Que foram os que caíram em combate na luta. E a gente perdeu [...]. (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Ele lamenta também a perda de monitores que saíram da EFASE. Mas lamento maior é por esses monitores não terem continuado em outras instituições de movimentos de luta, por terem deixado a militância:

São profissionais bastantes capacitados e que poderiam contribuir bastante hoje, poderiam estar contribuindo muito e que não multiplicaram as ações onde estão hoje. De certa forma a gente considera uma perda. (Nelson Mandela. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Glória lembra que os resultados são percebidos no dia a dia. Diz que os projetos sempre trazem bons resultados e cita alguns: A caprinocultura e a preservação da caatinga são vistos como uma mudança de pensamento daqueles que insistiam em criações inadequadas ao clima e as condições da região do semiárido:

Nosso trabalho é mais centrado nessa questão: de preservar a caatinga e criar o bode como sobrevivência. E dá certo, porque hoje, em Uauá o pessoal planta um feijãozinho, assim bem pouco, mas não é viável se centrar na agricultura, mas se centraliza no bode, na criação do bode. (Glória Cardoso. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Ela relembra ainda dos projetos de estímulos aos artesanatos locais, porque atendem a demandas específicas de cada região, respeitando o que se tem disponível de matéria prima e preservando os recursos naturais, a sustentabilidade local. Traz Uauá e Canudos como exemplo. Perguntamos se tem alguém que consegue sobreviver, por exemplo, do sisal, do artesanato, se sim qual o tipo de artesanato, se

sobrevivem da apicultura, ou de outras atividades estimuladas pelos projetos sociais.

Sua resposta é afirmativa:

Tem melhores resultados, porque se você chegar lá em Canudos e Uauá, você diz: do que é que vive esse povo? Agora sim, tudo isso veio se estimular depois do projeto da AREFASE e das associações... Essa questão que entra no projeto de geração de renda, para fazer o artesanato. Então, hoje já se trabalha bastante o artesanato, já se tem muitas comunidades que sobrevivem do artesanato. (Glória Cardoso. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

O artesanato mais produzido na região, segundo Glória, são os derivados da palha do licurí: o chapéu, o bocapiu<sup>10</sup>, a esteira, a vassoura e muitas outras coisas; outras, já trabalham com o barro, fazem muitas de coisas de barro (tanto enfeites como utensílios domésticos); em outros lugares já trabalham com outros tipos de artesanato, como os de tecidos, que fazem sacolas, bolsas, pinturas, tapetes, bordados e outras coisas.

Já Adilson Santana vê a independência financeira e política como um resultado, ainda parcial, mas já considera um resultado positivo.

Eu acho que ultimamente, eu imagino – o pessoal tem colocado aí o fato da dependência, nós já tivemos em outros anos problemas maiores, devido à falta de financiamento e a escola, muitas vezes até pensou em fechar ou coisa assim e hoje está tranquilo, não é totalmente tranquila ainda a situação, mas em termos de independência, eu acho que a escola hoje está um pouco mais independente, está um pouco mais livre, eu acho, não sei se Evaristo concorda comigo. Mas eu vejo isso como uma conquista. Eu queria ver um dia, quero, quero ver um dia a escola independente de muitas fraquezas. Hoje em dia se pensa na autossustentabilidade, que é difícil, numa escola que tem bastantes pagamentos aqui e ali. (Adilson Santana. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Evaristo Lima vê como resultado positivo o fato de terem conseguido multiplicar o número de gente de atitude e de firmeza, capaz de opinar e decidir:

Formar muita gente que tem firmeza e que está hoje aqui nessa região. A gente tem formado muita gente, desde o homem simples do campo – a gente teve muitos formadores de opinião que sabe o que quer. Que saiu daqui, se formou na comunidade e a gente chama atenção de outra coisa é que tem fortalecido muito muitas comunidades. A gente sente isso quando vai às comunidades, que a escola é uma referência. (Evaristo Lima. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

---

<sup>10</sup> Bocapiu – espécie de sacola da palha do licurí.

Adilson coloca ainda que há emoção em formar novas lideranças que ele considera uma conquista muito grande. Sua fala é ratificada por Evaristo no mesmo tom emocionado.

Mas nem tudo é conquista e Adilson endossa a fala de Nelson quando lamenta a perda de companheiros, tanto os que deixam a luta nos movimentos sociocomunitários como os que foram assassinados durante a luta. Porém, atribui essa perda a um conjunto de fatores e destaca: “Eu diria até que por causa do próprio sistema, foram vítimas do sistema, não tiveram paciência ou tiveram até certo ponto e depois passaram para o lado de lá”. Evaristo também tem uma explicação para o destaque feito por Adilson:

Eu diria até que foram vencidos. Alguns até colocam isso para gente, que deveriam estar contribuindo mais, mas precisavam ir onde tem mais condição, até porque não tiveram muita [...] E depois que você vê gente que ajudou a agente nessa formação [...] Eu não digo muito como corrompido, sabe? Eu os vejo como vítimas. Deixar o barco... Depois de bem agasalhado. Para gente foi muito desgastante, não e Adilson? Essa é uma das perdas do quadro da escola, porque investimos muitos anos. (Evaristo Lima. Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

Esse é um ponto de conflito interno na AREFASE/EFASE que, na medida do possível evitar-se alimentar. Assim, o mais comum é que essas pessoas deixem o grupo de modo pacífico. Se há outros conflitos e modos de resolvê-los, não foi possível captar nesta pesquisa, fato que também não foi explorado exaustivamente porque nosso foco não é a cultura e o clima organizacional, mas as práticas educativas e suas repercussões.

Eles cogitam a possibilidade da EFASE ter “inimigos”. Pessoas contrárias ao projeto da instituição. Por questões claras: incomodam o poder público local, principalmente; expõe a fragilidade de instituições e governos pouco eficientes para solucionar problemas que afetam as comunidades. Evaristo acha que, às vezes, as pessoas são muito ingênuas: “Eu quero afirmar, eu não gosto muito das pessoas falarem por você [...] Chamou, fala. Agora, fala só o que, de fato, veio à tona naquele momento”.

No exemplo citado acima a fala de Evaristo Lima revela que alguém, talvez representantes do governo local, gostaria de ser porta-voz ou intermediário das

necessidades da comunidade Arefaseana, porém, essa possibilidade, diante da autonomia e emancipação política crescente, é cada vez menor.

Dentre outros resultados, a seção de considerações finais registrará os efeitos a autonomia e a emancipação, como resultados da “educação libertadora” promovida pela AREFASE/EFASE. Mas isso pode ser visto no próprio corpo do texto que segue, pois, é disso que trataremos daqui em diante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns achados da pesquisa estão desvelados no próprio texto aqui exposto. O fato de maior destaque é a superação das expectativas em relação ao estudo. Quando começamos achávamos ser possível dissociar a educação que acontece nas dependências da EFASE, durante o tempo-escola, ou mesmo as atividades pedagógicas obrigatórias no tempo-comunidade das ações educativas que são promovidas pela AREFASE nas diferentes estratégias adotadas para “educar” trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar na região do sertão de Monte Santo, porém, não foi possível essa dissociação. Este fator estendeu a quantidade e qualidade das informações coletadas em campo, dificultando a seleção de dados para um projeto de mestrado.

Houve abundância de informações. O tempo limite para conclusão das atividades e a modalidade de produção (dissertação) também influenciaram na modelagem da pesquisa. Portanto, somente parte das informações coletadas em campo foi tratada e constam nesta pesquisa.

Tentamos encontrar resposta para o que é denominado pelo grupo como o anseio por uma “educação diferente” e encontramos um bojo de respostas que superaram nossas hipóteses. Não sendo possível representá-las em sua totalidade, devido à alta complexidade e abrangência, para uma pesquisa em nível de mestrado. Alguns números<sup>11</sup> dão noção dessa dimensão: a AREFASE atua em 17 municípios; atinge um raio médio de 300 km; atendem/assistem sociocomunitariamente diretamente em diversos projetos e programas desenvolvidos e/ou implantados pela AREFASE/EFASE, somam mais de 2000 (duas mil) famílias e, indiretamente ou aquelas que já atingiram autonomia não se têm um registro sistemático; atuam em, pelo menos 30 projetos de grande porte e, apoiam os Projetos de Conclusão de Curso dos estudantes do Ensino Médio, tendo quase 300 estudantes matriculados no Ensino Fundamental (anos finais) e Médio. Articulam-se com mais de 160 instituições, tais como associações, sindicatos, cooperativas, secretarias e ministérios governamentais,

---

<sup>11</sup> Dados referentes ao período da coleta da informação, dez.2010 a dez. 2011.

igrejas (pastorais sociais), e outros movimentos sociais e comunitários como o MOC, a CETA, a Central de Fundos de Pasto, o IRPPA, a AATR-BA, entre outras. Fazem parte de redes como a REFAISA, a RESAB, o Fórum Estadual de Educação do Campo e outras.

Mais de 120 candidatos ao ingresso na EFASE fizeram parte da semana de adaptação, no início deste ano (2012), muitos não ingressarão por falta de vaga, mesmo a EFASE sendo a maior, das 32 EFAs no Estado da Bahia.

Uma estratégia que se destaca entre tantas outras e que foi possível constatar na maioria das ações: uma efetiva relação de envolvimento escola-família-comunidade, desenvolvidas através de diferentes outras estratégias e experiências que categoricamente para o rigor das ciências da educação não se enquadrariam como “educação”.

Foi preciso usar as lentes da sociologia e da antropologia para descrever essas estratégias e experiências de sociabilidade como “práticas educativas”, distinguindo-se da prática essencialmente pedagógica que obedece aos critérios da ciência positivada nos projetos pedagógicos e nos instrumentos de controles (planos, frequência, avaliação etc.). Assim, descrevemos as práticas educativas sem a pretensão de enquadrá-las pedagogicamente, mas com o foco da contribuição para os desenvolvimentos humano e social, tal como os objetivos definidos pelos próprios membros da AREFASE/EFASE.

Outro elemento que influenciou na reorientação da pesquisa foi a surpresa com a quantidade de ações e estratégias desenvolvidas e/ou usadas pela AREFASE/EFASE, de modo que não foi possível descrevê-las e analisá-las em sua totalidade e optamos pelas ações que o próprio grupo sinaliza como sendo as mais significativas (mística, mutirões, feiras, reuniões e assembleias, dramatizações etc.). Assim, tocamos as demais superficialmente, no contexto do trabalho, tais como a formação de grupos de produção (polpas de frutas, hortas, farinhadas, rações para animais forrageiros etc.), além dos diversos projetos de assistência técnica.

Na descrição da história da AREFASE e EFASE muitos pontos de vistas em comum entre os membros colaboradores se confundiram com suas histórias de vida. Fato que nos convenceu a optar pela história oral como forma de registro e valorização

de vozes subalternas, omitidas da história oficial. Na história da educação brasileira há relativamente poucos e recentes registros sobre a educação no campo, menos ainda sobre o protagonismo dos trabalhadores na agricultura familiar.

Em relação às histórias das instituições em estudo o destaque recaiu sobre a luta sangrenta, em pleno século XX, num país democrático, por um espaço onde possa acontecer uma educação contextualizada para filhos e filhas de trabalhadores na agricultura familiar. Uma história que o Estado e a História oficial, certamente não levarão aos livros didáticos, ou se isso um dia vir a acontecer, será fruto de uma revolução intelectual impulsionada pelos MSdoC.

Vimos que a história não é vazia, tem elementos que formam a liga que une as pessoas e seus ideais: identidade, cultura, sociabilidade, território, entre outros. Assim é que a identidade de comunidade tradicional de fundo de pasto, cuja essência é a vivência em coletividade, calcada em valores de cooperação e solidariedade, para ser sustentada tem um preço muito alto num sistema de produção capitalista, custa vidas humanas e gera condições de injustiça social que lhes fere a dignidade.

A concepção de educação assumida pela AREFASE/EFASE valoriza princípios da dialética marxista e, valores como a ética, a moral, o exemplo de liberdade, que alimentam a utopia de autonomia e emancipação dos homens e mulheres em condição de subalternidade num sistema de produção capitalista, excludente e opressor. Para além do projeto político-pedagógico há um projeto de quebra de hegemonias, firmado na construção de bases sociocomunitárias, ou seja, há um projeto de transformação social, consubstanciado nos arranjos para a convivência no semiárido, na diversificação de atividades que não estão relacionadas diretamente com a agricultura ou caprinocultura, mas à formação humana e social daqueles que estão envolvidos nas ações e projetos da AREFASE/EFASE. Apesar de não haver registros sistematizados, intuitivamente o grupo considera positivos os resultados das ações e projetos desenvolvidos.

A incompletude deste estudo sinaliza a necessidade de continuação da investigação para aprofundamento de questões relativas à influência das formações promovidas pelos sindicatos dos trabalhadores rurais nas décadas que antecederam a institucionalização da AREFASE, supõe-se que esse elemento tenha contribuído com a

“gênese da educação política” dos trabalhadores na agricultura familiar, fato que não foi possível sistematizar, neste trabalho, por questões de tempo e foco ao tema, por isso será proposto a continuação dos estudos em projeto de pesquisa em nível de doutorado, futuramente.

Muito ainda há de ser desvelado sobre as ações em redes sociopolíticas e de aprendizagem. Muito há de se desvelar sobre os resultados e impactos nas relações com o poder local. Mas esses pontos são para serem explorados no futuro:

- O conglomerado de estratégias, ações, projetos e programas locais e regionais desenvolvidos pelas associações, sindicatos, cooperativas e movimentos sociocomunitários na região do Sertão de Monte Santo;

- As demandas e as articulações e parcerias com outras instituições e movimentos sociais e comunitários que promovem ações educativas, em redes não escolarizadas, aos trabalhadores e lideranças camponesas, como a RESAB, REFAISA, UNEFAB, AECOFABA, entre outras.

- A contribuição educativa dos movimentos sociocomunitários para a promoção da “libertação” do homem e da mulher trabalhadores na agricultura familiar na região do Sertão baiano;

- Os possíveis resultados da efetiva mudança de paradigma da concepção política e do exercício cidadania (participativa/representativa), ocupação em câmaras deliberativas, instâncias colegiadas (Conselhos, fóruns etc.).

São elementos que podem ser mais bem explorados, sistematizados e analisados, criticados e certamente contribuirão para contar outras histórias sobre a educação do campo e todo o seu rico contexto, social, cultural, histórico, geográfico, econômico, entre outros fatores.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA JÚNIOR, José. O conceito de sociabilidade em Georg Simmel. *In: Ciências Humanas em Revista*. São Luís: Vol. 3, nº 2, dezembro, 2005.

APPLE, Michel W. **Conhecimento Oficial**: a educação democrática numa era conservadora. Trad. Maria Isabel Edelweis Bujes. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: Introdução à filosofia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993.

ARAÚJO, Maurício Azevedo de; OLIVEIRA, Murilo Sampaio. Da socialização do saber à emancipação política. *In: Revista da AATR – Revista de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia*. Ano I; Nº1 – Abril/2003.

ATAIDE, Yara Dulce Bandeira de. A história Oral e sua utilização na escola. *In: Revista da FAEBA*, nº 8, jul./dez. Salvador, 1997.

BARSOTTI, Paulo; PERICAS, Luís Bernardo. Balanço provisório do MST. Entrevista com Gilmar Mauro. *In: BARSOTTI, Paulo; PERICAS, Luís Bernardo. (orgs.) América Latina: História, Ideias e Revolução*. 2ª ed. São Paulo, Xamã, 1998.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Movimentos Sociais e Educação Popular do Campo: (re) constituindo território e a identidade camponesa. *In: JEZINE, Edineide & ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Org.) Educação e movimentos sociais: novos olhares*. 1ª ed. Campinas: Alínea, 2007, v. 1.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

\_\_\_\_\_. **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 2005.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Cidadania em preto e branco**: discutindo as relações raciais. Série discussão aberta nº. 9. Editora Ática, São Paulo: 2002.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. 2ª reimp. – Belo Horizonte: editora UFMG, 2003.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios da psicologia social. São Paulo: Atelier editorial, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 28ª ed., 1993. (Coleção Primeiros Passos)

BRANDÃO, Zaia (Org.). **A crise dos paradigmas e a educação**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2002 (Coleção questões da nossa época; v.35)

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

**CARTA DA TERRA**. Disponível em <Cartadaterra.org.br> Acessado em: 19/10/2010

CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. *In: Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 7, n. 15, julho de 2001. (pp. 107-147)

CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda. **A escola família agrícola do sertão**: entre os percursos sociais, trajetórias pessoais e implicações ambientais. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007. 259 fl.

CECCON, Claudius. OLIVEIRA Miguel Darcy de. OLIVEIRA Rosiska Darcy de. **A vida na escola e a escola da vida**. 17ª ed. Vozes; IDAC. Petrópolis: Rio de Janeiro: 1988.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as pessoas**: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas: um guia para o executivo aprender a lidar com a sua equipe de trabalho. 3ª reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CLEPS JÚNIOR, João. Questão agrária, Estado e territórios em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. *In: SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roselí Alves do. (orgs.). Geografia Agrária, território e desenvolvimento*. 1ª ed. - São Paulo: expressão Popular, 2010.

CORTELLA, Mario Sergio. **A escola e o conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. 7ª ed. - São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003. (Coleção Perspectiva; 5)

DAMATTA, Roberto. Treze pontos riscados em torno da cultura popular. *In: Anuário Antropológico* - 92. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

\_\_\_\_\_. Você tem Cultura? **Suplemento Cultural do Jornal da Embratel** – Edição Especial. (S/L), Setembro de 1981.

DENARDIN, Valdir Frigo; SULZBACH. Produtos com identidade territorial: o caso da farinha de mandioca no litoral paranaense. *In: SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roselí Alves do. (orgs.). Geografia Agrária; território e desenvolvimento*. 1ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DUTRA, Joel. (org.) **Gestão por competência**: um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas. São Paulo: Editora Gente, 2001.

FABRINI, João Edmilson; MARCOS, Valéria de. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção: O mundo, hoje. Vol.21)

\_\_\_\_\_. **Conscientização: teoria e prática da libertação** – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Tradução: Kátia de Melo e Silva. -3ªed.- São Paulo: Moraes, 1980.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 39ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. 31ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

\_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 22ª ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1988. (Coleção Polêmicas do nosso tempo; 4).  
FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação popular)

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 3ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção questões da nossa época; v. 84)

\_\_\_\_\_. Educação não-formal e o papel do educador social. **Meta avaliação**. Rio de Janeiro, vol. 1; nº 1; jan./abr., 2009.

GURZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzáles de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Tradução de Hênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAMPATÊ-BA. A. A tradição viva. In: KI ZERBO. **História Geral da África: metodologia e pré-história da África**. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO (p.181 -219)

HOMI, Bhabha. **O local da Cultura**. Trad. Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis e Glaucia Renate Gonçalves. 2ª Reimp. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

IZQUIERDO, Iván. **A arte de esquecer**. Rio de Janeiro: Vieira&Lent, 2004.

KOTSCHO, Ricardo. **Paulo Freire e Frei Betto**. Escola chamada vida: depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho. 14ª ed. 6ª reimpressão. São Paulo: Editora Ática, 2009. (Série Edição em Ação)

LANE, Silvia T. Maurer. **O que é psicologia social**. 1ª Ed. – São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos; 39)

LOPES, Nelson de Jesus. (Nelson Mandela). **Associação Regional da Escola Família Agrícola do Sertão – AREFASE /Centro de Referência em Direitos Humanos dos Agricultores Familiares da Região de Monte Santo-BA**. Disponível em: <<http://www.fundodireitoshumanos.org.br/viewConteudoOut.no-filter?ager.offset=0&catTipo=PRO&conID=99&lwYEAR=2009>> . Acessado em set./ 2010

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de Recursos Humanos**: do operacional ao estratégico. 3ª edição – São Paulo: Futura, 2000.

MENEZES NETO, Antonio Júlio. Significados e possibilidades da educação do campo e a educação do MST. *In*: COSTA, Livia Fialho; MESSEDER, Marcos Luciano Lopes. (Orgs.) **Educação, Multiculturalismo e Diversidade**. Salvador: EDUFBA, 2010.

MENEZES, Izabel Dantas de. A cor do invisível: saberes nas experiências educativas organizadas pela Central das Associações de Comunidades de Fundo e Fecho de pasto na região de Senhor do Bonfim – Bahia. *In*: **Revista da FAEEBA: educação e contemporaneidade**. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I – v.19, n.34 (jul./dez., 2010). Salvador: UNEB, 2010.

NASCIMENTO, Antonio Dias. Movimentos sociais e educação. *In*: **Cadernos de Pesquisa Esse in curso**. Universidade do Estado da Bahia/ Departamento de Educação/ Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduc, v2, nº2 (jun. 2004). Salvador, 2006.

MELO NETO, José Francisco de. Educação Popular: sistemas de teorias intercomunicantes. *In*: ROSAS, Agostinho da Silva; NETO, José Francisco de Melo. (org). **Educação Popular**: enunciados teóricos. João Pessoa: Editora universitária da UFPB, 2008.

OLIVEIRA, Washington Carlos. Ludicidade na escola. *In*: **Revista de educação CEAP**. Ano XII- Nº. 44. Salvador – março/maio-2004.

PEREIRA, Manoel Passos R. (Manduca). Experiências com a aplicação da história oral. *In*: **Revista da FAEEBA**. Educação e Contemporaneidade. v.14, nº23, jan/jun. Salvador, 2005.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. Trad. Monique Augras. Ed. Dora Rocha. *In*: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, nº10, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. Trad. Dora Rocha e Flaksman. *In*: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação**: princípios/fins da formação humana. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. Trabalho-Educação nos Movimentos Sociais Populares: a pedagogia da alternância. *In*: CANÁRIO, Rui. **Educação Popular & Movimentos Sociais**. 1ª ed. Lisboa: Educa Unidade & Departamento de Ciências da Educação, 2007, v.1, p. 107-120.

RUSCHEINSKY, Aloísio; De VARGAS, Hiandui Nunes Sergio. Agroecologia e reforma agrária: integração possível e necessária. *In*: RUSCHEINSKY, Aloísio (orgs.). **Educação Ambiental**: abordagens múltiplas. Reimp.: 22207; - Porto Alegre: Artemed, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUES, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. Trad. Vítor Ferreira. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.) **Produzir para Viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (reinventar a emancipação social: para novos manifestos, 2)

SANTOS, Diana Anunciação. **Da migração a permanência**: o projeto pedagógico da Escola Família Agrícola do Sertão como fator de intervenção e transformação da lógica de reprodução da família camponesa nordestina. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Salvador, 2008. 137 fl.

SAQUET, Marcos Aurélio et al. A agroecologia como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli Alves do. (orgs.). **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. 1ª ed. - São Paulo: expressão Popular, 2010.

SOTO, Eduardo. **Comportamento organizacional**: o impacto das emoções. Trad. Jean Pierre Marras. São Paulo: pioneiras Thompson Learning, 2005.

SOUZA, Heron Ferreira; COSTA, Davi Silva da. Contribuições teórico-metodológicas para a análise da relação educação do/no campo, territórios e desenvolvimento rural sustentável. *In*: COSTA, Livia Fialho; MESSEDER, Marcos Luciano Lopes. (Orgs.) **Educação, Multiculturalismo e Diversidade**. Salvador: EDUFBA, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. 'Can the Subaltern Speak?' *In*: Cary Nelson and Lawrence Grossberg. **Marxism and the Interpretation of Culture**. Chicago: University of Illinois Press, 1988.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o Global**: limites e desafios da participação cidadã. 3ª Ed. – São Paulo; editora Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2002.

THOMPSON, Edward. P. Folclore, Antropologia e história social. *In*: NEGRO, Antônio Luigi & SILVA, Sérgio. (org.) **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. 2ª ed. - São Paulo: Brasiliense, 2000.

## APÊNDICE A

### Identificação dos colaboradores respondentes das entrevistas

#### **Adílson da Mota Santana**

Membro da AREFASE, Monitor da EFASE. Estudante egresso da EFASE. Técnico em Agropecuária. Atualmente estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo – UFBA. Militante de movimentos sociocomunitários.



Adilson Santana  
(Pesquisa de campo. Monte santo, 2010)

**Maria Angelita Araújo Dias**

Monitora da EFASE. Graduada em Letras. Estudante do curso de Especialização em Educação Ambiental.



Angelita Dias  
(Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

**Edmundo Silva Oliveira**

Trabalhador da Agricultura Familiar. Sócio fundador da AREFASE. Militante de movimentos sociais e sindical. Membro de outras associações e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.



Edmundo Oliveira (Destaque)  
(Pesquisa de campo. Monte Santo, 2012)

**Evaristo Rodrigues de Lima**

Técnico em Agropecuária. Estudante egresso da EFASE. Sócio da AREFASE. Militante de movimento de luta pela água no sertão. Atualmente, candidato ao cargo de prefeito (PT) no município de Monte Santo.



Evaristo Lima  
(Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

**Maria da Gloria Cardoso Nascimento**

Professora aposentada (Rede Estadual). Sócio fundadora da AREFASE. Formada em Magistério e graduanda em Serviço Social. Militante política, sindical e sociocomunitária. Diretora do Partido dos Trabalhadores (PT) no município de Monte Santo.



Glória Cardoso  
(Pesquisa de campo. Monte Santo, 2012)

**José Elias de Andrade (Zito)**

Trabalhador da Agricultura Familiar. Sócio fundador da AREFASE. Militante de movimentos sociais e sindical. Membro da atual diretoria da AREFASE.



José Elias de Andrade (Zito)  
(Pesquisa de campo. Monte Santo, 2012)

**Nelson Lopes (Nelson Mandela)**

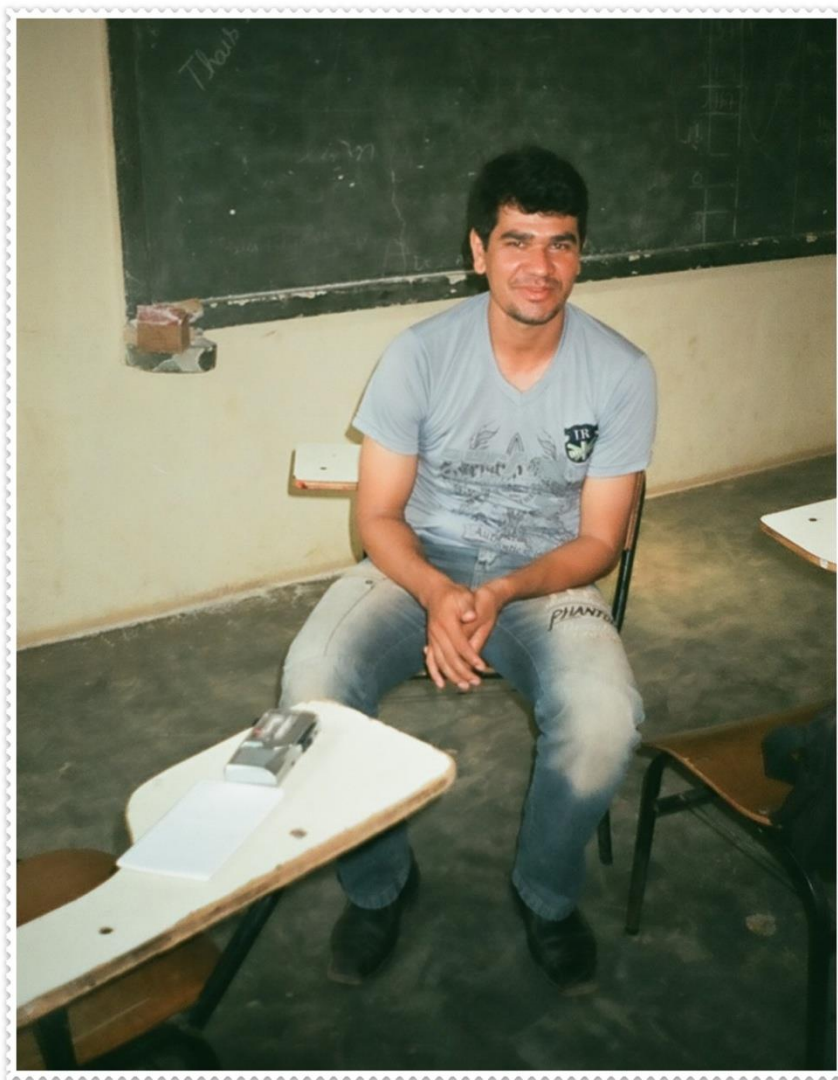
Engenheiro agrônomo. Sócio fundador da AREFASE. Monitor na EFASE. Militante sociocomunitário.



Nelson Mandela  
(Pesquisa de campo. Monte Santo, 2011)

**Samuel de Andrade Reis**

Técnico em agropecuária. Estudante egresso da EFASE. Atua como técnico em projetos sociocomunitários. Membro da AREFASE e militante sociocomunitário.



Samuel Reis  
(Pesquisa de campo. Monte Santo, 2012)

## **APÊNDICE B**

### **Roteiro utilizado nas entrevistas**

#### **1- HISTÓRIA E IDENTIDADE**

1. Qual é a história da AREFASE, quem começou como começou, porque e como foi a organização?
2. Qual era o contexto sociopolítico da formação do grupo? Eram membros de sindicatos, associações, pastorais, MST, partidos políticos, etc.?
3. Em relação às questões geoeconômicas: a convivência no semiárido, quais são os municípios em que há membros da AREFASE?
4. Qual é a principal fonte de produção e geração de renda desses municípios?
5. Vocês incentivam outras atividades econômicas que não a agroecologia propriamente dita? Se sim, por quê? Quais?
6. A AREFASE é um Movimento Social do Campo?
7. Como foi constituída a Identidade da AREFASE?

#### **2- ORGANIZAÇÃO E GESTÃO**

1. Qual é a configuração atual da gestão da AREFASE?
2. Como está organizada? Coordenação, diretoria, colegiado, etc.?
3. Qual é a estrutura de poder da AREFASE? Se fosse colocar em um organograma, como seria esse organograma? Que hierarquias apareceriam nesse organograma?
4. Como são selecionados os membros que compõe a AREFASE?
5. Quais são os grupos sociais e étnicos que compõem a AREFASE? (indígenas, quilombolas, ciganos, agricultores familiares)
6. Existem colaboradores remunerados?
7. Como funciona a AREFASE? Tem dias e horários fixos?
8. Como é a dinâmica de funcionamento?
9. Quem pode decidir algo dentro da AREFASE? Como é esse processo de decisão?
10. De onde vem o financiamento da AREFASE?
11. Quais são as principais ações políticas e sociais?

#### **3- CONCEPÇÕES POLÍTICO-EDUCATIVAS**

1. Qual a concepção de educação para a AREFASE?
2. Qual o papel da educação escolar?
3. Qual o papel da educação não escolarizada?
4. Vamos falar das práticas pedagógicas, não escolarizadas, no cotidiano. Quais seriam essas práticas? Como são organizadas?
5. Vocês consideram os serões, seminários, capacitações, reuniões na comunidade os eventos comunitários: mutirões, místicas como formativos?

6. Há formação também nos eventos informativos e deliberativos, como as assembleias, as eleições etc.?
7. Há uma diversidade de técnicas, instrumentos e métodos pedagógicos, nas práticas educativas cotidianas, como são escolhidos e desenvolvidos? Há uma preparação baseada em estudos das teorias ou tendências pedagógicas, como é que acontece?
8. Se formos conceituar as práticas educativas cotidianas, para que outras pessoas saibam o que são como conceituar:
  - 8.1 Mística. O que é e qual é o papel ou função da mística na AREFASE?
  - 8.2 Mutirão. O que é e qual é o papel ou função do mutirão na AREFASE?
  - 8.3 Capacitação. O que é e qual é o papel ou função da capacitação na AREFASE?
  - 8.4 Os serões. O que é e qual é o papel ou função dos serões AREFASE?
  - 8.5 Vocês citariam outros eventos formativos que ocorrem no dia a dia da luta na AREFASE? Se sim, quais e quais os papéis e funções?
9. Como vocês fazem registros das experiências e sobre os processos educativos que ocorrem na AREFASE? Editam livros, monografias ou outras formas?
10. Têm alguém (membro) da AREFASE estudando, academicamente, os processos educativos desenvolvidos pela associação? Ou seja, fazendo pesquisas de graduação, extensão, especialização, mestrado, doutorado ou outras pesquisas?
11. Quando acontecem eventos formativos ou de capacitação na AREFASE, de onde vêm os instrutores, professores, mediadores ou colaboradores? Como são escolhidos?
12. A cultura e a tradição têm lugar nesses processos educativos? Como?

#### **4- O SENTIDO DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO POLÍTICA PARA A AREFASE**

1. Sabemos que toda educação é política, como é realizada a Educação comunitária fora da EFASE, para que os membros da AREFASE possam exercer a cidadania?
2. O que move a Ideologia na AREFASE?
3. Que estratégias são adotadas para construir a autonomia da AREFASE?
4. Porque a Identidade camponesa é importante para os membros da AREFASE?
5. Vocês se articulam com outras redes sociopolíticas? Se sim, quais são? (sindicatos, associações, pastorais, institutos etc.)
6. Fazendo um balanço da luta da AREFASE o que pode ser considerado conquista? E perdas? Alguns resultados.

## ANEXO A

## Convites para assembleia da AREFASE e encerramento das atividades da EFASE/2010



## CONVITE

Estimado parceiro (a),

Estamos finalizando mais um ano letivo, graças a muita coragem e ao seu apoio. Por tanto, é com alegria e satisfação que a coordenação da AREFASE, juntamente com a equipe de monitores da EFASE, vêm convidar você para realizarem mais uma **Assembléia Geral Ordinária e encerramento** das atividades letivas, que acontecerão nos dias 15 e 16 de dezembro de 2010. A assembléia terá início as 9:00h da manhã do dia 15 (quarta feira) e término as 9:30h da manhã do dia 16 (quinta feira), iniciando, em seguida a celebração até o meio dia. Após almoço, teremos apresentações culturais e bingo em benefício da instituição.

A sua presença será de grande importância para refletir e planejarmos coletivamente uma educação construtora de Homens e Mulheres.

Certos da sua participação, abraços fraternos da equipe da EFASE e AREFASE!



"Não me esperem para a colheita,  
pois estarei semeando!"

Companheiros (as)

Agradecemos pela credibilidade que todos têm depositado no nosso trabalho, a medida que vem nos indicando um número de alunos bastante significativo e, ao mesmo tempo, queremos repassar algumas informações importantes para o ingresso dos novos alunos em 2011.

**PARA INGRESSAR NO ENSINO FUNDAMENTAL:**

- \* ter concluído a 4ª série
- \* demonstrar interesse pelo trabalho com animais e com a roça;
- \* ter a FAMILIA envolvida com a comunidade;

**PARA INGRESSAR NO ENSINO MÉDIO:**

- \* ter concluído a 8ª série
- \* ser indicado pela comunidade e por uma entidade (alunos vindos de escolas públicas);
- \* ter envolvimento com a comunidade;
- \* participar de Movimentos Populares e trabalhos junto a entidades;
- \* desempenhar trabalhos relacionados à área técnica;
- \* desenvolver quaisquer outras atividades de cunho social.

A relação de alunos deverá ser entregue à EFASE até a data da assembléia que será nos dias 15 e 16 /12/2010.

Certos de que as informações chegarão aos nossos futuros alunos e de que contaremos com a valiosa contribuição de todos, agradecemos.

Monte Santo, 15 novembro de 2010

A equipe